

TROCA DESIGUAL E REGIONALISMO

UMA AVALIAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO
RECENTE NO NORDESTE BRASILEIRO:
O COMPLEXO INDUSTRIAL TÊXTIL

ROBERTO SMITH

BCME - BIBLIOTECA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO
DE MESTRADO EM ECONOMIA - CAEN
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FORTALEZA - 1981

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ESTUDANTE: ROBERTO SMITH

MATRÍCULA Nº: 77631007

GRAU: MESTRE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA ECONÔMICA

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: TROCA DESIGUAL E REGIONALISMO: UMA AVALIAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE NO NORDESTE BRASILEIRO: O COMPLEXO INDUSTRIAL TÊXTIL.

BCME - BIBLIOTECA

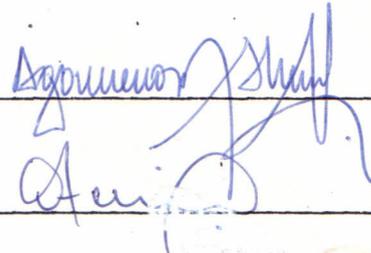
EXAME

Certificamos que o estudante acima mencionado foi APROVADO na defesa de sua DISSERTAÇÃO, realizada perante nós no dia 26.05.1981.

AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

Orientador

ASSUERO FERREIRA



AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA

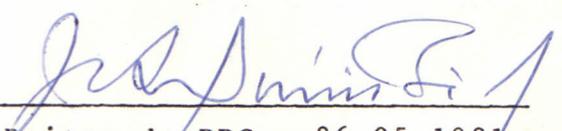


Certifico que o estudante acima mencionado entregou, nesta Coordenação de Curso, as cópias finais de sua DISSERTAÇÃO, completando, assim, seu programa de estudos.



Coordenador do CAEN-26.05.1981.

Certifico que o estudante acima mencionado completou todos os requerimentos para o grau de MESTRE, com área de concentração em TEORIA ECONÔMICA, na Universidade Federal do Ceará, pelo que Recomendo a emissão do Diploma a que tem direito.



Pró-Reitor de PPG -26.05.1981.

/ Para Maira, Juliano e Mariana, meus
filhos, eis o "livrão" do papai;
para Mirtes Mirian minha companhei-
ra;
para meus pais, e para Elza.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação foi um trabalho solitário, mas não isolado. As contribuições e ajudas ocorreram sob várias formas: as conversas informais, a sobrecarga de atividades que outros tiveram que assumir em meu lugar, o apoio logístico, a paciência e disponibilidade daqueles que se envolveram diretamente com o meu trabalho e algumas vezes a súbita compreensão da dimensão e importância de um ensinamento recebido.

Gostaria de expressar minha gratidão a Cleusa Lúcia P. da Fonseca que pacientemente decifrou manuscritos e datilografou-os com engenho e arte. A Otacílio Fernando Nunes Jr. que revisou os textos e preencheu as lacunas de tempo que este trabalho me absorveu.

A meu orientador, Prof. Agamenon Tavares de Almeida que conseguiu eliminar a distância entre Fortaleza e São Paulo mantendo sua presença e disponibilidade, assegurando-me o direcionamento do estudo, ao mesmo tempo em que vem desenvolvendo a sua importante participação na defesa do ensino universitário do país. Também a Aécio Alves de Oliveira pela leitura e crítica ao texto original.

A Assuero Ferreira pelo apreço de um colega, cuja meticulosidade e carinho nas críticas e trocas de idéias, tanto nas coisas da dissertação como nas coisas da vida, eu guardo e conservo para engordar a nossa amizade.

Ao Prof. G.C. Galvan cuja ausência do país truncou a possibilidade de responder a alguns anseios que este trabalho me despertou. Tive que contentar-me com seu texto sobre troca desigual que me serviu como um marco de referência, assim como o vigor de seu curso sobre Metodologia.

Recebi um importante incentivo através da participação no círculo de leituras e debates em torno da temática da tro-

ca desigual animado pelo Prof. Luiz Augusto de Queiroz Ablas juntamente com pesquisadores e alunos do Programa de Ensino e Pesquisa em Economia Regional e Urbana da FIPE-USP.

Por fim gostaria de agradecer à direção da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, à Coordenação e ao pessoal do Programa de Ensino e Pesquisa em Economia Regional e Urbana do Convênio FIPE-IPEA-BID pelo apoio recebido para a realização da pesquisa que me permitiu realizar esta dissertação de mestrado.

A responsabilidade do conteúdo, os erros e omissões que persistem são de minha exclusiva competência.

Our objective was to bring to the regional field a discussion of certain features of unequal exchange theory, and using this approach to make an empirical analysis of the late industrialization of the Brazil's Northeastern region.

Through out this analysis we looked for an adequate way of emphasizing the specific character of intercapitalist relationships under oligopolistic conditions, between and within regions. There are, in fact, several unequal exchange approaches made by different authors. We have separated them into two groups. In the first group are those who assume inequality in exchange as a consequence of transitory disequilibria under competitive conditions. In the second group are those who assume that the deviation of market prices as related to the prices of production - or transformed values - is not a transitory phenomenon, and they conclude that it is oligopolistic capitalism that determines the permanent character of this deviation.

Underlying the question of the transformed value prices of production which form the basis of unequal exchange, there is really a central discussion that involves regional analysis. In short, there is an inquiry about the nature of the mechanism that are responsible for the control and preservation of capitalism.

We admit that those mechanism are not exclusively economic or market mechanisms, specially in the oligopolistic stage of capitalism, which includes the anarchical aspects of its production and circulation phases.

As regards the spatial context to the analysis, while admitting that the notion of a region is ambiguous, we use the category "regionalism" since it contains ample elements about conditions and potencialities for the growth of capital in a given area.

Political aspects, and mainly the question of state intervention must be included in the analysis. In this case, the state in Latin America shows historical peculiarities which cannot be ignored.

Finally we present an evaluation of the late industrialization of the Brazilian Northeastern region elaborated at the level of product markets and of interindustrial relationships between and within regions, using the industrial textile complex as a case study. The data was obtained by direct investigation of all companies which received fiscal incentives within that region until 1977.

Empirical observation shows that the more oligopolistic industries within the textile complex, have been located in the Northeastern region in the context of capital movements at a national and international level at the beginning of the seventies. These industries have a higher level of productivity and of surplus appropriation.

By the other hand the governments fiscal incentives allow the less oligopolistic industries to become more competitive, so that they increase exports to other regions.

We conclude that surplus appropriation acquires two directions: first, from the less to the more oligopolistic industries within the region, and then in the sales of the less oligopolistic industries to those in the more developed Central-Southern region.

In these terms we consider valuable the use of unequal exchange theory for the understanding of spatially and sectorially differentiated regional development. A critical consideration of more orthodox approaches which try to explain the loss of the region's income by means of monetary, financial and fiscal flows, independently of the productive structure and of the surplus transfers inserted in the prices, underlines the importance of unequal exchange as an analytical approach.

SUMÁRIO

página

I - <u>OS SIGNIFICADOS DA TROCA DESIGUAL</u>	1
1.1 - <u>Introdução</u>	1
1.2 - <u>A Troca Desigual segundo Emmanuel</u>	9
1.3 - <u>As Críticas de Bettelheim ao Modelo de Emmanuel</u> .	21
1.4 - <u>Palloix e a Questão do Valor Internacional</u>	24
1.4.1 - A troca desigual na fase do capitalismo concor-	
rencial	25
1.4.2 - Troca-desigual e capitalismo monopolista	27
1.5 - <u>Mandel - A Troca Desigual e a Não Equalização da</u>	
<u>Taxa de Lucros</u>	28
1.5.1 - Troca desigual - Salários e Produtividade	30
1.5.2 - Troca desigual e não equalização da taxa de lu-	
cro	34
1.5.3 - Troca desigual e mais-valia extra	35
1.6 - <u>Schüller e a Transitoriedade da Troca Desigual</u> .	37
1.6.1 - A não-transferência de valor dentro do setor ..	38
1.7 - <u>A Crítica de Galvan à Schüller</u>	40
II - <u>VALOR E PREÇO NA TROCA DESIGUAL</u>	42
2.1 - <u>Introdução</u>	42
2.2 - <u>A Transformação do Valor em Preço em Marx</u> .. .	45
2.3 - <u>Salários e Preços de Produção</u>	57
2.4 - <u>Mais-Valia Extra, Oligopólio e Troca Desigual</u> ...	63
III - <u>TROCA DESIGUAL E REGIONALISMO</u>	68
3.1 - <u>Introdução</u>	68
3.2 - <u>Retomando a Troca Desigual sob uma Perspectiva Re-</u>	
<u>gional</u>	69
3.3 - <u>Breve Abordagem da "Região" e do "Regionalismo"</u> .	75
3.4 - <u>A Troca Desigual entre Regiões se Inicia na Re-</u>	
<u>gião</u>	82
3.5 - <u>O Empírico como Aparência</u>	85
3.5.1 - A Formação Interindustrial do Excedente	89
3.5.2 - A Apropriação do Excedente	95

.3 - Concepção de Mercado	97
.4 - Estruturas de Mercado	97
- <u>A INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE NO NORDESTE BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DAS TROCAS DESIGUAIS - O CASO DO COMPLEXO TÊXTIL</u>	105
- <u>Introdução</u>	105
- <u>O Regionalismo no Nordeste Brasileiro</u>	106
- <u>A Industrialização Recente no Nordeste e a Apro- priação do Excedente - O Caso do Complexo Têxtil.</u>	113
.1 - A Noção de Complexo Industrial	113
.2 - Geração - Apropriação do Excedente e Intercâm- bio Regional	124
.3 - Matriz de Relações Interindustriais do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste	130
- <u>Considerações Finais</u>	135
- <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	140

RELAÇÃO DE QUADROS

BCME - BIBLIOTECA

	Página
QUADRO 1 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual	11
QUADRO 2 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual	12
QUADRO 3 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual	13
QUADRO 4 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual	14
QUADRO 5 - Troca Desigual - Stricto Sensu	15
QUADRO 6 - Conversão dos Valores em Preços de Produção Segundo Marx	55
QUADRO 7 - Nordeste 1977 - Situação das Firms Incentivadas Pertencentes ao Complexo Industrial Têxtil	116
QUADRO 8 - Mercado - Fiação e Tecelagem - Época de Implantação	118
QUADRO 9 - Mercado - Fiação e Tecelagem: Concentração das Firms Líderes	119
QUADRO 10 - Mercado - Outras Fibras: Concentração de Firms Líderes	121
QUADRO 11 - Mercado - Confecções: Concentração das Firms Líderes	123
QUADRO 12 - Nordeste - Mercados do Complexo Têxtil: Indicadores de Geração e Apropriação do Excedente	125
QUADRO 13 - 1977 - Complexo Industrial Têxtil no Nordeste: Origem dos Insumos e Destino das Vendas.	126
QUADRO 14 - 1977 - Complexo Industrial Têxtil: Origem dos Insumos e Destino das Vendas	127
QUADRO 15 - Matriz de Relações Interindustriais do Complexo Têxtil Incentivado, no Nordeste e Fora da Região	131
QUADRO 16 - Formação do Excedente pelos Mercados do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste: Química Têxtil e Tecelagem	132
QUADRO 17 - Formação do Excedente pelos Mercados do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste: Fibras Vegetais e Insumos Diversos	133

QUADRO 18 - Formação do Excedente pelos Mercados do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste: <u>Artefatos Têxteis e Confecções</u>	134
QUADRO 19 - Complexo Industrial Têxtil: Indicadores dos Mercados	137

APRESENTAÇÃO

O nosso propósito inicial era proceder a uma análise do significado e conteúdo da industrialização recente na região Nordeste, com base nos mecanismos de incentivos articulados pela SUDENE. A necessidade de um respaldo teórico para fins analíticos fez com que nos encaminhássemos para a busca do entendimento do fenômeno da troca desigual.

A troca desigual vem sendo pensada principalmente dentro de um contexto de economia internacional como uma das explicações do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Necessitava pois uma certa revisão quanto à sua incorporação na análise regional. Além disso, as abordagens teóricas da troca desigual incluem certas divergências de ordem metodológica que são centrais dentro das correntes do pensamento econômico.

O contacto que estabelecemos com a teoria da troca desigual nos obrigou a um certo aprofundamento da questão. Não se tratou de adotar uma determinada teoria, mas sim de escolher um encaminhamento adequado à nossa intenção, que era a de privilegiar em termos analíticos o conteúdo das relações intercapi-talistas sob condição oligopolista intra e inter regiões.

Assim, foi dada ênfase aos aspectos teóricos e divergências entre as abordagens da troca desigual como uma forma de encontrar um caminho que nos auxiliasse no entendimento e explicitação da análise da industrialização que vem se dando na região Nordeste.

No primeiro capítulo, procuramos trazer os significados que a troca desigual apresenta segundo o ponto de vista de um conjunto de autores. Em princípio, a troca desigual é enfocada como a troca de quantidades de trabalho não equivalentes.

A nosso ver o pensamento e o desenvolvimento teórico desses autores pode ser dividido em duas grandes correntes. Por um lado, a dos que admitem a não equivalência nas trocas como decorrência de um desajuste transitório na concorrência, uma vez que não perdem de vista o referencial de equilíbrio.

Como consequência, o não ajustamento às condições médias de produção em cada setor pode provocar diferenciais de salários dentro do próprio setor, e o baixo deslocamento de capitais entre setores pode não ser o suficiente para equalizar a taxa de lucros, refletindo-se nos preços das mercadorias.

Por outro lado, há aqueles que admitem a não transitividade do afastamento dos preços de mercado em relação aos preços de produção. É o capitalismo oligopolista que determina o caráter permanente desse afastamento.

Como uma boa parte da discussão da troca desigual trava-se em torno da transferência de valor envolvendo a questão da transformação de valores em preços, no segundo capítulo, procuramos retomar este aspecto a partir de sua origem, ou seja, na forma como Marx a explicita no terceiro livro de O Capital.

A forma como se verifica a geração da mais-valia, ou excedente, e a sua apropriação intercapitalista mostra como gradativamente o sistema capitalista vai encobrando a verdadeira essência subjacente aos preços e aos lucros.

É sob o capitalismo oligopolista que a distância entre aparência e essência se torna mais afastada. Na construção genética do capitalismo que Marx elabora, a forma valor do capitalismo mercantil simples se transforma na forma preços de produção do capitalismo maduro. O melhor seria dizer que ocorre uma metamorfose, uma vez que a transformação é ao mesmo tempo histórica e reproduzida a cada instante da produção e circulação das mercadorias. Marx aponta os elementos presentes no capitalismo maduro que afastam os preços de produção dos valores respectivos em cada setor, como decorrência da concorrência intercapitalista. Já no capitalismo oligopolista, o "preço de mercado" perde contacto com o preço de produção. A troca desigual aparece pois como um atributo da produção-circulação no capitalismo oligopolista.

Nestas condições a tentativa de trazer a questão da transformação e a discussão em torno de sua resolução lógica significa colocar a análise da troca desigual num quadro de desajuste de equilíbrio concorrencial.

As abordagens da troca desigual que se valem da resolução da questão da transformação à maneira de Sraffa, Morishima e outros estão implicitamente admitindo que existem mecanismos de ajustamento puramente econômicos ou de mercado, necessários e suficientes para a determinação de um vetor de preços relativos e de uma taxa de lucros equalizada para todos os setores.

BCME-BIBLIOTECA

A nosso ver, a utilização da transformação de valor em preço de produção na análise da troca desigual enseja a visão da estruturação do capitalismo, na medida que valor e preço de produção são formas antagônicas, onde a segunda contém a primeira, e que ambas continuam presentes mesmo sob os preços de oligopólio. A essência não se modifica.

Estamos admitindo também que sob o capitalismo, e principalmente na sua fase oligopolista envolvendo os aspectos anárquicos que estruturam sua produção-circulação, os mecanismos de controle e preservação do sistema não são exclusivamente econômicos e de mercado. Os aspectos políticos e principalmente a intervenção do Estado devem ser analiticamente incorporados.

No terceiro capítulo procuramos trazer a abordagem da troca desigual para dentro da perspectiva regional. Põe-se de novo a questão da essência e da aparência na noção de região. Utilizamos um conceito de região que incorpora o conteúdo e as interações das forças produtivas, das relações de produção, de grupos políticos e da forma sob a qual se fez presente o Estado. São os aspectos necessários para caracterizar o regionalismo como o palco de conflitos dentro e entre regiões. Acreditamos que sob a noção de regionalismo fica mais claro perceber as condições e as potencialidades do capital buscando valorizar-se num determinado espaço. Este aspecto torna-se necessário para o enquadramento da dinâmica da industrialização que pretendemos analisar.

Procuramos, mediante a teoria da troca desigual, nos voltar para a determinação da forma como se procede a geração e apropriação de excedente a nível das relações interindustriais dentro de uma região e entre regiões. Isto nos levou a

indagar a respeito de organização industrial a nível de mercados e das condições específicas em que se verifica a oligopolização nesses mercados numa região, e como eles se vinculam em termos de fluxos de mercadorias dentro e fora da região. Tivemos a necessidade, então, de definir em termos metodológicos alguns instrumentos de análise que seriam utilizados no último capítulo, onde nos voltamos para uma análise do caso concreto do processo de industrialização recente que vêm ocorrendo no Nordeste.

No quarto capítulo inicialmente apresentamos as razões que antecederam e num certo sentido provocaram uma tendência industrializante no Nordeste. Estas razões fazem parte de um quadro econômico e político específico e histórico no Nordeste brasileiro que procuramos destacar. Os resultados e conclusões foram obtidos através da análise de dados primários dos questionários da pesquisa realizada conjuntamente pelo Banco do Nordeste Brasileiro e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste junto ao universo das empresas incentivadas pelo sistema 34/18 e/ou FINOR até o ano de 1977.

Deste conjunto tivemos acesso aos dados de um subconjunto de firmas, por nós escolhidas, dentro do critério de pertencerem ao complexo industrial têxtil instalado ou em instalação na região.

As empresas que compõem o complexo industrial têxtil são aquelas que apresentam fortes ligações interindustriais para frente e para trás, diretas e indiretas, vinculadas à indústria têxtil, escolhidas a partir da noção do aglomerado ou "cluster" têxtil.

Dentre algumas razões que nos levaram a analisar o complexo industrial têxtil no Nordeste, indiscutivelmente a disponibilidade dos dados foi uma delas. Contudo a noção de complexo industrial foi importante na medida em que procurávamos privilegiar alguns aspectos das relações interindustriais presentes na geração - apropriação do excedente. Por fim há o fato de que a indústria têxtil apresenta uma notável inserção na região desde o início da industrialização brasileira a partir de meados do século passado. Foi possível pois proceder a uma

avaliação do processo de entrada do capital oligopolista na região e seu interrelacionamento com a assim chamada "indústria tradicional". Analiticamente a noção de complexo industrial permite romper com a abordagem setorial e dualista-tradicional e moderna - na medida que capta os aspectos das relações interindustriais dentro de uma unidade de conflitos que se expressam a nível intercapitalista não somente entre regiões, mas na própria região.

Procuramos estudar os mercados presentes no complexo industrial têxtil e as características de oligopolização respectivas. Finalmente foram montadas matrizes de relações interindustriais segundo os mercados do complexo industrial. Isto nos permitiu obter indicadores da forma como se processa a geração e a apropriação do excedente a nível interindustrial e interregional.

A nossa perspectiva foi a de tentar captar o sentido das forças que atuam quando o capital procura se valorizar num determinado espaço, perante um conjunto de circunstâncias históricas propícias.

Em meados da década de 50 teve início o processo de internacionalização do mercado interno com a instalação do Departamento de Bens de Luxo que ensejou o "milagre" dos anos 70. Houve pois uma mudança no padrão de acumulação, e esse novo padrão rearticulou também as inversões na região Nordeste. A estruturação produtiva responsável pelo "milagre", porém, não se fez presente na região Nordeste.

A década de 50 se caracterizou também por uma intensificação dos clamores regionalistas amparados nas fortes secas e na constatação de um agravamento nas disparidades regionais.

O rompimento do pacto populista no início de 60 e o conjunto de medidas reformistas - nem sempre claras - preconizados para a região delinearam o contexto da nova qualidade das lutas regionalistas centradas sobre a questão da terra.

Como fizemos referência, a industrialização na região Nordeste deve ser visualizada dentro do processo pelo qual o capital busca a sua valorização. Os efeitos do rompimento

do pacto populista na região e o controle político assumido pelo Estado de forma centralizada após 1964, e que afasta o poder das mãos das oligarquias regionais e as enfraquece, vai criar condições favoráveis à industrialização sob o amparo dos incentivos fiscais do 34/18 e/ou FINOR. A tática industrialista preconizada pelo G.T.D.N. em 1959 e a industrialização recente da região nada têm em comum.

Nesse processo a valorização do capital se dá tanto a nível da concorrência intercapitalista na região como através da fuga da concorrência intercapitalista de outras regiões, como forma dos capitais buscarem novas condições para recuperação de sua competitividade, no Nordeste. Não se deve esquecer que o processo inverso se verifica com capitais nordestinos que se dirigem para fora da região, a despeito dos incentivos.

A troca desigual pode ser apontada como uma das explicações do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Como referencial analítico a sua importância é a de deslocar os enfoques usuais que procuram explicar a perda de renda da região através de fluxos monetários, financeiros e fiscais, para o lado concreto da estrutura produtiva na região e as transferências de excedente que se encontram subjacentes aos preços.

As conclusões empíricas a que chegamos mostram que os mercados mais oligopolizados do complexo industrial têxtil se implantaram na região na década de setenta. São os mercados com maior nível de produtividade e de apropriação do excedente assegurado através de uma elevada relação entre excedente e salários. Os mercados menos oligopolizados adquirem competitividade e passam a destinar elevada parcela de suas vendas para fora da região.

A apropriação do excedente passa a ter duas direções: a dos mercados menos oligopolizados para os mais oligopolizados, incorporado aos preços das vendas interindustriais dentro da região, e nas vendas dos mercados menos oligopolizados para o Resto do País, notadamente para o Centro-Sul.

1 - OS SIGNIFICADOS DA TROCA DESIGUAL

BCME-BIBLIOTECA

1.1 - Introdução

A troca desigual constitui um dos referenciais teóricos elaborados como tentativa de explicar as razões e a persistência do subdesenvolvimento e do desenvolvimento como fenômenos que pertencem à mesma unidade no capitalismo atual.

Surge como corpo teórico através do desenvolvimento analítico feito por Emmanuel¹ que procura contrapor-lo às teorias elaboradas a partir de Ricardo, ou mais especificamente à teoria dos custos comparativos. Para Bettelheim² os aspectos positivos da teoria de Emmanuel estão justamente no esforço de invalidação da teoria dos custos comparativos, na crítica implícita ao caráter ideológico circunscrito à falsa vantagem que figura sob a divisão internacional do trabalho e no livre comércio.

A teoria dos custos comparativos procura explicar a tendência em direção a uma homogeneização das diferenças econômicas nos diversos espaços nacionais através das trocas baseadas na especialização de cada país. Para Ricardo os salários nos diversos países se igualavam a nível do essencial à subsistência, e a imobilidade internacional do capital era o elemento responsável pela distinção entre a formação do valor no mercado nacional e no mercado internacional. O contexto regional não tinha aplicabilidade teórica, uma vez que internamente a cada país a mobilidade do capital era suposta perfeita. A pretensa divisão internacional do trabalho, que deveria se proces-

¹ Emmanuel, A. - El Intercambio Desigual, Siglo Veintiuno Editores, 5a. edição, México, 1979.

² Bettelheim, C. - Observaciones Teóricas in El Intercambio Desigual, 5a. edição, pág. 305 a 358.

sar mediante as especializações a nível de cada nação assegurando vantagens recíprocas, deveria ter por sustentação a ausência do protecionismo. No entanto o livre comércio foi antes exceção na história das trocas internacionais, e a ênfase que os enfoques teóricos procuravam dar a esta condição somente pode ser encarada como impregnação ideológica do pensamento liberal.

O pensamento marginalista aproveita a teoria clássica dos custos comparativos deslocando porém a ênfase da condição de produção para a de circulação. As mercadorias não mais seriam trocadas em função de quantidade de trabalho incorporado, mas sim pelos seus preços decorrentes da demanda por mercadorias. A revisão da teoria das vantagens comparativas começa a ser feita efetivamente após a 2a. guerra, despertada pela contribuição de Keynes, e do relatório das Nações Unidas, a respeito de preços relativos de exportação e importação dos países subdesenvolvidos entre o fim do século XIX até a década de quarenta. Esta revisão considera dois aspectos:

a) Em primeiro lugar, que a alternativa da especialização nem sempre se dá no sentido de se deslocar da produção de uma mercadoria para outra. A alternativa poderia ser o desemprego, e desta forma seria conveniente continuar produzindo ambas as mercadorias.

b) Em segundo lugar há a constatação empírica da persistente "deterioração dos termos de troca" das mercadorias do setor primário produzido pelos países subdesenvolvidos em relação aos produtos industriais dos países desenvolvidos. Na década de 50 estes preços relativos sofrem uma "deterioração" mais acelerada e sem precedentes, afetando significativamente a capacidade de importar dos países subdesenvolvidos.

O esforço teórico daqueles envolvidos com a problemática do subdesenvolvimento era o de procurar conciliar a "deterioração dos termos de troca" com a teoria dos custos comparativos.

O pensamento cepalino, e Prebisch, que o expressa significativamente, enquadram-se nessa linha e convêm retomá-los na medida que tocam mais de perto o contexto histórico e social latino-americano.

Segundo Prebisch³ a "deterioração dos termos de troca" decorre do diferente comportamento da demanda por produtos primários nos países "centrais" e por produtos industriais nos países "em desenvolvimento", expresso por diferentes elasticidades-renda. Ele afirma que "os países centrais exportam manufaturas, cuja demanda tende a crescer intensivamente, com o aumento da renda periférica; enquanto que os países periféricos exportam produtos primários que tendem a crescer com lentidão, com a renda dos centros"⁴.

No entanto as diferentes elasticidades-renda da demanda, assinala Prebisch, não são condições suficientes para produzir uma queda nos preços dos produtos primários em relação aos preços dos produtos industrializados. Isto se dá porque nos momentos em que há necessidade de expandir a produção de produtos primários para atender à demanda externa sob condições propícias de preços os trabalhadores não conseguem se apropriar de uma parcela decorrente dos ganhos de produtividade. O fato dos salários nos países não desenvolvidos permanecerem baixos, eleva a massa de lucros devido à expansão da produção. Os baixos salários estimulam o aparecimento de excesso de oferta, que será responsável pela queda nos preços, sem que sejam gerados efeitos de caráter permanente sobre a elevação da produtividade na agricultura.

³ Prebisch, R. - Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano, Editora Fundo de Cultura, 1ª edição, 1964, Rio de Janeiro.

⁴ Prebisch, R. - Op. cit., pág. 92.

Prebisch condiciona o subdesenvolvimento aos dois fatores que provocam o que ele denomina de uma "insuficiência dinâmica": o lento movimento da demanda das mercadorias agrícolas, e a abundância da força de trabalho no campo. Isto faz com que não sejam retidas as eventuais possibilidades de progresso técnico na agricultura, a ociosidade de terras agindo como elemento estabilizante desse processo desigual.

Prebisch reconhece que seria uma simplificação explicar a "deterioração" a partir de um diferencial de acréscimos de produtividade entre bens primários e industriais - isto implicaria considerar os países a partir de um mesmo nível de desenvolvimento.

Contudo, ele prossegue com a visão de que os "países centrais" são exportadores de produtos industriais e a "periferia" exportadora de produtos agrícolas, que contribui para reforçar o caráter dualista do seu pensamento.

O dualismo no caso consiste em reduzir o conflito à natureza das mercadorias em si, agrícolas e industriais, estabelecendo uma ponte que as identifica com os países "centrais" e "periféricos".

Neste "conflito" entre a natureza das mercadorias, a baixa diferenciação entre os produtos agrícolas e o alto grau de diferenciação dos produtos industrializados permite estabelecer um comportamento de preços que Prebisch não identifica ainda claramente com a atuação das forças oligopólicas nas trocas internacionais.

A industrialização da "periferia" passa a ser uma meta desejável, identificada com o desenvolvimento porque rompe com a "insuficiência dinâmica". Isso se verifica tanto pelo comportamento da demanda por produtos industrializados, como pela absorção da força de trabalho da agricultura pelo setor urbano.

Para Prebisch os salários nos países "centrais" tenderam a acompanhar paralelamente ou até mesmo superar o crescimento da produtividade, devido à menor proporção da população rural nestes países, e o baixo deslocamento rural-urbano que viabilizou o desenvolvimento das organizações sindicais. A ele

vação dos salários nos países "centrais", portanto, garantiu a estes absorver o progresso técnico.

BCME-BIBLIOTECA

"Não são as diferenças relativas de crescimento da produtividade nas atividades primárias de exportação dos países periféricos, comparadas com as atividades industriais nos centros, que explicam o movimento das relações de preços; e sim as diferenças de produtividade, que, nos centros por um lado, e nos países periféricos, por outro, não puderam ser captadas pela subida dos seus respectivos níveis de salários"⁵.

É esta circularidade entre crescimento da produtividade e nível salarial produzindo efeitos distintos no "centro" e na "periferia", que Emmanuel critica na concepção de Prebisch, para afirmar a sua posição quanto ao diferencial de salários como variável causal da troca desigual e, portanto, do subdesenvolvimento. Sem dúvida há por parte de Emmanuel um reducionismo da concepção cepalina ou de Prebisch.

O trabalho de Emmanuel⁶ provocou um elevado contingente de críticas e contribuiu para um avanço na discussão das causas e das transformações por que vem passando o processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento no mundo capitalista.

Um aspecto central em torno da discussão do trabalho de Emmanuel decorre do método de análise que esse autor emprega. Valendo-se de uma terminologia marxista e do mecanismo de transformação de valor em preço de produção, que Engels reproduziu a partir das anotações de Marx, Emmanuel apresenta uma teoria sem nenhuma vinculação com o método marxista. Ao se considerar este aspecto da abordagem de Emmanuel se tem em mira a necessidade de separar as críticas a nível metodológico, daquelas referentes à coerência interna do seu pensamento. Evidente

⁵ Prebisch, R. - Op. cit., pág. 103.

⁶ Emmanuel, A. - Op. cit.

mente isto se torna difícil porque Emmanuel utiliza uma terminologia marxista, despojada do seu conteúdo, ou seja com outro significado, como será examinado, o que muitas vezes gera um quadro confuso.

No capítulo seguinte procuraremos nos deter na questão da transformação na forma como ela incorpora o conflito que se verifica em relação à visão do lado real e do lado aparente dos fenômenos. Sob a ótica do valor há a percepção da formação da mais-valia na produção, sob a ótica dos preços há a percepção do mercado e da justificativa dos lucros. O que é que se perde na dissociação, ou na busca da ponte lógica que une valor e preço? Aqueles que a realizaram, como Sraffa, se afastaram do emprego do método marxista da explicação do valor na tentativa de sua mensuração. Emmanuel segue este caminho de forma um pouco mais explícita no fim das réplicas que manteve com Bettelheim⁷, quando abandona o esquema de transformação do valor em preço, e passa a se valer de um esquema semelhante ao que Sraffa empregou⁸, onde os salários são dados em termos reais como unidade de conta e os preços relativos e a taxa de lucros única constituem as incógnitas de um sistema de produção. A hipótese central de Emmanuel - a equalização da taxa de lucros - permanece, mesmo quando deixa de se preocupar com o valor para trabalhar exclusivamente com preços reais. Dessa forma o fenômeno da "troca desigual" perdura ao considerar os baixos salários interferindo nos termos de troca entre países ou regiões. Uma elevação autônoma nos salários em áreas mais desenvolvidas deveria produzir uma queda na taxa de lucros do sistema provocando queda nos preços da área subdesenvolvida em relação àquela mais adiantada.

As críticas formuladas a Emmanuel surgem tanto do ponto de vista marginalista - onde se procura mostrar que uma vez considerados os seus pressupostos, o teorema de Heckscher-

⁷ Bettelheim, C. - Op. cit.

⁸ Sraffa, P. - Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias, Zahar Editores.

-Ohlin e Samuelson permanece válido⁹-, como do ponto de vista dos autores marxistas que procuram colocar a questão do desenvolvimento - subdesenvolvimento dentro de um quadro conceitual e histórico mais preciso e amplo, como consequência do processo de expansão desigual de acumulação capitalista.

Na realidade como afirma Palloix¹⁰, uma teoria internacional do valor ainda apresenta uma formulação bastante precária, principalmente porque qualquer hipótese que homogeneize o espaço capitalista acaba retalhando o principal aspecto sobre o qual repousa o desenvolvimento desigual das forças produtivas. A crítica que Bettelheim e Mandel fazem a Emmanuel caminha nesta direção. Para o primeiro, a "troca desigual" decorre de diferenciais de produtividade e não de salários, que têm sua origem nos vários estágios em que se encontram as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Isto significa que o capitalismo mais desenvolvido obtém uma maior taxa de exploração, ou seja, os trabalhadores dos países industrializados por gerarem maior excedente são mais explorados. Exploração esta que não deve ser confundida com piores condições de trabalho e de vida vigentes nos países atrasados. Bettelheim ao discutir a questão da exploração tenta mostrar a idéia enganosa e a má interpretação que Emmanuel faz quando coloca que na realidade os trabalhadores dos países desenvolvidos exploram os trabalhadores dos países subdesenvolvidos - a "aristocracia operária".

Em Emmanuel a separação entre produção e circulação é explícita, mas a troca desigual não é um fenômeno circunscrito apenas à circulação de mercadorias. Schöbeller¹¹ tentará mostrar que a "troca desigual" é fenômeno que aparece no momento da produção.

⁹ Mantel, Rolf - Una Nota sobre el Intercambio Desigual in Desarrollo Económico - Revista de Ciencias Sociales nº 53, vol. 14, 1974, Argentina.

¹⁰ Palloix, Christian - A Economia Mundial Capitalista - Editorial Estampa, Portugal, 1972.

¹¹ Schöbeller, W. - Subdesenvolvimento e Troca Desigual no Mercado Mundial in Estudos CEBRAP nº 22.

A separação entre produção-circulação conduz, dentro da análise marxista, a visões incompletas e falhas, de fenômenos que por sua natureza se apresentam dentro da totalidade onde se dá a valorização do capital. É o que tenta mostrar Galvan¹² na crítica que faz da abordagem da "troca desigual" de Schöeller, e também Mandel¹³ ao referir-se a Emmanuel.

Ao longo desse capítulo faremos uma apresentação da forma como Emmanuel coloca a "troca desigual", originalmente dentro do esquema da transformação de Marx-Engels, e como posteriormente abandona-o.

Em seguida são expostas as formulações que correspondem às abordagens marxistas da troca desigual que podem ser assim sintetizadas: quantidades desiguais de trabalho contidas nas mercadorias trocadas entre nações ou regiões, que decorrem da não homogeneidade das forças produtivas e das relações de produção no espaço capitalista.

Para Mandel a troca desigual, como se verá, corresponde a uma característica atual do capitalismo de pós-guerra, que toma a forma preponderante de garantia da acumulação "metropolitana" em substituição ao padrão anterior que era o de apropriação de excedentes através de remessa de lucros.

Para Schöeller o estabelecimento de relações capitalistas típicas no espaço econômico capitalista é encarado como a forma da superação do fenômeno do subdesenvolvimento. Galvan procura no entanto chamar a atenção, assim como Mandel e Palloix o fizeram, para o caráter do papel dos mercados operando sob condição oligopolista produzindo e reproduzindo as assimetrias das relações capitalistas ao longo do espaço.

A abordagem marxista apresenta um maior rigor conceitual por circunscrever o desenvolvimento desigual amparado principalmente na teoria do valor-trabalho, nas condições gerais do modo de produção capitalista e nas indicações de co

¹² Galvan, G.C. - Tecnologia, Valor e Troca Desigual in Valor, Força de Trabalho e Acumulação Capitalista - Estudos CEBRAP nº 25.

¹³ Mandel, E. - Late Capitalism, Ed. Verso, London, 1978.

mo a geração da mais-valia extra contribui para o afastamento dos preços de mercado dos preços de produção.

As dificuldades empíricas enfrentadas pelo método marxista decorrem de impossibilidades de certas homogeneizações do espaço econômico, que o método marginalista enfrenta como se não constituíssem restrição de per si.

BCME - BIBLIOTECA

1.2 - A Troca Desigual segundo Emmanuel

A teoria dos custos comparativos admitia uma relativa imobilidade de "fatores" a nível internacional, responsável por uma tendência à especialização da produção. Emmanuel supõe uma mobilidade internacional do capital¹⁴, o suficiente para equalizar a taxa de lucros. Essa é a sua principal hipótese, e ele chama a atenção no sentido de que não importa se a mobilidade do capital é perfeita ou não, e sim, se ela é suficiente para ajustar a taxa de lucros. O mesmo já não ocorre com a taxa de salários, onde a tendência observada é a de um não ajustamento, ou mesmo, uma expansão do diferencial de salários entre países "pobres" e "ricos". A formação de preços entre os mercados nacionais ou regionais tem por base a remuneração desigual do "fator trabalho" que impõe a desigualdade no sistema de trocas. É essa remuneração desigual que determina, para Emmanuel uma divisão espacial do trabalho desfavorável aos países "pobres". Nesse sentido a "deterioração dos termos de troca" constitui para o autor o testemunho contrário às vantagens evocadas pela teoria dos custos comparativos.

O termo "fator de produção" é empregado por Emmanuel como referência a "todo o direito estabelecido a uma primeira participação no produto econômico social". Os "fatores" constituem pois direitos, que como rendas primárias interferem na

¹⁴ O conceito de capital neste caso refere-se a um fluxo de fundos de natureza homogênea.

realização do produto e, portanto, no seu valor de troca. Referidos fatores atuam como "variáveis independentes" do sistema na determinação do valor. Emmanuel está dessa forma vinculado a uma concepção clássica, no sentido de que o preço é determinado pelo somatório do "custo dos fatores de produção", ou em resumo, os salários determinando os preços.

Primeiramente Emmanuel tenta utilizar algo do encaminhamento marxista¹⁵ para, em trabalho posterior, abandoná-lo valendo-se de um esquema bastante semelhante ao desenvolvido por Sraffa¹⁶, que em seguida exporemos. Para Emmanuel a nível de espaços nacionais a lei de formação de preços é a mesma que determina os preços de produção.

Usando o esquema da transformação de Marx, mostra o papel desempenhado pela composição orgânica do capital, isto é, a relação entre o capital constante (c) e o capital variável (v), entre setores¹⁷. A tendência à equalização da taxa de lucros entre os setores produtivos realiza um processo de transferência de mais-valia entre os setores, de menor composição orgânica em direção aos setores de maior composição orgânica.

No capítulo seguinte retomaremos a questão da transformação tal como foi desenvolvida por Marx no Livro III de O Capital. Procuramos caracterizar de forma crítica a utilização mecanicista que Emmanuel faz da transformação.

¹⁵ Emmanuel, A. - Op. cit.

¹⁶ Emmanuel, A. - Algunos Puntos Controvertidos, Apéndice in El Intercambio Desigual, 5a. edição, Siglo Veintiuno Editores, 1979.

¹⁷ Segundo Marx a composição orgânica do capital expressa uma relação tecnológica e social entre a totalidade do capital adiantado e o capital variável ou seja: $\frac{c + v}{v} = \frac{c}{v} + 1$. Neste caso supõe-se que a rotatividade do capital seja total num período. Emmanuel como veremos se vale da noção de composição orgânica do capital no sentido restrito, ou seja, apenas como uma relação tecnológica.

Tomando por base o exemplo da transformação do valor em preço de produção empregado por Emmanuel¹⁸ tem-se:

QUADRO 1. - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual

Setor	Capital Constante (c)	Capital Variável (v)	Mais-Valia (m)	Valor (V)	Taxa de Lucro (ℓ')	Lucro (ℓ)	Preço de Produção (P)
I.	80	20	20	120		20	120
II	90	10	10	110	60/300	20	120
III	70	30	30	130		20	120
Soma	240	60	60	360	20%	60	360

BCME-BIBLIOTECA

Primeiramente Emmanuel supõe uma situação onde as taxas de mais-valia¹⁹ são idênticas para todos os setores e as composições orgânicas do capital são distintas. Sob a condição que ocorra mobilidade do capital a nível das relações intercapitalistas se verifica um ajustamento da taxa de lucro o suficiente para equalizá-la a um nível idêntico à relação entre a massa de mais-valia e o total do capital adiantado. Este ajustamento da taxa de lucro será o responsável pelo deslocamento de parcela da mais-valia do setor III, que apresenta menor composição orgânica, para o setor II que apresenta composição orgânica superior.

¹⁸ Emmanuel, A. - Op. cit., pág. 95.

¹⁹ A taxa de mais-valia (m') também denominada taxa de exploração é expressa pela relação entre a mais-valia (m) e o capital variável (v), tal que $m' = \frac{m}{v}$. A taxa de mais-valia relaciona o tempo de trabalho não pago com o tempo de trabalho necessário para compor a remuneração da força de trabalho.

Na transformação do valor em preço de produção, a equalização da taxa de lucro resultante da concorrência intercapi-
talista opera na apropriação de mais-valia intersetorial, de modo que os preços de produção deixam de ser idênticos aos valores respectivos.

Para apresentar o processo como ocorre a troca desigual entre países, Emmanuel considera portanto uma tendência à equalização da taxa de lucro, e a não concorrência do "fator trabalho" produzindo diferentes taxas de salário.

O Quadro 1, que incorpora por exemplo três setores de um determinado país, mostra como o setor II produz um excedente ou mais-valia de 10 e o seu lucro é de 20; e como o setor III produz um excedente de 30 e o seu lucro é de 20. A equalização da taxa de lucro a um nível de 20% é responsável pela transferência de excedente do setor III, cuja composição orgânica do capital é de 3,33 ou seja 100/30 para o setor II cuja composição orgânica é de 10,0. O setor I apresenta lucro idêntico à mais-valia porque sua composição orgânica é idêntica à média de todos os setores, não ensejando pois transferência de mais-valia.

Considerando agora outros três setores de outro país, nas mesmas condições do Quadro 1, porém com nível inferior de capital, tem-se:

QUADRO 2 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual

Setor	Capital Constante (c)	Capital Variável (v)	Mais-Valia (m)	Valor (V)	Taxa de Lucro (ℓ')	Lucro (ℓ)	Preço de Produção (P)
I	40	20	20	80		20	80
II	50	10	10	70	60/180	20	80
III	30	30	30	90		20	80
Soma	120	60	60	240	33%	60	240

O esquema agregado dos dois países pode ser assim expresso, na medida que haja uma livre circulação dos capitais:

QUADRO 3 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual

País	Capital Constante (c)	Capital Variável (v)	Mais-Valia (m)	Valor (V)	Taxa de Lucro (ℓ')	Lucro (ℓ)	Preço de Produção (P)
A	240	60	60	360	120/480	75	375
B	120	60	60	240		45	225
Soma	360	120	120	600	25%	120	600

A relação de trocas entre os países A e B no Quadro 3 em vez de ocorrer pelos valores respectivos, ou seja, 360:240, passa a ser de 375:225. Essa diferença não é explicada pelo capital constante que incorpora trabalho passado, e sim, pelo valor adicionado que era de 120 para A e para B e passa a ser de 135 para A e 105 para B. Isto significa, portanto, que o trabalho de B passa a valer apenas 77% do trabalho de A.

Esta situação, para Emmanuel, não expressa a troca desigual entre os países. O que está sendo assinalado é que a transformação do valor em preço de produção ao nível das relações intercapitalistas, operando através de composições orgânicas distintas, mantém os preços de produção vinculados às respectivas quantidades de trabalho de cada ramo.

A equalização da taxa de lucros, juntamente com as diferentes produtividades do trabalho fazem com que haja uma transferência de excedente dos ramos ou setores cuja composição orgânica é menos elevada, em direção aos de maior composição orgânica. Convém salientar que isso se dá ao longo do processo de valorização do capital, e não mecanicamente como apresenta Emmanuel.

Contudo, nestes esquemas de transformação de valor em preço de produção entre setores e países, para Emmanuel não se verifica a troca desigual, porque as trocas realizadas pelos preços de produção incorporam as mesmas quantidades de trabalho. É o que ele caracteriza como uma situação de equilíbrio com dois "fatores": trabalho e capital, inerente ao capitalismo cujas forças produtivas se encontram desenvolvidas.

Neste caso está sendo admitido que internamente aos países os salários são iguais. O esquema de Emmanuel é retomado no Quadro 4 para que fique mais explícita a diferença analítica que será introduzida, bem como para que não seja incorporada uma noção de que a rotatividade do capital adiantado deva ser total num período.

BCME - BIBLIOTECA

QUADRO 4 - Esquema de Emmanuel da Troca Desigual

País	Capital (K)	Capital Constante (c)	Capital Variável (v)	Mais-Valia (m)	Valor (V)	Taxa de Lucro (l')	Lucro (l)	Preço de Produção (P)
A	240	50	60	60	170	120/360	80	190
B	120	50	60	60	170		40	150
Soma	360	100	120	120	340	33%	120	340

Em seguida é considerada a existência de diferencial de salários e portanto das taxas de mais-valia entre os países, e que vai caracterizar a troca desigual stricto sensu segundo Emmanuel²⁰.

²⁰ Emmanuel, A. - Op. cit.,, pág. 102 a 104.

QUADRO 5 - Troca Desigual - Stricto sensu

País	Capital (K)	Capital Constante (c)	Capital Variável (v)	Mais- Valia (m)	Valor (V)	Taxa de Lucro (ℓ')	Lucro (ℓ)	Preço de Produção (P)
A	240	50	100	20	170	120/360	80	230
B	120	50	20	100	170		40	110
Soma	360	100	120	120	340	33%	120	340

A condição de igualdade de salários internacionais não é realista para Emmanuel, seja ela fundada numa livre mobilidade dos trabalhadores, ou em condições de subsistência histórica e funcionalmente idênticas como pretendia Ricardo²¹.

No Quadro 5, o valor adicionado era de 120 tanto para o país A como para o país B, passa a ser de 180 para o primeiro e de apenas 60 para o segundo. O trabalho em B passa a valer apenas 69% do trabalho em A.

As relações de troca entre B e A evoluem de

$$\frac{1}{1} > \frac{150}{190} > \frac{110}{230}$$

Emmanuel tenta mostrar que a interferência do capital total engajado é pequena, e que mesmo estes sendo idênticos em ambos os países, perdura a transferência de valor.

²¹ Note-se que Emmanuel procura estabelecer capitais constantes idênticos para os países como uma tentativa de eliminar o problema de avaliação destes insumos e meios de produção pelo seu "preço de produção" e não pelo seu valor visando erroneamente contornar a crítica original de Bortkiewicz.

O conceito de troca desigual dado por Emmanuel incorpora as transferências de valor devido à diferença de salários entre países. Essas diferenças não são explicadas porque a produtividade do trabalho é mais elevada nas áreas de maiores salários. Na realidade é admitido que o valor da força de trabalho é independente de sua produtividade. As causas que estabelecem valores desiguais para a força de trabalho entre regiões ou países têm origem histórica e social, razões que Emmanuel denomina de "ordem institucional".

Desse modo a troca desigual é definida por Emmanuel abstraído toda alteração de preços que resulte de uma concorrência imperfeita do mercado de mercadorias como sendo: "a relação dos preços de equilíbrio que se estabelece em virtude da equalização dos lucros, entre regiões que apresentam taxas de mais-valia 'institucionalmente' diferentes".

O termo "institucionalmente" significa que essas taxas são, por quaisquer razões não bem determinadas, subtraídas ao ajustamento concorrencial no mercado de fatores, e independentes dos preços relativos ²².

Os salários constituem a "variável independente" no modelo de Emmanuel. Não determinam, ao longo do processo de equalização da taxa de lucros, preços relativos entre países e regiões estabelecendo relações desfavoráveis às áreas de baixos salários.

Os salários se diferenciam segundo zonas geográficas, independentemente do preço das mercadorias, e se apresentam estáveis ao longo do tempo. O conceito de nível de subsistência é histórico e localizado, o que torna difícil a comparação de diferenças internacionais. Emmanuel constata, no entanto, que a intensidade do trabalho - entendida esta como a produtividade do trabalho com os mesmos instrumentos - de trabalhadores médios das áreas subdesenvolvidas é da ordem de 50 a 60% daquela do trabalhador médio das áreas industrializadas. Interferem aí razões de ordem nutricional e cultural, resultantes para ele do processo de troca desigual.

²² Emmanuel, A. - Op. cit., pág. 104.

Alguns aspectos vinculados ao desenvolvimento teórico da troca desigual de Emmanuel devem ser levantados.

Primeiramente, porque ele admite por hipótese que a taxa de mais-valia é menor no país desenvolvido, do que no país sub-desenvolvido. Isto não nos parece ser muito coerente, uma vez que no país mais desenvolvido e de maior composição orgânica do capital, o tempo de trabalho necessário para repor o salário é menor do que nos países subdesenvolvidos com menor composição orgânica.

Se os salários são mais elevados nos países desenvolvidos, esse aspecto não pode ser tomado de forma isolada como o faz Emmanuel. Sob essa questão encontram-se as três contradições inerentes ao capital: a primeira relativa ao conflito a nível das relações de produção e que envolve a organização dos trabalhadores e a formação de "exércitos industriais de reserva", na determinação dos salários. A segunda que se explicita da maneira como o capital vai avançando e destruindo formas arcaicas de estruturas produtivas buscando reduzir o tempo de trabalho necessário; e, finalmente, a contradição interna do capital, através do qual se produzem variações cíclicas na tentativa de evitar a queda tendencial da taxa de lucros. No capítulo seguinte voltaremos à questão tentando mostrar como a composição orgânica do capital e a taxa de exploração são forças que não podem ser analiticamente separadas sob a dinâmica da valorização do capital, e que Emmanuel utiliza de forma mecânica esses conceitos.

Outro aspecto refere-se ao emprego da fórmula de transformação de valor em preço por Emmanuel, e que Samir Amin apontou como não sendo prática²³, na medida em que Marx não levou em consideração que tanto a depreciação como os insumos que constituem o capital constante são mercadorias incorporadas pelo seu preço e não pelo seu valor. O mesmo se dá com os salários reais ao incorporarem mercadorias consumidas pelos trabalhadores.

²³ Amin, Samir - O Desenvolvimento Desigual - Forense Universitária, 1976, São Paulo.

Evidentemente, Emmanuel tentou se esquivar do problema da transformação na medida em que elaborou uma demonstração em que o capital constante é idêntico para ambos os países, e estabelece relações de valores adicionados entre países. Com efeito ele afirma:

*"Em consequência a decisão de não levar em consideração a objeção de Bortkiewicz, ou seja a prévia transformação dos valores dos insumos em preços de produção, estava justificada no concernente à nossa demonstração, uma vez que qualquer que fosse o efeito dessa transformação, não poderia mudar nada na relação dos dois produtos já que todos os insumos em trabalho passado, tanto os equipamentos como o consumo intermediário, são iguais em ambos os países"*²⁴.

No entanto, Emmanuel ao responder posteriormente a críticas a seu trabalho²⁵ termina por rever sua posição:

"Bortkiewicz não foi jamais rejeitado ... e com o fim de manter a estrutura dos esquemas de Marx tratando os valores dos insumos como previamente transformados ... estou agora seguro de que cometi um erro".

Emmanuel concorda ter subestimado a questão da transformação como a introduziu, mas enfatiza a importância de diferentes composições orgânicas e a transferência de excedente através das trocas, contido no esquema de transformação que não é invalidado pelas objeções que se antepuseram ao referido esquema.

²⁴ Emmanuel, A. - Op. cit., pág. 96.

²⁵ Emmanuel, A. - Op. cit., pág. 429.

Isto acaba levando-o a abandonar o esquema de transformação do valor em preço de produção para situar alternativamente o conteúdo da troca desigual, no que ele denomina "um esquema independente de preços de produção"²⁶. Parece ter concordado com Amin quando este afirmara muito anteriormente:

*"Sraffa concluiu que o sistema de preços relativos e a taxa média de lucro são determinados pelo nível de salário real. O sistema de Sraffa pode ser utilizado para medir a amplitude da troca desigual"*²⁷.

O "esquema independente de preços de produção" supõe um sistema capitalista em que o produto social se reduz a duas mercadorias, A e B, sendo A um bem de consumo e B um meio de produção. Supõe que os capitalistas do setor A e do setor B dispõem de um certo estoque de capital expresso em mercadorias. Supõe ainda que o trabalho é "homogêneo", e o salário é dado, em termos reais. O capital e o lucro somente se tornam homogêneos em virtude da existência de um sistema de preços. A massa de lucros totais é obtida pela diferença entre a produção real e o capital adiantado em termos reais. Essa massa de lucros deve ser repartida entre os setores em função do capital total que cada capitalista dispõe respectivamente em cada setor.

Se o salário em termos reais não fosse conhecido, o problema do valor não apresentaria solução, a não ser a marginalista numa situação de equilíbrio de mercado. Tem-se, pois, um esquema de duas equações e três incógnitas, ou seja, os preços e a taxa única de lucro. Permitirá então a determinação de uma estrutura de preços relativos e a taxa de lucros. Esquematisando vem:

²⁶ Emmanuel, Arghiri - Algunos Puntos Controvertidos - in El Intercâmbio Desigual, 5a. edição, Siglo Veintiuno Editores, pág. 440-445.

²⁷ Amin, Samir - El Intercâmbio Desigual in Imperialismo y Comercio Internacional - Cuadernos Pasado y Presente, 24 Córdoba, 1971.

	K	c	v	Prod.
Setor A	50A + 20B	10A + 5B	2A + 4B	40A
Setor B	30A + 140B	5A + 45B	3A + 6B	100B
<u>Total</u>	<u>80A + 160B</u>	<u>15A + 50B</u>	<u>5A + 10B</u>	<u>40A + 100B</u>

Supondo que a força de trabalho tenha trabalhado efetivamente um total de 500 horas sendo 200 horas para o setor A e 300 horas para o setor B, e que o salário real é dado por:

$$w = \frac{A + 2B}{100}$$

BCME - BIBLIOTECA

Então o lucro total em termos reais é determinado pela diferença:

$$L = (40A + 100B) - (15A + 50B) + (5A + 10B) = 20A + 40B$$

A taxa de lucro (r) do sistema será:

$$r = \frac{20A + 40B}{80A + 160B}$$

O sistema de equações será:

$$\text{Setor A: } 12A + 9B + r(50A + 20B) = 40A$$

$$\text{Setor B: } 8A + 51B + r(30A + 140B) = 100B$$

Fixando o preço de B idêntico à unidade torna-se possível determinar o preço de A em relação a B, bem como a taxa de lucro r .

Dessa forma vem que: $A = 0,9$; $B = 1,0$ e $r = 0.25$

Emmanuel afirma:

*"essas relações são as únicas possíveis e pudemos estabelecê-las com base em dados físicos de produção e sem referência à circulação"*²⁸.

Significam para o autor um esquema de preços de produção despojado da ambigüidade da transformação.

Supondo nesta altura que ocorra uma elevação geral nos salários, então a taxa de lucros cairá, bem como diminuirá o preço relativo da mercadoria produzida no setor cuja "composição orgânica do capital" é superior e aumentará o preço relativo da mercadoria no setor que apresenta "composição orgânica" inferior²⁹. Este, contudo, não é o caso da troca desigual propriamente dito. Se o aumento do salário ocorre apenas num setor, país ou região, este sim é o caso em que a troca desigual passa a atuar como força causal do desenvolvimento-subdesenvolvimento, segundo Emmanuel.

1.3 - As Críticas de Bettelheim ao Modelo de Emmanuel

Dentre as críticas à concepção de Emmanuel deve ser destacado o debate travado com Bettelheim. Procuraremos obter da extensiva contraposição de Bettelheim alguns pontos que julgamos mais centrais no que se refere à teoria da troca de-

²⁸ Emmanuel, A. - Op. cit., pág. 443.

²⁹ Emmanuel deveria referir-se a "diferentes estruturas temporárias do trabalho" e não continuar se valendo do conceito de composição orgânica do capital.

sigual em si, e que permitem vislumbrar a própria concepção que este autor tem da teoria em questão.

Para Bettelheim, Emmanuel reduz a nível das trocas um fenômeno que apresenta caráter mais amplo. Parece a "busca ilusória" de uma igualdade fundamental que se encontra dissimulada pela forma equivalente sob a qual a troca mercantil se apresenta.

O fato da teoria isolar o momento da troca é inadequado porque não a situa no campo das relações de produção e de atuação das forças produtivas. A teoria fica, portanto, desintegrada da estrutura capitalista na sua totalidade. O momento da troca realça aquilo que é mais visível e aparente nas relações econômicas. As categorias da circulação - preços, salários e moeda - apenas se acham situadas nos pontos onde alguns efeitos estruturais se encontram nivelados.

Bettelheim tenta deslocar a análise do momento da troca para o momento da produção ao referir-se ao mau emprego que Emmanuel faz do conceito de "preço de produção". Afirma corretamente que o "preço de produção" é uma forma transformada de valor, porém em seguida afirma que "a teoria marxista do valor não está construída em termos de mercado"³⁰, quando Marx enfatiza sempre a necessidade de não separar a totalidade que envolve a produção e a circulação das mercadorias. É neste sentido que o preço de produção toma a forma de valor, ou seja, contém a repartição do tempo de trabalho socialmente necessário entre as diferentes mercadorias produzidas.

Emmanuel utiliza o método clássico e compõe o preço de produção como a soma da remuneração dos "fatores" capital e trabalho necessários à produção das mercadorias, desvinculando as variações de lucros e salários da interação entre as forças produtivas. Este aspecto fica mais claro quando Emmanuel abandona o esquema de transformação, o "preço de produção" passa a incorporar o lucro como um resíduo, na revisão de sua teoria elaborada após as críticas feitas por Bettelheim, e que expusemos anteriormente.

³⁰ Bettelheim, C., Op. cit., pág. 314..

Bettelheim se empenha numa crítica aos deslizes no emprego do método marxista por Emmanuel quando na realidade este autor apenas procura se valer mecanicamente de algumas categorias marxistas, que obviamente ficam fora do contexto.

O fato dos salários serem considerados a variável independente faz parecer que bastaria a introdução de políticas que produzissem variações salariais, para que a desigualdade nas trocas fosse corrigida.

O "modelo" de Emmanuel reduz a noção de composição orgânica do capital a uma expressão aritmética que opera a transformação do valor, quando se trata de um objeto teórico rigoroso, cuja expressão em valor representa a composição técnica que conjuga relações de produção e forças produtivas. As desigualdades das composições orgânicas, - assim como a desigualdade dos salários - são um efeito da desigualdade do desenvolvimento das forças produtivas.

Outro aspecto contido no "modelo" de Emmanuel é que ele se situa no marco de um modelo de equilíbrio e concorrencial. Disfarça pois consequências reais das diferenças salariais e de preços de produção, que invertem as consequências sugeridas pelo modelo.

Bettelheim sugere o exemplo do Japão, cujo desenvolvimento se deu sob condições de baixos salários e tecnologia avançada realizando mais-valia extra que permitiu uma acumulação acelerada.

*"o que é mais fundamental não é uma desigualdade de troca e sim a desigualdade de produtividade social do trabalho tal como essa se manifesta no mercado mundial."*³¹.

Esta é a concepção que Bettelheim tem a respeito da troca desigual ainda que relute no emprego do termo. São as

³¹ Bettelheim, C. - Op. cit., pág. 331.

diferenças a nível das produtividades sociais do trabalho nos espaços nacionais ou regionais que operam na transferência de valor. Chama à atenção de que existe uma heterogeneidade a nível dos diversos espaços-capitalistas, que impede ajustamento a nível das forças produtivas, que Emmanuel parece não captar.

O emprego que faz Emmanuel de categorias marxistas despojadas de seu conteúdo referenciado nas relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas acaba produzindo uma série de falsas concepções de realidade, de natureza tipicamente ideológica. Dentre elas, as mais sérias correspondem às noções de exploração de países "pobres" pelos países "ricos" e dos trabalhadores dos países "ricos" explorando trabalhadores dos países "pobres".

O conceito de exploração está vinculado ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Quanto mais desenvolvidas forem as relações típicas capitalistas, mais explorados serão os trabalhadores, implicando em taxas de mais-valia mais elevadas e no crescimento da mais valia relativa decorrente das transformações tecnológicas ensejadas pela acumulação do capital. Não deve ser confundido com a sobre-exploração existente nos países "pobres" devido à expansão da mais-valia absoluta que aparece como condição mais desumana de trabalho.

É este nível mais elevado de exploração que torna mais atraente as inversões de capital nessas regiões ou países.

1.4 - Palloix e a Questão do Valor Internacional

O fundamento que Emmanuel dá para passar do valor nacional ao internacional é a possibilidade de redução do tempo de trabalho concreto entre os espaços nacionais ou regionais. Para Palloix³² isto significa comparar o incomparável, ou seja, as horas de trabalho na economia de subsistência em Uganda com a dos metalúrgicos de Detroit, sob a forma de tempo de

³² Palloix, C. - Op. cit.

trabalho social médio. Admitir isso significa considerar o valor em termos internacionais um dado, devido à homogeneidade do trabalho.

O importante seria explicar quais são os mecanismos que conduzem a uma sub-avaliação do valor da força de trabalho nos países não industrializados, da qual depende a efetivação da troca desigual. Esta sub-avaliação para o autor decorreria da incapacidade dos capitalistas nestes países para organizar o desenvolvimento econômico e impedir a drenagem de mais-valia para o exterior, reforçada pelo baixo nível de organização dos trabalhadores.

Como determinar o valor internacional com base nos valores nacionais? Palloix distingue duas fases - a do capitalismo concorrencial e a do capitalismo monopolista, ao contrário do que elabora Emmanuel ao distinguir duas etapas da troca desigual: no sentido amplo onde apenas operam as diferentes composições orgânicas do capital e referenciada em nível nacional, e a troca desigual stricto sensu, a nível internacional onde operam as diferenças na remuneração da força de trabalho.

Palloix, assim como Bettelheim, não vê como dissociar estes dois estágios, ou seja, de que as transferências de valor devido a diferenciais na remuneração da força de trabalho estão vinculadas às transferências de valor devido a diferenciais de produtividade.

A troca desigual é, portanto, um fenômeno específico de cada fase do modo capitalista de produção justaposto ao papel desempenhado pelo comércio entre os espaços.

1.4.1 - A troca desigual na fase do capitalismo concorrencial

As condições concorrenciais tornam possível a comparação das produtividades do trabalho a nível internacional. O valor das mercadorias é inversamente proporcional à produtividade do trabalho na economia nacional. Considerando os níveis

desiguais em que se encontram as forças produtivas nos espaços capitalistas, o valor das mercadorias nos países desenvolvidos é menor do que o valor das mercadorias nos países subdesenvolvidos. O valor internacional médio de todos os produtos se situa entre essas faixas de valores nacionais. A repartição do excedente devido à divisão internacional do trabalho faz com que os capitalistas se apropriem das vantagens que lhes assegura a maior produtividade nos países desenvolvidos. Contudo um valor internacional médio não tem sentido quando não prevalecem condições concorrenciais a nível internacional.

BCME-BIBLIOTECA

Mesmo supondo que exista esse valor internacional médio, ocorrem dois efeitos - o primeiro é a subavaliação do valor do produto exportado pelo país subdesenvolvido. O segundo é o efeito reflexo dessa subavaliação na do valor da força de trabalho. No entanto, fica configurada uma relativa independência, para Palloix, entre o valor nacional e internacional.

"Ora, no país menos desenvolvido, no tocante ao setor capitalista de exportação, o valor de troca da força de trabalho é considerado nulo visto que lhe é possível repelir tanto o custo de reprodução e formação como o de manutenção para o setor tradicional de que se serve para extrair a força de trabalho de que tem necessidade.

*O nível dos salários não é uma variável independente como o sustenta Emmanuel; a independência do nível dos salários é somente a independência do valor nacional em relação ao valor internacional"*³³.

³³ Palloix, C. - Op. cit., pág. 201.

1.4.2 - Troca-desigual e capitalismo monopolista

Para Palloix a exportação de capital (no sentido qualitativo) é uma das características do capitalismo monopolista. Ela se processa mediante uma rejeição das atividades de produção que tiveram origem na revolução industrial em direção à periferia. A qualificação requerida do trabalho é pouco elevada, havendo uma diferenciação em termos de trabalho complexo dos países onde se passa a revolução técnico-científica e de trabalho simples dos países herdeiros de revolução industrial. A relação entre ambos, que Emmanuel denominou de "composição orgânica do trabalho", não tende a diminuir, e explica porque apesar do valor da força de trabalho ser igual nos países desenvolvidos e não desenvolvidos, as remunerações respectivas não o são. O custo de reprodução dessa força de trabalho atua na manutenção dessa diferença, de forma que o trabalho simples é sub-avaliado em relação ao trabalho complexo.

Por outro lado, os mecanismos de determinação dos preços de produção fogem à lei dos valores internacionais porque a comparação das produtividades não constitui uma base para a formação de um valor médio.

Palloix concebe a troca desigual como:

*"a retirada de um excedente. Prende-se diretamente à necessidade experimentada pelo modo capitalista de produção de baixar o valor do capital constante e do capital variável, através de importações; e de aumentar pelas exportações o valor da mais-valia. Por isso a troca de 100 horas de trabalho por 20 entre o país desenvolvido e o subdesenvolvido envolve um fenômeno de sobre-avaliação e de sub-avaliação dos bens exportados e importados pelos capitalistas"*³⁴.

³⁴ Palloix, C. - Op. cit., pág. 359.

Esta definição apresenta uma incorreção quando afirma que as exportações ampliam a mais valia. Isto se processa na realidade de forma indireta, ou seja, o país desenvolvido acio na menos tempo de trabalho nas exportações porque não precisa produzir aquilo que demandaria um contingente maior de força de trabalho aplicada.

1.5 - Mandel - A Troca Desigual e a Não Equalização da Taxa de Lucros

BCME-BIBLIOTECA

Para Mandel a troca desigual é um fenômeno historicamente determinado numa fase do desenvolvimento do sistema capitalista, sendo responsável pela continuidade do subdesenvolvimento no "capitalismo recente"³⁵. A troca desigual-encarada como um mecanismo de exploração das "colônias" e "semi-colônias" pelas "metrópoles" - vai gradualmente substituindo e se tornando preponderante em relação à simples transferência de excedentes, característica da fase inicial do colonialismo mercantil e imperialismo. São portanto dois os mecanismos responsáveis pela apropriação de excedentes gerados nos países sub-desenvolvidos, que subsistem conjuntamente, sendo que a troca desigual após a 2a. Guerra passa a ser segundo Mandel definitivamente mais importante do que a prática de remessa de lucros.

Basicamente troca desigual para Mandel está vinculada à tendência dos países subdesenvolvidos em realizar transações através das quais quantidades crescentes de trabalho - ou produtos do trabalho - são trocadas por quantidade constante de trabalho - ou produtos do trabalho, dos países industrializados.

³⁵ Mandel estabelece três fases por que passa o sistema capitalista sendo que a última ele denomina de "late capitalism" que estou traduzindo por "capitalismo recente". As outras duas fases anteriores são respectivamente o capitalismo de livre concorrência e o imperialismo clássico.

A modificação no padrão de apropriação dos excedentes, que Mandel identifica a nível internacional, está estreitamente ligada às transformações capitalistas e ao movimento internacional do capital. O autor chama a atenção para o fato de que a maior parte do fluxo de capital se verifica entre os países industrializados e não entre estes e os subdesenvolvidos. No entanto no "capitalismo recente" a ênfase das inversões estrangeiras passa a se dar na produção de manufaturas e bens de consumo nos países subdesenvolvidos. Além disso o surgimento de políticas de caráter protecionista, procurando principalmente obstaculizar a remessa direta de lucros e a associação com os interesses capitalistas nacionais têm possibilitado uma maior intensificação da acumulação dependente nestes países. Convém observar que o padrão anterior se dava a partir de uma sensível diferença entre taxas de lucro média observada nos países dependentes e na metrópole.

"Disso resultava uma desaceleração da acumulação nas "colônias", porque boa parcela do excedente produzido nelas era sifonado para a metrópole onde ensejava o processo de acumulação e distribuição"³⁶.

Para Mandel existem duas fontes explicativas da troca desigual. A primeira decorre do fato de que o trabalho dos países industrializados é mais intensivo - mais produtivo de valor no mercado mundial do que o dos países subdesenvolvidos, ou o que dá no mesmo, o trabalho menos intensivo e produtivo recebe remuneração "normal" e o trabalho mais intensivo e produtivo é melhor remunerado. A segunda fonte da troca desigual decorre da não equalização da taxa de lucros no mercado mundial, onde diferentes preços de produção existem lado a lado e são articulados entre si.

³⁶ Mandel, E. - Op. cit., capítulo XI.

1.5.1 - Troca Desigual - Salários e Produtividade

Para seguir o raciocínio de Mandel incorporaremos o exemplo de que esse autor se vale para explicar a troca desigual.

Considerando o país A industrializado e o país B subdesenvolvido, cujos "pacotes de exportação" são expressos em termos de valor, da seguinte forma:

$$A) 5000 c + 4000 v + 4000 m = 13000$$

$$B) 200 c + 2000 v + 1800 m = 4000$$

São introduzidas algumas hipóteses simplificadoras:

1. esses valores correspondem exatamente aos valores internacionais, isto é, valores de mercado a nível mundial;

2. o "pacote de exportação" do país subdesenvolvido se destina todo ao país desenvolvido;

3. a balança comercial entre os dois países está em equilíbrio.

Desta forma têm-se que:

$$1.538 c_A + 1.231 v_A + 1.231 m_A = 200 c_B + 2.000 v_B + 1.800 m_B$$

Os valores internacionais iguais são trocados entre si, em termos equivalentes. Onde surge pois a troca desigual? Ela está sob a condição de que esses valores internacionais iguais representam quantidades desiguais de trabalho.

O produto exportado de A incorpora, por exemplo, 300 milhões de homens-hora trabalhados e o de B, 1200 milhões, empregando 150 mil e 600 mil trabalhadores, respectivamente, com idênticas jornadas de trabalho.

As diferenças de salários entre A e B são dadas por

$$W_A = \frac{1.231.000}{150.000} = 8,207$$

$$W_B = \frac{2.000.000}{600.000} = 3,333$$

BCME-BIBLIOTECA

Os salários são desiguais, o que não quer dizer nada em relação aos salários reais em cada país.

A troca desigual consiste na troca do produto de 300 milhões de horas de trabalho por 1.200 milhões de horas de trabalho, porque no mercado mundial, a hora de A é mais produtiva ou intensiva do que a de B. Isto implica pois numa transferência internacional de valor porque se o país A tivesse que pagar não as 300 milhões de horas mas sim as 1200 milhões equivalentes, realizaria apenas parte de sua importação e teria reduzido seus recursos para consumo e acumulação e portanto para o seu crescimento econômico. Ao resultado dessa troca desigual de quantidades de trabalho precisaria ainda ser acrescida a parcela do excedente acumulado em B por parte dos capitalistas estrangeiros e remetido para fora não importa sob qual forma.

O que Mandel está tentando mostrar é que o que justifica na base a troca desigual é a existência de condições não concorrenciais que afasta a situação de trocas equivalentes.

Assim a "troca desigual" vincula-se portanto a uma transferência de valor, "não em contraposição à 'lei do valor',

mas em consequência dela, não devido a uma equalização internacional da taxa de lucros, mas a despeito da ausência de tal equalização"³⁷.

Vista sob este ângulo a troca desigual ajuda a entender: a existência lado a lado de altas taxas de lucro e baixos salários, a acumulação do capital e a produtividade do trabalho nos países subdesenvolvidos e o relativo enriquecimento dos "países metropolitanos" às expensas das "colônias" e "semi-colônias", pela transferência de quantidades desiguais de trabalho no mercado mundial.

Vamos analisar em seguida alguns dos aspectos centrais da concepção de troca desigual de Mandel e que se situa em franca oposição à concepção de Emmanuel e rejeita parcialmente a concepção de Bettelheim.

Metodologicamente, Mandel discorda da visão desagregativa do capitalismo tanto de Emmanuel como de Bettelheim a nível das esferas de produção e circulação, (crítica essa que Galvan fará também a Schöeller como veremos mais adiante). O elemento de partida é a questão do diferencial de salários a nível internacional. Para Emmanuel, como foi visto, os salários constituem a variável independente do desenvolvimento econômico no capitalismo.

Os baixos salários nos países subdesenvolvidos condicionam as inversões do tipo trabalho-intensivo, que tendem a reforçar a defasagem entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nos países industrializados, a organização dos trabalhadores em sindicatos, a partir do fim do século XIX tornou possível garantir aumentos de caráter duradouro nos salários reais. Para Emmanuel o diferencial da produtividade social do trabalho entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não explica diferenças salariais. As diferenças de produtividade são portanto resultantes das diferenças de salários.

Bettelheim em oposição a Emmanuel procura explicar a troca desigual a partir de desenvolvimento desigual da produ

³⁷ Mandel, E. - Op. cit., pág. 360-361.

vidade social do trabalho e das relações de produção específicas nos países subdesenvolvidos. Em relação às diferenças de produtividade que Bettelheim aponta como origem das tendências divergentes de desenvolvimento, Mandel chama a atenção que não se deve tomar um hiato de produtividade como um dado a partir do qual o desenvolvimento toma caminhos diferentes. Ou seja, é necessário explicar o desenvolvimento dessas produtividades. O exemplo desta inadequação analítica é o caso do Japão que se industrializou um século após a Inglaterra e inclusive ultrapassou o nível de produtividade desta, em época recente.

Mandel concorda com Bettelheim que as diferenças de nível salarial são, em si, antes resultado do que causa das tendências gerais do capitalismo. Aponta o fato de que a crescente acumulação do capital vai sendo responsável pela desorganização dos processos pré-capitalistas de produção e das classes sociais nos mercados domésticos. Primeiramente o capital destrói mais emprego do que cria, ampliando a oferta de força de trabalho. Disso resulta uma dificuldade de estruturação da organização sindical, bem como de integrar novas necessidades num padrão de vida socialmente estabelecido. Os salários relativos são divergentes no longo prazo, uma vez que há um descompasso entre os níveis históricos de subsistência, especialmente localizados. Contudo na medida em que a acumulação de capital avança, desaloja as classes pré-capitalistas através do assalariamento. Ao se voltar para a expansão do mercado externo, começa a criar mais empregos na metrópole do que destruiu anteriormente.

O movimento simultâneo que destrói emprego nos países subdesenvolvidos e cria emprego nos países desenvolvidos atua sobre o movimento divergente de salários. Essas duas trajetórias, para Mandel, não são independentes, mas sim mutuamente determinadas, e representam dois movimentos complementares de um só processo em escala mundial de acumulação.

1.5.2. - Troca desigual e não equalização da taxa de lucro

Emmanuel parte da hipótese de que existe imobilidade internacional da força de trabalho e mobilidade internacional do capital. Disso evidentemente resulta a possibilidade das taxas de lucro se equalizarem de acordo com o esquema de transformação de valor em preço de produção uniformes em nível internacional. Se Ricardo pensava em termos de uma especialização internacional, que teoricamente tenderia a afetar a possibilidade de subdesenvolvimento, a hipótese de Emmanuel implica em capitais fluindo intensamente para países onde os salários fossem mais baixos podendo produzir o mesmo efeito, ou seja, liquidar o subdesenvolvimento.

Encarar a hipótese da perfeita mobilidade espacial do capital significa considerar a existência de uma certa homogeneidade do modo capitalista de produção, quando na realidade são as condições desiguais e combinadas do próprio modo de produção capitalista que determinam tamanhos desiguais de mercados internos e ritmos instáveis de acumulação. Possivelmente é devido à complexa interrelação entre níveis diferentes de desenvolvimento do modo capitalista de produção que não se assiste a uma maior valorização do capital onde os salários são baixos. Pode-se pensar que as estruturas sociais existentes nos espaços regionais e nacionais estreitam a possibilidade de acumulação interna do capital. A transferência de excedentes, a perda da possibilidade de acumulação e os problemas de um mercado doméstico estreito devem ser relevantes na condição e natureza do subdesenvolvimento. Os baixos salários, o desemprego e o subemprego, estão vinculados à não equalização da taxa de lucros a nível dos espaços regionais ou nacionais, em virtude da transferência da capacidade de acumulação.

Empiricamente tem sido comprovada a existência de grandes diferenças nas taxas de lucros, ainda que não mensuradas pelo conceito de preço de produção e sim pelo de mercado. Mas é necessário que se leve em consideração em termos compatíveis a pequena massa de capital que se situa nas áreas subdesenvolvidas em relação às desenvolvidas, cuja importância Emmanuel minimiza.

1.5.3. - Troca desigual e mais-valia extra

A troca desigual decorre da diferença na produtividade média do trabalho entre países ou regiões. É a resultante de um processo histórico e desigual de desenvolvimento do modo capitalista de produção, no momento em que as trocas são efetivadas. A existência de salários mais baixos nos países e regiões dependentes está relacionada à forma como o capital vai se introduzindo e desestruturando relações de produção antiquadas e criando um exército industrial de reserva. Este excesso de força de trabalho é ao mesmo tempo impeditivo das possibilidades de organização dos trabalhadores, o que não ocorre nos países ou áreas desenvolvidas. Há portanto a formação de taxas de mais-valia diferenciadas entre países e regiões. Nos países desenvolvidos o capital impedido de ampliar a mais-valia absoluta realiza esforços no sentido de ampliar a mais-valia relativa.

Existe pois uma dinâmica que explica porque o capital se estende para áreas de salários mais baixos, e ao mesmo tempo encontra limitações à expansão da acumulação devido à estreiteza do mercado e baixo nível de consumo. Além disso sobre o capital acumulado localmente atuam forças que o expõem para fora na medida em que ocorrem capacidade ociosa acima da margem planejada e deseconomias de escala.

A utilização do esquema de transformação implicando em preços de produção uniformes como decorrência da equalização da taxa de lucros não é realista, para Mandel, tendo em vista a não homogeneidade das relações de produção nos espaços e a forma não concorrencial que gera as condições para a obtenção de mais-valia extra ou sobre-lucro.

A restrição a que preços de produção sejam uniformes a nível nacional ou regional significa admitir a existência de valores diferentes das mercadorias nestes espaços, ou seja, de diferenças na produtividade ou intensidade do trabalho, na composição orgânica do capital, nas taxas de mais-valia, etc. A nível de mercado, o trabalho de um país ou região com elevada produtividade fará com que o produto de um dia de trabalho destes seja trocado pelo produto de mais do que um dia de trabalho da área onde o trabalho é menos produtivo.

Nesta troca é realizado um sobre-lucro, na medida em que ocorre uma apropriação do excedente por parte dos proprietários dos bens, maior do que aquele excedente gerado no instante de produção. Evidentemente o montante do excedente gerado pelo trabalho é idêntico ao montante de excedente apropriado pelos capitalistas na medida que só o trabalho produz excedente. Se há equalização da taxa de lucros a apropriação do excedente pende mais para as indústrias cuja composição orgânica do capital é mais elevada, ou seja, que são mais produtivas, e também para as regiões ou países onde a produtividade média do trabalho social é maior.

O sobre-lucro, no entanto, tem como principal fonte no capitalismo atual o funcionamento oligopólico do mercado, e o fenômeno de transferência de valor deve ser encarado não somente entre nações ou regiões, mas também internamente entre setores e nos próprios setores.

Segundo a interpretação de Mandel, Marx assinala o fenômeno de transferência de valor não somente entre setores, através da equalização da taxa de lucros, mas também dentro do mesmo setor³⁸.

O sistema capitalista inteiro aparece como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como o resultado do desenvolvimento desigual e combinado dos países, regiões, setores industriais e firmas, na busca por lucros extraordinários. Este sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas, e é a falta de homogeneidade que caracteriza essa unidade. Nesse sistema todo desenvolvimento e subdesenvolvimento reciprocamente determinam um e outro, porquanto a busca de sobre-lucros constitui o motivo primeiro sob o mecanismo de crescimento. O sobre-lucro é obtido às expensas dos países, regiões e setores menos produtivos. Sem regiões subdesenvolvidas não pode existir transferên-

³⁸ Schöeller critica Mandel nesta sua interpretação de Marx e mostra que na verdade não há transferência de valor internamente a um ramo ou setor quando aparece a mais-valia extra. Op. cit. pág. 10 a 12.

cia de excedente para as regiões desenvolvidas. Sem a existência de setores subdesenvolvidos não haveria transferência de excedente para os assim chamados setores dinâmicos e a correspondente aceleração da acumulação do capital do pós-guerra em diante.

Portanto, o sistema capitalista mundial é um conjunto integrado e hierarquizado de desenvolvimento/subdesenvolvimento em nível internacional, regional e setorial. A inovação tecnológica desenvolve um papel central no crescimento do capital de forma mais intensa no "capitalismo recente" de Mandel.

Contra a versão de Rosa de Luxemburgo a respeito da expansão do capitalismo, Mandel coloca que:

*"Desde que o problema pode ser reduzido à questão do valor ou transferência de valor, não há limite qualquer que seja em termos puramente econômicos a esses processos de crescimento da acumulação do capital às expensas de outros capitais, à expansão de capital através da acumulação e desvalorização conjunta de capitais, através da unidade dialética e contraditória da concorrência e concentração"*³⁹.

Há nisso uma dinâmica que envolve setores, regiões e países, onde o papel da tecnologia e adaptação a ela é importante no processo de valorização do capital.

1.6 - Schöeller e a Transitoriedade da Troca Desigual

Assim como Mandel, Schöeller nega a possibilidade de uma equalização de taxa de lucros a nível internacional e portanto descarta a possibilidade da formação de preços de produção a nível internacional.

³⁹ Mandel, E. - Op. cit., pág.104.

Schöeller⁴⁰ se insurge contra a idéia do subdesenvolvimento como uma situação permanente do mercado mundial capitalista e visualiza a troca desigual apenas como um fenômeno provocado pelo "bloqueio transitório" do desenvolvimento das forças capitalistas.

A concepção de troca desigual de Schöeller pode ser entendida através de uma subdivisão das críticas que ele faz: primeiramente ao negar a possibilidade aventada por Mandel de uma transferência de valor dentro de um mesmo ramo ou setor a partir da formação de mais-valia extra. Em seguida pelo seu questionamento a respeito da formação de valores internacionais - como já o fizera Palloix - na medida que essas abordagens têm como ponto de partida a existência destes valores a nível internacional como dados, o que não é tão simples a ponto de ser admitido de forma apriorística.

BCME-BIBLIOTECA

1.6.1 - A não-transferência de valor dentro do setor

A relação que se estabelece entre os produtores capitalistas de um determinado setor é a de determinação de um nível médio de produtividade ou intensidade do trabalho que independe de cada produtor em si - ou seja - a produtividade social média do setor. A existência de unidades de capital onde forças produtivas operam em condições superiores às da produtividade social média, dependendo da condição de realização das mercadorias, torna possível ao capitalista obter mais-valia extra. Se não houver excesso de demanda as mercadorias produzidas por trabalho menos intensivo em relação à média não realizam inteiramente seu valor, que então se perde.

A situação em que é gerada a mais-valia extra no momento da produção vai permitir no momento da circulação a apropriação de uma maior quantidade de trabalho.

⁴⁰ Schöeller, W. - Op. cit.

Para Schöeller, no entanto, as condições que permitem o surgimento de mais-valia extra num setor tendem a ser eliminadas com a concorrência dos capitais. A troca desigual de trabalho só existirá enquanto perdurar a situação em que a nível da produção ocorra a geração de mais-valia extra. Sob esse enfoque, em relação a outros autores, Schöeller destaca o momento da produção como possibilidade de ocorrência da troca desigual⁴¹.

Passando a um plano internacional, Schöeller admite que não ocorre um preço de produção internacional pois não há uma equalização da taxa de lucro em termos internacionais.

"Exatamente porque no plano internacional não existe ainda um processo de equalização do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, e por isso tampouco uma equalização dos custos de reprodução de todas as mercadorias e nem ainda condições médias de trabalho internacionalmente dadas (que é o pressuposto de uma base internacionalizada da formação de valor), uma troca desigual de tempos de trabalho nacionais no processo de formação de preço no mercado mundial não significa que seja também uma troca desigual de valores, isto é, uma transferência de valor como é o caso no quadro nacional de uma formação de valor capitalista unificado!"⁴².

A base para a formação de valor de um certo ramo inserido no mercado mundial apresenta determinação nacional, e a nação mais produtiva acaba vendendo suas mercadorias acima do seu "valor nacional" e a nação menos produtiva vende abaixo do seu "valor nacional". O que asseguraria a troca desigual seriam as condições impeditivas da concorrência dos capitais condicionados pelo desenvolvimento monopolizado da produtividade, que apresenta caráter transitório para o autor.

⁴¹ Galvan, G.C. - Op. cit., pág. 168.

⁴² Schöeller, W. - Op. cit., pág. 17.

A troca desigual em âmbito internacional corresponde a uma troca desigual de quantidades de trabalho nacionais e não diretamente a uma "transferência de valor como a que se verifica a nível nacional". Essas quantidades de trabalho são obviamente formadoras de valor entre as nações porém em medida diferente por unidade de tempo.

Isto é decorrência dos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas que geram o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e que desaparecerão por imposição da concorrência⁴³.

O bloqueio das forças produtivas decorre da forma como as áreas subdesenvolvidas foram incorporadas como componentes diretos da reprodução do capital das áreas desenvolvidas, determinando uma estrutura produtiva setorial incompleta. Esta estrutura incompleta, onde faltam ramos produtivos centrais é impeditiva da ampliação da reprodução e aumento da produtividade, e explica também a "fase transitória" prolongada que gera a troca desigual. O autor reflete as abordagens que procuram colocar este bloqueio a nível das limitações do mercado interno das áreas subdesenvolvidas sob argumentação da importância da localização da indústria de transformação no terceiro mundo na década de 60.

1.7 - A Crítica de Galvan à Schöeller

Ao elaborar uma análise crítica da contribuição de Schöeller sobre a troca desigual, Galvan⁴⁴ destaca o fato de que esse autor tem o mérito de trazer o entendimento da questão para o âmbito da concorrência entre produtores. É a geração de mais-valia extra dentro de um ramo ou setor que permite a troca de quantidades desiguais de trabalho entre setores. Es

⁴³ Schöeller, W. - Op. cit., pág. 19.

⁴⁴ Galvan, G.C. - Op. cit.

te deslocamento do eixo da troca desigual da circulação para a produção é importante na medida em que ambos os momentos: da produção e da circulação sejam encarados como uma totalidade dentro do processo de valorização do capital, o que certamente Schöeller não faz. Contudo o que é mais importante como crítica a Schöeller prende-se ao caráter transitório que o autor confere à geração da mais-valia-extra. Julgar um fenômeno duradouro dentro de um quadro de exceção pode ser mecânico como tentativa de explicar a tendência ao desaparecimento do subdesenvolvimento pela expansão e homogeneização das relações capitalistas.

Galvan chama a atenção de que Schöeller "não leva suficientemente em consideração a natureza geral do processo capitalista em sua fase oligopolista".

Troca desigual portanto está associada à forma como os capitais se articulam para captar os processos produtivos que os colocam acima da produtividade social.

Há dois aspectos contidos neste quadro: primeiramente, o fato desses capitais produzirem uma maior quantidade de valor em igualdade de tempo de trabalho, em segundo lugar, o fato de que as condições oligopolistas permitem assegurar os ganhos de produtividade sem que ocorra queda nos preços. Há maior taxa de lucro, implicando na apropriação de mais-valia extra.

II - VALOR E PREÇO NA TROCA DESIGUAL

2.1 - Introdução

A teoria da "troca desigual" tem sido abordada a partir de uma questão complexa, e que vem sendo muito discutida ao longo do tempo. Trata-se dos aspectos circunscritos à transformação do valor em preço de produção inicialmente desenvolvida por Marx e que provocou um debate ulterior que envolveu um elevado número de autores. Paralelamente, torna-se difícil afirmar que exista uma teoria da troca desigual, mesmo porque a discussão em torno do valor internacional não se apresenta até o presente delineada de forma clara.

Apesar de não se contar como uma teoria despojada de controvérsias no seu interior, os enfoques metodológicos e as questões suscitadas apresentam uma vantagem significativa na medida em que expressam um esforço para separar o aparente e o real nos momentos de análise econômica.

Quando se procura abordar a forma como está organizada a produção e a circulação de mercadorias, num determinado espaço, ou entre espaços, seja a nível nacional ou regional, o movimento do aparente e do real estão presentes tanto no âmbito da produção - circulação, como no do próprio espaço.

O esforço analítico empreendido por Marx e organizado por Engels no Livro III de O Capital¹ se concentra na tentativa de relacionar valor e preço, mais-valia e lucro, no contexto das relações inter-capitalistas, envolvendo sua totalidade bem como as distintas percepções de um mesmo fenômeno.

¹ Referimo-nos aos doze primeiros capítulos do Livro III - Volume 4º de O Capital - Edit. Civilização Brasileira.

Se as mercadorias fossem trocadas pelos seus valores respectivos; ou seja, incorporando as exatas proporções de trabalho abstrato, então não haveria troca desigual. Sob algumas condições existe a possibilidade de trocas iguais ocorrerem, principalmente sob a concepção do modo de produção capitalista mercantil simples, onde os meios de produção assumem importância pequena como capital e pertencem aos produtores.

Dentro das condições em que o modo de produção capitalista opera na sua plenitude, o requisito para que as trocas ocorram pelo seu valor respectivo é o de que os setores envolvidos venham operando com uma composição orgânica do capital idêntica à da composição orgânica média do sistema produtivo.

Evidentemente, situações que envolvam condições de um capitalismo mercantil simples, ou produções setoriais cuja relação entre capital constante e variável coincidem com a média, são antes constructos analíticos auxiliares para entendimento do momento histórico atual.

Procuraremos abordar a troca desigual como um fenômeno típico dentro do sistema capitalista, onde quantidades diferentes de trabalho são transferidas entre setores e espaços (regional ou nacional) sob as condições pelas quais se valoriza o capital a nível da produção e circulação de mercadorias.

O fenômeno da troca desigual se encontra historicamente situado dentro do capitalismo, mais especificamente a partir desse século, tendo se intensificado à medida que as relações inter-capitalistas apresentam maior quantidade de ligações, ou seja, com a ocorrência de uma crescente complexificação da divisão do trabalho, tanto no âmbito internacional como nos espaços nacionais.

Emmanuel, como examinamos, foi o autor que desenvolveu e ampliou a discussão em torno da concepção da troca desigual, e para isto tomou por base a questão da transformação do valor em preço. Outros autores como Amin, Bettelheim, Mandel, Palloix, Schöeller e Galvan trataram desta temática com enfoques diferentes de aprofundamento, discordância e crítica, principalmente ao texto de Emmanuel. No capítulo anterior procuramos explicitar os aspectos principais da exposição desses autores. No en-

anto, acreditamos que o ponto de partida deva ser um contacto com a questão da transformação do valor em preço de produção tanto ao nível de entendimento do processo de transferência de valor, como da troca envolvendo quantidades diferentes de trabalho.

Pretendemos em seguida discutir a questão da formação da mais-valia extra como forma de enquadrar a troca desigual dentro do capitalismo oligopolista. Isto porque com exceção de Alloix, Mandel e Galvan a abordagem teórica dos demais autores preocupados com a troca desigual está contida em pressupostos de ajustamentos concorrenciais ou de forças "institucionais" e transitórias que impedem os referidos ajustamentos. Isso pode levar a dois tipos de conclusões divergentes. A primeira é que esses desajustes entendidos tanto como força impeditiva de "alocação dos fatores" como da não homogeneização do espaço capitalista -entenda-se das forças produtivas e das relações de produção no espaço capitalista- acabam por serem resolvidos, pela concorrência, superando-se a diferença transitória que cerca o desenvolvimento-subdesenvolvimento².

O segundo tipo de conclusão é que a troca desigual operando sob condições de mercados oligopolistas não é um fenómeno transitório, mas típico dessa fase histórica do capitalismo, e que atua como forma impeditiva de uma estruturação homogênea do espaço capitalista. Espelha a própria forma como se dá a valorização desigual do capital.

Em seguida, ao longo desse capítulo, passaremos a comentar alguns aspectos envolvidos com a solução dada por Marx em relação à questão da transformação. Não nos estenderemos sobre as limitações e controvérsias geradas no seu bojo, a partir da crítica de Bortkiewicz, reconhecendo que isso foge ao nosso propósito.

Concorrência é entendida como a resultante de forças que produzem ajustamentos no interior de cada setor, em direção ao tempo de trabalho médio do setor, bem como entre os capitalistas, em direção a uma taxa de lucro equalizada. Não traduz uma noção de equilíbrio.

2.2 - A Transformação do Valor em Preço em Marx

O Aparente e o Real

Marx procura estabelecer uma distinção entre o que a mercadoria custa para o capitalista e o que custa produzi-la, ou mais especificamente, o seu custo de produção.

Como já vimos anteriormente, o valor das mercadorias pode ser expresso por

$$M = c + v + m$$

onde c é o capital constante, que corresponde ao capital adiantado sob a forma de insumos e o desgaste dos equipamentos num determinado período de tempo; v é o capital variável adiantado para pagamento dos salários e m é a mais valia ou excedente produzido pelo trabalho.

O custo para o capitalista é $(c+v)$, o necessário para repor o capital adiantado, que assume o aspecto de uma categoria ilusória da produção de valor, e se contrapõe ao custo real, envolvido na produção de valor que é $(v+m)$. Em termos de custo, (m) a mais-valia ou excedente nada custa ao capitalista. Corresponde à quantidade de trabalho que o capitalista não paga ao trabalhador e que gera um sobre-produto mais do que o necessário para repor o capital adiantado por ele.

"O custo para o capitalista mede-se pelo dispêndio do capital, e o custo real pelo dispêndio de trabalho"³.

³ Marx, K. - O Capital, Edit. Civilização Brasileira, Livro III, cap. I, pág. 31.

O custo real corresponde pois ao valor novo, e é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, e não pelo tempo de trabalho diretamente incorporado. Essa é a forma pela qual o trabalho passa a ter uma dimensão social, cabendo ao capital fazer com que o trabalho socialmente necessário -ou trabalho abstrato- seja continuamente abreviado para a produção de mercadorias.

O capital constante (c) apenas transfere seu próprio valor às mercadorias, sem nada adicionar. O capital variável (v) adiantado para pagamento de salário na realidade não adiciona o próprio valor ao produto, o que se processa é uma substituição de seu valor por valor novo gerado pelo trabalho em parte pago aos trabalhadores e em parte retido como mais-valia.

Marx admite a mesma concepção de lucro que Ricardo, a partir de uma noção da diferença entre o produto e o custo de produção. Contudo Marx procura estabelecer a natureza do lucro sob o capitalismo, o que Ricardo não fez, e mais, procura uma resposta de porque o capitalista é capaz de obter lucro na proporção do seu capital investido.

Na medida em que não são separados os momentos da produção e da circulação, torna-se possível estabelecer a conexão entre a mais-valia e o lucro, ao invés de procurar explicar o lucro apenas devido à realização ou venda das mercadorias, e como contribuição do capital.

*"O lucro é a mais-valia sob forma dissimulada, que deriva do modo capitalista de produção"*⁴.

Assim, na mesma magnitude o excedente criado pelo trabalho não remunerado é visualizado pelo capitalista como uma

⁴ Marx, K. - Op. cit., Livro III, cap. I, pág. 39.

criação do capital. No processo global que une produção-circulação, a mais-valia assume a forma de lucro como o resultado da aplicação do capital como um todo. Capital como um todo corresponde ao valor do capital fixo e do capital circulante, ou seja, a totalidade do capital adiantado¹ pelo capitalista incorporando a sua rotatividade no tempo. Se considerarmos que o capital constante contém todo o capital fixo, ou seja, que este se desgaste inteiramente num único período, então ele será totalmente incorporado ao custo da mercadoria neste período. Admitimos que assim ocorra daqui por diante para simplificar a exposição.

Visualizada pelo capitalista a mais-valia corresponde ao excedente gerado por todo o capital adiantado.

Vimos que o valor \bar{v} é expresso por:

$$M = c + v + m$$

e que

$$M = k + \ell$$

onde k é o custo capitalista, ℓ é o lucro, e a mais-valia é igual ao lucro.

Vejamos em seguida as implicações que decorrem da percepção da mais-valia e do lucro na relação entre valor e preço.

Valor e Preço

A construção analítica que Marx elabora sobre o capitalismo incorpora inicialmente no Livro I de "O Capital" uma con

cepção da teoria do valor a partir das relações entre produtores capitalistas num mesmo setor. Envolve pois a forma como ocorre a concorrência entre produtores de mercadorias, responsável pelos ajustamentos em torno das condições médias da produção social de cada setor.

A perspectiva de que o trabalho é a única fonte do valor está referenciada antes em relações sociais do que nos processos técnicos de produção. O fato de que as mercadorias tendem a ser trocadas pelos seus valores respectivos decorre de certas condições que já foram referidas.

Para Marx, contudo, modificações na quantidade média de trabalho são um elemento que interfere nos preços, e no Livro I de O Capital já chamava a atenção para a diferença entre valor e preço, devido às diferentes composições orgânicas do capital⁵.

Todavia é no Livro III que a formulação da teoria do preço de produção se torna mais clara, quando Marx passa à análise das relações inter-capitalistas envolvendo diferentes setores.

A perspectiva analítica está agora inserida no modo de produção capitalista na sua fase mais madura, e onde as mercadorias não mais serão trocadas pelos seus valores respectivos e sim pelos seus preços de produção.

Antes, contudo, é necessário que se focalize o papel da taxa de lucro quando o sistema capitalista atinge sua maturidade.

A Taxa de Lucro

A taxa de lucro é expressa pela relação entre o excedente ou mais-valia e a totalidade do capital adiantado independente da sua rotatividade. Chamando a taxa de lucro de l' vem que:

⁵ Marx, K. - Op. cit., Livro I, Cap. X, pág. 363 a 365.

$$\ell' = \frac{m}{c + v}$$

Como enfatiza Marx, a mais-valia e a taxa de mais-valia são o invisível, o essencial. A taxa de lucro, ou seja, a mais-valia sob a forma de lucro corresponde à superfície do fenômeno. Sujeito e objeto são invertidos no processo de produção - as forças produtivas do trabalho aparecem como forças produtivas do capital⁶.

Marx determina a seguinte relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valia (m'), como segue:

$$\ell' = m' \cdot \frac{v}{c + v}$$

BCME - BIBLIOTECA

A taxa de lucro relaciona-se pois diretamente com a taxa de mais-valia e inversamente com a composição orgânica do capital. Porque admite que quanto maior for a composição orgânica num setor menor será a taxa de lucro; o que à primeira vista pode parecer incorreto expressa uma contradição que será esclarecida mais adiante.

Se um capital individual possibilita que o trabalho se efetive com uma produtividade superior à média social, fabrica produtos com valor menor do que o valor social médio. O fato de poder ou não realizar um lucro extraordinário ainda não nos interessa em termos analíticos.

Supondo que as mercadorias produzidas dentro das condições médias sejam vendidas pelo seu valor, vejamos o que ocorre quando há modificação na produtividade, afetando a relação entre o capital constante e o capital variável:

- um aumento nos salários, ou melhor, no tempo de trabalho necessário, produz uma diminuição na mais-valia;
- um aumento na intensidade do trabalho, ou na jornada de trabalho, produz um aumento na mais-valia.

Mas a taxa de lucro pode variar independentemente de taxa de mais-valia, dependendo da composição orgânica do capital.

⁶ Marx, K. - Op. cit., Livro III, Cap. II, pág. 48.

Marx procura determinar como em um país se forma a taxa geral de lucro. Supõe que haja uma homogeneidade relativamente à taxa de exploração ou mais-valia. Se a preocupação fosse a de comparar taxas de lucros entre países ter-se-ia que voltar à questão de diferentes taxas de mais-valia do trabalho nesses países, assunto que abordaremos em seguida. Considerando-se uma taxa de mais valia constante, as taxas de lucro entre os setores são diferentes devido às distintas composições orgânicas envolvidas.

A composição orgânica do capital implica em dois aspectos simultâneos:

- a composição técnica, que expressa quanto da força de trabalho (número de trabalhadores) é necessário num determinado tempo, para produzir uma certa quantidade de produto com uma determinada técnica. Espelha pois um dado estágio de desenvolvimento da produtividade;

- a composição segundo o valor, ou seja, a relação entre o valor das partes que compõem o capital. Contudo a relação pode ser a mesma mesmo havendo diferentes magnitudes do capital.

Assim a composição orgânica "é a composição do capital segundo o valor na medida em que é determinada pela composição técnica, e a reflete"⁷.

Supondo que os capitais sejam iguais em dois setores com idênticas taxas de exploração do trabalho e duração da jornada de trabalho, eles podem produzir quantidades diferentes de mais-valia dependendo de sua composição orgânica.

Utilizando a notação de Marx:

Setor I 20 c + 80 v + 80 m = 180

Setor II 80 c + 20 v + 20 m = 120

⁷ Marx, K. - O Capital, Livro III, Cap. VIII, pág. 165.

Considerando que os capitais nos vários setores se repartem de forma desigual, isto é, segundo diferentes composições orgânicas, mobilizando quantidade desigual de trabalho, que produz quantidades desiguais de mais-valia, então as taxas de lucro tendem a ser diferentes em cada setor.

No exemplo anterior observa-se que as "taxas de lucro" são respectivamente:

$$r'_I = 80/100 = 0,8$$

$$r'_{II} = 20/100 = 0,2$$

Neste caso (taxas de mais-valia idênticas nos setores), a geração de mais-valia aparece como sendo mais intensa na medida em que ocorre maior mobilização de trabalho, ou seja, quanto menor for a composição orgânica dos capitais. Porém isso será verdade apenas se as mercadorias forem vendidas pelos seus valores respectivos. No exemplo dado, por 180 e 120 respectivamente, e isso implicaria em taxas de lucro diferentes para cada setor.

Neste ponto é atingida uma dificuldade, que Ricardo não conseguiu resolver e que Marx supera.

Numa situação em que o capitalismo se encontre amadurecido, se as taxas de lucro se relacionarem inversamente com as composições orgânicas em cada setor - ou seja admitindo-se que as mercadorias sejam trocadas pelos seus respectivos valores, isto significaria admitir que o progresso técnico se toma contrário à racionalidade capitalista, que os setores mais produtivos são desencorajados por menores taxas de lucro, em suma, que o capital não esteja voltado para uma permanente abreviação do tempo de trabalho necessário.

No entanto, a análise centra-se num estágio de pleno desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, onde as mercadorias não são trocadas diretamente pelo seu valor e sim pelo preço de produção.

Valor e Preço de Produção

Até aqui o fato de se considerar que as mercadorias são vendidas pelos seus valores respectivos enseja que o excedente ou mais-valia gerado em cada setor é apropriado inteiramente pelos capitalistas do próprio setor.

O passo dado para resolver o impasse está na própria concepção do capital na medida que este é encarado como um fundo dotado de elevada mobilidade, com possibilidade de estabelecer uma tendência à equalização da taxa de lucro. Para Marx, os capitalistas são vistos como acionistas de uma grande sociedade anônima, cujo lucro de cada um corresponde aos dividendos distribuídos segundo uma mesma taxa, proporcionalmente ao seu capital. Nas suas palavras:

*"O lucro acrescentado ao preço de custo (c+v) não se regula pela quantidade de lucro que determinado capital produz em determinado ramo e dado tempo, e sim pela quantidade de lucro que corresponde em média, em dado período, a cada capital aplicado como parte alíquota do capital global da sociedade empregado em toda a produção"*⁸.

O preço de produção corresponde pois à forma transformada do valor, onde a taxa geral de lucro é estabelecida exogenamente a cada setor ou unidade de capital, sendo determinada pela relação entre a massa total de mais-valia gerada e a totalidade do capital. Essa taxa média de lucro é a que será considerada pelos capitalistas para a determinação dos preços de produção respectivos em cada setor.

⁸ Marx, K. - O Capital, Livro III, Cap. IX, pág. 180.

Em termos agregados a massa de lucros é idêntica à massa de mais-valia, significando que o excedente ou mais-valia gerada pelo trabalho num setor ou numa unidade de capital não é necessariamente apropriada pelo capitalista daquela unidade ou setor. A apropriação do excedente gerado na produção apesar de já estar determinada nesta fase da produção, somente se realiza no processo de circulação.

Como vimos, os setores cuja composição orgânica do capital é inferior, por mobilizarem mais trabalho apresentam maior geração de valor. No entanto parcela desse valor é apropriada pelos setores que operam com composição superior.

Como decorrência da produção-circulação em moldes tipicamente capitalistas os setores mais produtivos tendem a se apropriar de uma parcela do valor maior do que estes setores geraram.

A relação entre a composição orgânica do capital em cada setor e a composição orgânica média de todos os setores é que determina a transformação específica da mais valia em lucro em cada setor (supõe-se que a taxa de mais-valia seja a mesma em todos os setores).

Assim, o lucro do setor (i) é determinado por:

$$l_i = \frac{\text{composição orgânica do setor } i}{\text{composição orgânica média}} \times m_i$$

que decorre da tendência à equalização da taxa de lucros em todos os setores.

Assim, se a composição orgânica do capital do setor (i) é superior à média, sua massa de lucro será maior do que a mais-valia por ele gerada e vice-versa.

Nesta passagem que vai da realização das mercadorias pelo seu valor, ou quantidades respectivas de trabalho abstrato, para a realização pelos preços de produção é necessário destacar que é a diferença de produtividade do trabalho que possibilita essa apropriação diferente que o capital realiza em cada setor. Não se trata apenas da questão da formação dos lu-

ros, que envolve a relação entre capitalistas e trabalhadores mas também da questão da equalização da taxa de lucros que se refere às relações entre capitalistas, ou seja, a concorrência intercapitalista, e que não podem ser vistos como aspectos separados.

É importante não pensar que as distintas composições orgânicas expliquem o lucro como a remuneração equivalente de alguma contribuição específica ao processo produtivo⁹.

Retomando o exemplo anterior, e acrescentando um terceiro setor que opera dentro das condições médias dos dois anteriores, apresentamos em seguida o esquema da transformação dos valores em preços de produção¹⁰.

$$\text{Setor I} \quad 20 c + 80 v + 80 m = 180$$

$$\text{Setor II} \quad 80 c + 20 v + 20 m = 120$$

$$\text{Setor III} \quad 50 c + 50 v + 50 m = 150$$

A massa de mais-valia gerada pelos três setores é de 150, e o capital total mobilizado é de 300.

A taxa média de lucro será portanto de 150/300 ou seja, 50% (corresponde à taxa média, ponderada pelos capitais adiantados).

Os preços de produção (P) são determinados acrescentando-se aos custos de produção de cada setor o lucro decorrente da aplicação da taxa média ao capital mobilizado correspondente.

⁹ Medio, Alfredo - Profits and Surplus Value: Appearance and Reality in Capitalist Production - in A Critique of Economic Theory; Hunt and Schwartz.

¹⁰ Marx, K. - O Capital, Livro III, Capítulo IX.

Quadro 6 - Conversão dos Valores em Preços de Produção Segundo Marx

Setor	c	v	m	V	λ'	λ	P	Desvio
I	20	80	80 =	180	0.5	50	150	-30
II	80	20	20 =	120	0.5	50	150	+30
III	50	50	50 =	150	0.5	50	150	-
Soma	150	150	150	450		150	450	-

BCME - BIBLIOTECA

O setor I apresenta um desvio do preço de produção em relação ao valor de -30; o setor II apresenta um desvio de +30. O setor III apresenta o preço de produção idêntico ao valor.

Observa-se que a soma dos valores V é idêntica à soma dos preços P, e que o total da mais-valia (m) é igual ao total do lucro (λ).

O desvio dos preços em relação aos valores, quando ocorre a equalização da taxa de lucro, é operado pelas diferentes composições orgânicas do capital, sendo que o setor III apresenta composição orgânica idêntica à média dos três setores. O capitalista do setor I ao vender suas mercadorias recupera o seu capital adiantado de 100, mas apenas 50 da mais-valia gerada neste setor fica em suas mãos. Já o capitalista do setor II se apropria de uma parcela da mais-valia maior do que a gerada no seu setor. Na transformação do valor em preço de produção configura-se uma transferência de valor entre os setores, que decorre das diferentes produtividades do trabalho envolvidas. Há portanto transferência de trabalho excedente entre os setores devido à concorrência entre capitalistas que tem como resultante a equalização da taxa de lucros.

Os preços de produção seguem sendo valores. São no entanto valores transformados pelas composições orgânicas do capital ao nível das relações intercapitalistas. A própria

composição orgânica do capital é também uma expressão em valor de um estado da técnica, como vimos anteriormente.

A troca das mercadorias pelos seus respectivos preços de produção está pois em consonância com o valor das mercadorias e as condições capitalistas de produção:

*"os valores das mercadorias precedem os preços de produção não só teoricamente como historicamente"*¹¹, na medida em que os meios de produção vão deixando de pertencer a quem trabalha.

O capital torna-se pois a força do universo capitalista que desloca o valor das mercadorias em direção aos preços de produção. Não há pois "troca desigual" de quantidades de trabalho quando as mercadorias são trocadas segundo os seus preços de produção, porque não é possível separar a produção a nível de valor e geração da mais-valia, da circulação a nível do preço de produção e apropriação da mais-valia sob a forma de lucro. Assim como o capital tem o poder sobre a realização do sobre-trabalho ou do sobre-produto, é o próprio capital que tem o poder a nível das relações intercapitalistas para determinar como se distribui a mais-valia sob a forma de lucro, entre os setores.

Portanto, na transformação do valor em preço de produção ocorre uma transferência de valor, isto é indiscutível, mas isto se processa como uma forma de valor, ou seja, o preço de produção prossegue sendo valor, que garante a valorização do capital em todos os setores, segundo a taxa de exploração decorrente da luta entre capitalistas e trabalhadores.

¹¹ Marx, K. - Op. cit., Livro III, Cap. X, pág. 201.

2.3 - Salários e Preços de Produção

Marx ao analisar a transformação do valor em preço parte de uma situação em que a taxa de mais-valia é a mesma para os vários setores. Se ocorrer uma elevação (ou diminuição) dos salários em geral, a forma como esta alteração afeta o preço de produção irá depender da composição orgânica do capital em cada setor¹². Assim sendo uma elevação geral dos salários ocasionará uma diminuição na massa de mais-valia. A taxa de lucro cairá porque, além da queda da massa de mais-valia, isto implicará numa maior massa de capital adiantado para fazer face ao aumento de salários. Os setores que operam com uma composição orgânica inferior à média terão um preço de produção mais elevado do que o valor respectivo, o inverso ocorrendo com aqueles setores que operam com uma composição orgânica superior. No caso em que há uma queda geral nos salários os efeitos se invertem.

Variações nos salários, que modificam a taxa de mais-valia, decorrem de modificações no valor da força de trabalho, e se efetivam caso haja uma modificação na produtividade do trabalho nos setores que produzem os bens de salário, variando portanto o valor das mercadorias de consumo dos trabalhadores. Caso contrário resultarão apenas em modificações no salário nominal¹³. Alterações no salário real que causam modificação nos preços de produção devem ser necessariamente referenciadas em variações na produtividade do trabalho. Nesse sentido é que as lutas sindicais por aumento de salários visam conservar para os trabalhadores parcela dos ganhos de pro

¹² Marx, K. - O Capital, Livro III, Cap. XI.

¹³ O esquema de reprodução ou "equação de troca" marxista entre os departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Capitalista e de Consumo dos Trabalhadores encontra-se bem mostrado em Kalecki - As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna in Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas - Hucitec - 1977.

atividade. Dessa forma não faz sentido pensar em alterações autônomas no valor da força de trabalho.

Voltando à questão das taxas de mais-valia, podemos admitir que elas sejam diferentes entre setores devido a condicionantes históricos, tecnológicos e distintos níveis de organização operária.

Podemos apresentar a seguinte situação: considerando-se dois setores que operam com a mesma composição orgânica, e taxas de mais-valia diferentes, então aquele setor em que a taxa de mais-valia é mais elevada apresenta salário mais baixo, ou melhor, o seu tempo de trabalho necessário médio é menor.

Isto pode ser apresentado da seguinte maneira:

$$\begin{array}{l} \text{Setor I} \quad 40 c + 20 v + 20 m = 80 \\ \text{Setor II} \quad 100 c + 50 v + 60 m = 210 \end{array} \quad (1)$$

A composição orgânica de ambos os setores é idêntica, e a taxa de mais-valia do setor II é mais elevada do que a do setor I.

Em termos percentuais as expressões (1) ficam:

$$\begin{array}{l} \text{Setor I} \quad 50 c + 25 v + 25 m = 100 \\ \text{Setor II} \quad 47,6 c + 23,8 v + 28,6 m = 100 \end{array} \quad (2)$$

Quando se aprecia a diferença de salários não a nível de setores mas entre nações, o aspecto principal é que em geral os salários nominais poderão ser provavelmente mais elevados nos países plenamente inseridos no modo de produção capitalista, do que os salários dos países menos desenvolvidos.

Quando a produção de um país está fundada em moldes capitalistas, a sua intensidade e produtividade do trabalho situam-se acima daquela dos países onde vigoram relações de

produção arcaicas, cujas forças produtivas não se desenvolveram. Agora, isto não significa que nos países centrais o salário seja mais elevado. Provavelmente a taxa de mais-valia nesses países centrais é maior, isto significando que perante a mais-valia ou o produto gerado, em termos relativos, o salário é menos elevado¹⁴.

Retomemos as expressões (1) e (2) aplicáveis tanto a dois setores como a dois países.

Em (2) supôs-se que as composições orgânicas eram idênticas e a taxa de mais-valia diferente. Portanto uma menor proporção de trabalho pago, ou seja 23.8 do setor II, seria responsável pela produção do mesmo valor de 100 que o trabalho pago de 25 do setor I.

Se passarmos a considerar que a composição orgânica do setor II seja mais elevada, então o valor gerado pelo trabalho corrente neste setor em termos proporcionais, tanto em relação ao trabalho pago como em relação à mais-valia será menor.

$$\begin{array}{l} \text{Setor I} \quad 40 \text{ c} + 20 \text{ v} + 20 \text{ m} = 80 \\ \text{Setor II} \quad 150 \text{ c} + 50 \text{ v} + 60 \text{ m} = 260 \end{array} \quad (3)$$

Em termos percentuais as expressões (3) ficam:

$$\begin{array}{l} \text{Setor I} \quad 50 \text{ c} + 25 \text{ v} + 25 \text{ m} = 100 \\ \text{Setor II} \quad 57,7 \text{ c} + 19,2 \text{ v} + 23,1 \text{ m} = 100 \end{array} \quad (4)$$

Pois bem, se analisamos o que ocorre com o preço de produção, sabemos que a transformação do valor depende da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia atuante.

¹⁴ Marx, K. - O Capital, Livro I, Volume 2, Cap. XX.

do simultaneamente e de forma inversa¹⁵. Se por hipótese a composição orgânica for a mesma entre dois setores, e as taxas de mais-valia desiguais, haverá transferência de mais-valia dos setores cuja taxa média de mais-valia for superior para os setores de taxa de mais-valia inferior.

Como a composição orgânica atua de forma inversa, ocorre que (mesmo que os salários sejam mais baixos), torna-se possível inverter o sentido dessa transferência de mais-valia.

Supondo que existe entre os setores (ou países), concorrência intercapitalista o suficiente para equalizar a taxa de lucros, vamos em seguida apresentar as transformações dos valores em preço das expressões (2) e (4). Quando operam composições orgânicas e taxas de mais-valia diferentes a transformação de mais-valia em lucro no setor (i) obedece a seguinte expressão:

$$\ell_i = \frac{q_i}{\bar{q}} \cdot \frac{\bar{m}'}{m'_i} \cdot m_i$$

onde ℓ_i : massa de lucro apropriada pelo setor i

q_i : composição orgânica do setor i

\bar{q} : composição orgânica média

m'_i : taxa de mais-valia do setor i

\bar{m}' : taxa de mais-valia média

m_i : massa de mais-valia gerada no setor i

Retomando aos exemplos:

a) considerando composição orgânicas idênticas e taxas de mais-valia diferentes de acordo com a expressão (2) vem que:

¹⁵ Convém lembrar que a taxa geral de lucro se relaciona em cada setor diretamente com a taxa de mais-valia e inversamente com a composição orgânica do capital.

$$\text{Setor I} \quad 50 \text{ c} + 25 \text{ v} + 25 \text{ m} = 100$$

$$\text{Setor II} \quad 47,6 \text{ c} + 23,8 \text{ v} + 28,6 \text{ m} = 100$$

A taxa de lucro será de 0,366 e os preços de produção de 102,46 e de 97,54 respectivamente.

b) considerando composições orgânicas e taxas de mais-valia diferentes em ambos os setores, de acordo com a expressão (4) vem que:

$$\text{Setor I} \quad 50 \text{ c} + 25 \text{ v} + 25 \text{ m} = 100$$

$$\text{Setor II} \quad 57,7 \text{ c} + 19,2 \text{ v} + 23,1 \text{ m} = 100$$

A taxa de lucro será de 0,316 e os preços de produção de 98,75 e de 101,25 respectivamente.

Evidentemente se os setores mantiverem relações igualmente proporcionais entre taxas de mais-valia e de composição orgânica, teremos a situação particular em que o valor é idêntico ao preço de produção, ainda que as composições e as taxas de mais-valia sejam diferentes¹⁶.

O objetivo dessas considerações em torno da taxa de mais-valia se prende à necessidade de estabelecer uma distinção entre os efeitos de salários nominais relativos na percepção da troca desigual entre países ou setores. Inverte-se pois a perspectiva analítica que Emmanuel estabelece a priori, ou seja, que a taxa de mais-valia nos países da periferia seja superior à dos países centrais. Torna-se evidente que isto faz com que duas forças: a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia que estão interligadas operem no

¹⁶ Este por exemplo é o caso exposto abaixo

$$40 \text{ c} + 20 \text{ v} + 20 \text{ m} = 80$$

$$130 \text{ c} + 50 \text{ v} + 60 \text{ m} = 240$$

cujos preços de produção são respectivamente 80 e 240.

mesmo sentido no mecanismo de transferência de mais-valia dos países periféricos em direção aos países centrais na concepção de Emmanuel.

Ora como vimos essas duas forças atuam de forma conjunta e contrária e encerram o aspecto da contradição interna com que se defronta o capital na busca de sua contínua valorização: quanto maior a massa de capital, mais abreviado tende a se tornar o tempo de trabalho necessário como forma de compensar a taxa de lucro.

O perigo da análise mecanicista de Emmanuel está justamente em visualizar apenas os salários mais baixos dos países subdesenvolvidos, em relação aos salários dos países desenvolvidos, levando-o a admitir que a taxa de exploração é menor nestes últimos países. Na realidade o processo de desenvolvimento capitalista implica no poder que vai assumindo o capital em abreviar o tempo de trabalho necessário. O fato de Emmanuel admitir o salário como variável independente no seu modelo acaba fazendo com que, para ele, a taxa de mais-valia mais elevada nos países subdesenvolvidos se constitua numa hipótese que deve ser questionada.

Esse aspecto fere a lógica da troca desigual concebida por Emmanuel. Convém ainda esclarecer outro aspecto, ou seja, quando se coloca a questão da transformação de valor em preço de produção entre países para caracterização da troca desigual, isto significa admitir a existência de concorrência intercapitalista que equaliza a taxa de lucros a nível internacional, e que torna possível comparar salários internacionais. Há de forma subjacente uma noção de homogeneidade do modo capitalista de produção entre os países, que parece uma generalização que requisita certos cuidados, mesmo a nível de análise inter-regional.

Até aqui, vimos como os valores num sistema capitalista desenvolvido se transformam em preço de produção dentro da pressuposição que a concorrência de capitais realiza a equalização da taxa de lucros, e que a concorrência entre produtores

duz os diferentes valores individuais a um valor único em da setor.

Em seguida examinaremos as condições em que internamen ao setor surge a mais-valia extra, e entre setores possa o haver uma equalização de taxa de lucros.

4 - Mais-Valia Extra, Oligopólio e Troca Desigual

A concorrência entre produtores, dentro de cada setor em o papel de ajustar as condições individuais de produção de a mesma mercadoria às condições médias ou seja a determina- o de um tempo social médio de produção. Esse tempo social médio de produção se fixa em virtude da possibilidade de mu- nça dos produtores dos setores onde são menos produtivos ra os setores onde são mais produtivos. A este tempo social médio, Marx denomina de valor de mercado.

*valor de mercado é o valor médio das mercadorias produzidas em ramo, ou o valor individual das mercadorias produzidas as condições médias do ramo e que constituem a grande massa seus produtos"*¹⁷.

O valor de mercado é determinado pela concorrência en- e os produtores, enquanto a oferta e a demanda de mercado- as regulam o preço de mercado ou os desvios que o preço de mercado apresenta em relação ao valor de mercado

*valor de mercado rege a relação entre a oferta e a procu- , ou constitui o centro em torno do qual as flutuações da oferta e da procura fazem girar os preços de mercado"*¹⁸.

Marx, K. - O Capital, Livro III, Cap. X, pág. 202.

Marx, K. - O Capital, Livro III, Cap. X, pág. 205.

Assim, as mercadorias produzidas nas condições médias determinam o valor de mercado. Os produtores individuais que produzem em condições mais favoráveis num determinado setor, portanto com valor individual abaixo do de mercado realizam mais-valia extra, ou sobre-lucro. Os produtores cujo tempo individual é superior ao tempo social médio de produção deixam de realizar mais-valia, ou parte dela, ou seja, perdem o valor correspondente ao tempo excedente.

O valor de mercado compreende mais-valia extra ou sobre-lucro para os produtores que produzem em melhores condições em cada setor.

Quando se introduz não só a concorrência entre produtores, mas também a concorrência entre capitalistas, que determina a taxa média de lucro, o que é colocado analiticamente em termos de valor de mercado estende-se ao preço de produção. O preço de produção passa a ser o centro em torno do qual oscilam os preços de mercado.

BCME - BIBLIOTECA

As oscilações nos preços de mercado em relação aos preços de produção provocados por excesso de demanda ou de oferta, fazem com que as mercadorias produzidas em condições de menor produtividade realizem mais-valia no primeiro caso (excesso de demanda), e as produzidas com maior produtividade realizem mais-valia extra. No caso de excesso de oferta, o contrário se verifica.

A mais-valia extra ou sobre-lucro pode aparecer com base em duas condições:

- devido a que a concorrência entre produtores não é suficiente para um ajustamento dos tempos individuais ao tempo social médio de trabalho e cujas mercadorias são realizadas no mercado;

- o fato de alguns setores não se submeterem à equalização da taxa média de lucro decorrente da concorrência entre capitais.

Marx afirma:

"pode ainda haver sobre-lucro quando certos ramos estão capacitados para evitar que os valores das mercadorias se transformem em preços de produção e por conseguinte que seus lucros se reduzam ao lucro médio"¹⁹.

No primeiro caso a mais-valia extra ou sobre-lucro ocorre dentro de um setor envolvendo portanto diversos produtores de uma determinada mercadoria. Neste caso uma mesma mercadoria é produzida segundo diversos valores individuais que se realizam como mercadoria decorrente das condições de mercado, segundo um determinado preço de produção. No segundo caso o preço de produção que deveria ser dado pela expressão:

$$P = k + k \cdot (\bar{l}')$$

onde \bar{l}' é a taxa de lucro média exógena ao setor, se transformamos em:

$$P^o = k + k^o (\bar{l}')$$

Então P^o não é mais o preço de produção que decorre de equalização da taxa de lucro. O preço P^o é agora determinado em função de um poder de fixar preços expresso por \bar{l}' , que é idêntico à taxa de mark-up.

A nível das relações intercapitalistas se \bar{l}' em alguns casos é maior do que \bar{l} , é preciso não perder de vista que a massa de mais-valia não se altera e conseqüentemente também não se altera a massa de lucros. Se a taxa de lucro deixa de

¹⁹ Marx, K. - Op. cit., Livro III, Cap. X, pág. 224 - Neste caso quando Marx se refere a lucro médio na realidade quer se referir ao lucro produzido pela aplicação da taxa média ao capital adiantado no setor.

ser estruturada em termos concorrenciais, os preços de produção deixam de guardar uma relação específica com os valores e composições orgânicas respectivas. Ou melhor, P passa a ser um "preço de mercado" que não mais flutua em torno do preço de produção P.

O fato de que possa ocorrer um não ajustamento a nível de concorrência entre produtores, ou seja, na medida que se esteja ante uma estrutura oligopólista em cada mercado do produto, isto significa que esses setores desenvolvem uma capacidade de estabelecer endogenamente (fora da concorrência intercapitalista) uma taxa de lucro diferente da taxa média.

Não significa que necessariamente esta taxa de lucro tenha que ser mais elevada do que uma suposta taxa média. Face às variações cíclicas e conjunturais e mesmo àquelas de caráter apenas setorial, as taxas fixadas endogenamente revelam uma postura das firmas que procuram operar nos seus mercados específicos com taxas de lucro planejadas no longo prazo.

No entanto, é a partir do momento em que a mais-valia extra, deixa de ser um fenômeno passageiro (não homogeneização tecnológica e da produtividade do trabalho) que simultaneamente a concorrência entre capitais se torna insuficiente para provocar uma tendência no sentido de equalizar a taxa de lucro.

As mercadorias ao serem trocadas passam nesta situação a incorporar quantidades diferentes de trabalho abstrato. Isto porque, em primeiro lugar, a geração de mais-valia extra dentro de um determinado setor faz com que o produtor melhor situado incorpore menos tempo de trabalho às mercadorias do que a média social. Em segundo lugar porque na transformação do valor em "preço de mercado" ou preço de oligopólio, terá a possibilidade de se apropriar de uma parcela de mais-valia superior àquela que decorre da condição de uma composição orgânica do capital deste setor, superior à composição orgânica média.

As concepções concorrenciais com tendência ao ajustamento ou mesmo o equilíbrio têm servido como paradigma em relação à capacidade de auto-regulação econômica do capitalis

mo. É necessário que se frise que a noção de equilíbrio em Marx é dinâmica e composta por reações a constantes desequilíbrios.

Ao se admitir a não concorrência entre produtores de um determinado setor e entre capitalistas é necessário não perder de vista a direção do que está ocorrendo na origem a nível do valor, ou seja, da geração da mais-valia, e o que está ocorrendo a nível da transferência da mais-valia entre os capitalistas.

Desse modo, resumidamente, podemos afirmar que numa situação do tipo capitalismo mercantil simples tal como a construída por Marx, a produção e a circulação ainda podem ser visualizadas através dos valores das mercadorias. No capitalismo concorrencial, o preço de produção ainda mantém conexão com o valor como valor transformado. Contudo, no capitalismo oligopolista a relação entre preço e valor das mercadorias se perde, ou seja, o oligopólio desestabiliza a expressão dos valores contidos nas mercadorias. Continua no entanto sendo válida a mesma dinâmica observada em relação a geração e apropriação da mais-valia. A distância entre a aparência e a essência dos fenômenos econômicos se torna maior porque os setores operam com diferentes graus de monopólio, e portanto com taxas de lucro diferenciadas.

É o grau de monopólio portanto que determina o potencial da troca-desigual, entre os setores e entre as regiões.

3.1 - Introdução

É possível inferir em relação à troca desigual, que nos deparamos com um conjunto de teorias sensivelmente voltadas para o campo da economia internacional, ou seja, em direção a uma teoria do valor internacional como tentativa de explicar as razões do subdesenvolvimento, articulado ao desenvolvimento. A sua aplicação a nível de análise das desigualdades regionais internas de um país capitalista implica numa reavaliação do conjunto de possibilidades teóricas que foram esboçadas até aqui.

Assim sendo procuramos nos valer dos elementos conceituais apresentados no capítulo anterior e que constituem a base a partir da qual estamos encarando a questão da troca desigual, bem como retomamos alguns pontos da discussão travada entre os diversos autores expostos no capítulo I como tentativa de caracterizar o nosso enfoque sob a perspectiva regional.

Em seguida, considerando que estamos tratando de aspectos ligados ao "desenvolvimento e industrialização regional", mais especificamente voltados para a industrialização recente da região Nordeste do Brasil, cuidaremos para circunscrever os limites nem sempre claros que implicam numa reificação do espaço. Esta tem sido uma preocupação recente, a de desenvolver uma categoria analítica mais propícia, no caso, o regionalismo. Tanto a nível da troca desigual como da caracterização do regionalismo existe um aspecto que não pode ser descartado - o papel do Estado. Nem a troca desigual pode ser encarada como um fenômeno que trás no seu bojo a condição de que o capitalismo possui mecanismos puramente econômicos que garantem seu auto-ajustamento, nem a questão regional pode

ser definida apenas a partir das relações de produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas num espaço contíguo.

Ao finalizar este capítulo, estaremos às voltas com alguns problemas de ordem metodológica. Como operacionalizar uma análise senão através do que é aparente nos fenômenos econômicos? No entanto, assim o faremos, tentando contudo estabelecer uma vinculação com o movimento real, no capítulo seguinte.

3.2 - Retomando a Troca Desigual sob uma Perspectiva Regional

Vimos que a teoria de troca desigual surge a partir de uma crítica à teoria dos custos comparativos como um fenômeno presente às trocas internacionais.

A suposição da "mobilidade dos fatores" internamente ao país constituiria pois a base implícita para admitir a existência de condições necessárias e suficientes para que se verificasse uma auto-regulação econômica. Esta produziria um vetor de preços relativos em consonância com os valores expressos em termos de trabalho abstrato e simultaneamente a concorrência intercapitalista daria margem a uma taxa de lucros equalizada. A suposta homogeneidade interna (no país) do modo de produção capitalista garantiria que as transferências de valor entre os setores se situassem em consonância com o preço de produção, ou seja, com o valor transformado.

Na medida em que se pressupõe a não existência de homogeneidade no espaço capitalista interno, ou seja, que as forças produtivas não se encontram igualmente desenvolvidas dentro do país, abre-se uma perspectiva para caracterizar a região e enquadrar a troca desigual como um fenômeno típico entre regiões que se situam sob estágios desiguais do avanço capitalista. Isto porque a acumulação capitalista internamente ao país pode não ter sido o suficiente para determinar relações capitalistas predominantes em algumas áreas do espaço nacional.

Nestas áreas, o assalariamento puro não se generalizou, a produtividade do trabalho é inferior, a remuneração da força de trabalho é nominalmente baixa, as relações intercapitalistas não são o suficientemente intensas para provocar uma equalização da taxa de lucros.

Na medida em que as estruturas produtivas entre regiões apresentam-se técnica e socialmente diferenciadas, e considerando que não haja restrições ao comércio, a troca desigual entre regiões tende a se realizar no processo de circulação.

A questão assim colocada pode levar a que se entenda erroneamente que a troca desigual é a forma através da qual no momento da circulação de mercadorias surjam compensações desiguais em termos de trabalho abstrato. Este aspecto fica bastante explícito na visão de Emmanuel¹ que pressupõe a formação de valor a nível internacional ou interregional através da equalização da taxa de lucros, a transferência de valor ocorrendo pela troca.

Torna-se necessário enfatizar que a troca desigual não é um fenômeno que surge no momento da circulação. A denominação da troca desigual tem feito com que Bettelheim entre outros autores chame a atenção para a inadequação da expressão. A troca desigual tem sua origem no momento da produção e se estende ao momento da circulação na forma como o capital se valoriza. Estamos admitindo como válido para a análise regional, o fato de que a troca desigual deve ser enfocada na forma como os mercados de cada produto se estruturam em termos não concorrenciais. Concordamos com Scheller que a origem da troca desigual deva ser buscada na formação da mais-valia extra. Duas ressalvas devem se colocar ante a formulação de Scheller - a primeira é que não se deve cometer o erro de querer situar a troca desigual agora apenas ao nível da produção, (como o faz Scheller). A segunda é que estamos admitin-

¹ Emmanuel, independentemente das suas duas versões, segundo Marx, ou segundo Sraffa.

do que o fenômeno de formação de mais-valia extra não tende a desaparecer mediante mecanismos de ajustamento concorrencial. É antes um fenômeno permanente do que transitório e que assegura a reprodução no capitalismo oligopolista.

Isto sugere que se deva analisar a estrutura produtiva oligopólica da região e inter-regional na busca das condições em que se queira explicitar o significado do assim chamado "bloqueio das forças produtivas", ou seja, dos elementos impeditivos da concorrência. Significa buscar entender as contradições que se manifestam internamente à região, e suas interligações em escala nacional na origem da troca desigual. Esta é uma postura diferente daquela que procura homogeneizar as regiões desigualmente desenvolvidas apenas segundo a manifestação externa de seu intercâmbio de mercadorias.

Há nesta colocação da concepção da troca desigual a nível regional, ainda de forma conexa, a dificuldade da caracterização da região. Quando nos referimos às contradições, ou seja, aos conflitos que estão instalados dentro da região, torna-se necessário indagar mais sobre a natureza desses conflitos.

BCME-BIBLIOTECA

Na realidade, os conflitos ou as contradições internas a região são determinados pela forma como o capital na busca de sua valorização vai desestruturando e reestruturando diferentemente as forças produtivas e políticas em determinados espaços². Mas esta reestruturação não significa a determinação de uma escala de valores ou de preços resultante da concorrência entre produtores, e nem que tenha lugar uma taxa de lucro única, resultando da concorrência entre capitalistas³, na região.

² No capítulo seguinte tentaremos compor o significado dessa desestruturação - estruturação em termos do confronto entre as oligarquias locais e o capitalismo oligopolista.

³ Galvan, G.C. - Op. cit., pág. 180.

A variedade presente na estrutura produtiva da região tem origem na heterogeneidade expressa em graus diferentes de concorrência nos mercados, ensejando assimetrias que se tornam visíveis nos preços e salários da região e que adentram os circuitos de compras e vendas interindustriais internos e externos à região.

Independentemente dos problemas que cercam a assim denominada "questão da transformação", a discussão em torno da questão da troca desigual pode ser assim sintetizada: existe algum elemento a ser detectado como impeditivo de uma autoregulação econômica que faz valores e preços das mercadorias divergirem de forma sistemática, e que possa ser rebatido a nível do espaço regional ou nacional? Esta divergência entre valores e preços conteria na sua essência uma transferência líquida de trabalho abstrato das regiões e países atrasados para os mais avançados. Isto dentro da ótica própria da valorização do capital, - que descaracteriza a noção ideológica, ou de falsa consciência que inspira a noção de que um espaço está a explorar o outro.

Para Emmanuel a razão da divergência é explicada pelo diferencial de salários que decorre em suma dos estágios diferentes de desenvolvimento das forças produtivas. Sem voltar a inquirir o conflito entre Emmanuel e Bettelheim, e o que se seguiu, o debate se trava dentro de uma unidade: a tentativa de identificação do mecanismo econômico responsável pela continuidade do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Para Mandel inclusive, como vimos, a troca desigual contém o mecanismo que substitui ou se torna predominante numa fase histórica do capitalismo em relação à prática de remessa de lucros que "sifonava" capital e diminuía a capacidade de acumulação interna. A troca desigual é uma forma de drenagem de riqueza mais adequada, tendo em vista as medidas protecionistas criadas pelos subdesenvolvidos contra a remessa de lucros.

No conjunto, a unidade de análise da troca desigual é aquela que a explica devido a mecanismos, impeditivos da concorrência e dos quais decorrem taxas de salários e produtividade diferenciados, taxas de lucro não equalizados nos seto-

res, e o aparecimento de mais-valia extra ou sobre-lucros no âmbito da produção-circulação de mercadorias.

Contudo para Schöeller, os mercados oligopolistas são anomalias históricas, e não podem ser vistos como bloqueios do desenvolvimento das forças produtivas nas áreas subdesenvolvidas. Essas anomalias atuam como mecanismos que atrapalham passageiramente a ocorrência de um ajustamento econômico e se articulam espacialmente impedindo a homogeneização econômica do espaço capitalista. Para Emmanuel, os salários são diferentes porque não há mobilidade internacional do trabalho - e nem solidariedade proletária internacional; ou porque o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção encontram-se em estágios diferentes dentro do capitalismo para Bettelheim, e isto se reflete nos níveis diferentes de produtividade; ou ainda porque não existe a noção de trabalho abstrato a nível internacional para Palloix e Schöeller. A troca desigual se constitui portanto num atributo das imperfeições do mercado entre setores e entre regiões com estruturas produtivas diferentes. Tanto na análise da transformação de Marx, às vezes mal compreendida, onde as relações entre produtores no sistema mercantil simples e a complexificação decorrente das relações intercapitalistas que se sobrepõem àquelas no capitalismo desenvolvido, como no tratamento dado à questão pelos chamados neo-ricardianos, não há lugar para a troca desigual.

Situar a troca desigual dentro do debate da transformação desde a crítica de Bortkiewicz a Marx, passando por Sraffa, Morishima e mais recentemente Aglietta⁴ significa colocá-la dentro de uma perspectiva da busca da ligação entre preço e valor, para concluir que qualquer elemento perturbador dos ajustamentos concorrenciais, num sistema de relações intercapitalistas operando com distintos níveis de produtividade, termina por distorcer os preços em relação a valores respectivos e que isto se verifica em detrimento dos países e regiões atrasados.

⁴ Ver Liossatos, Panagis - Unequal Exchange and Regional Disparities in Papers - The Regional Science Association, vol. 45, 1980, pág. 87-103, que se vale da solução formulada por Aglietta para resolver o problema da transformação.

Ao procurar trazer a análise da troca desigual para as condições do capitalismo contemporâneo onde a vigência de mercados oligopolizados constitui o seu caráter predominante, ocorre uma ruptura na visualização da questão da transformação. Já fizemos referência ao fato de que o capitalismo contribui para tornar cada vez mais distanciada a aparência e a essência nas relações econômicas como decorrência do processo de valorização do capital. O capitalismo oligopolista, pelo menos em termos formais, consolida esta ruptura, onde a questão evoluída da transformação, ou seja, do capitalismo mercantil simples ao capitalismo maduro, segue válida apenas como referencial analítico. Os graus de monopólio, ou os distintos poderes de fixação de preços operados em cada mercado, segundo grandes escalas produtivas, descontinuidades tecnológicas, barreiras à entrada, tamanhos de mercado, diferenciação de produtos, etc. não apresentam solução referidas a um equilíbrio que determine simultaneamente preços relativos, uma taxa de lucro ou desvios detectados em relação ao equilíbrio. Os processos de concentração e centralização do capital são responsáveis por disparidades tecnológicas que se expressam ao nível dos preços.

Na fase histórica do capitalismo oligopolista, o capital se caracteriza pela geração de sucessivas desigualdades cumulativas, que podem ser rebatidas a nível do espaço. Em termos concretos a mediação da desigualdade não tem resolução a nível de mecanismo de preços, ou destes reduzidos a valores. O conteúdo político deve ser introduzido na análise, principalmente, numa busca do entendimento do significado da mediação do Estado vis-a-vis à sobrevivência do sistema capitalista. Que papel vem cumprindo o Estado na consolidação ou estabilização das desigualdades cumulativas do capital oligopolista? Achamos que as relações assimétricas que envolvem o poder político e o poder de ficar preços nos distintos mercados não são categorias isoladas entre si, ainda que não haja a nosso ver nenhum conteúdo de determinação entre um e outro.

3.3 - Breve Abordagem da "Região" e do "Regionalismo"

Xerox

Existe sob um grande conjunto de teorias e abordagens da questão do desenvolvimento regional um referencial analítico - a região - cujo ponto de partida já é de per se abstrato. Esta abstração na medida que é tomada a priori, vai permitir lidar com o espaço, com a região, em condições passíveis de reduzi-los a pontos localizados, relações geométricas, campos de força de inspiração newtoniana, e de relações de entropia.

O espaço é assumido como realidade neutra⁵, generalizado como um bem econômico que se caracteriza em função de distâncias ao centro, por uma superfície a qual se associam fluxos de mercadorias, fluxos monetários - ou de informações, e noções de massa que se atraem e se repelem segundo as leis da inércia. O espaço abstrato, e expresso abstratamente desde sua origem não apresenta compromissos a não ser aqueles das especificações funcionais e restrições que seu modelo passa a conter.

No entanto, as análises a respeito do desenvolvimento regional não apresentam a noção de região apenas neste nível de abstração. Há um outro elemento abstrato, comum a diversas abordagens que procuram caracterizar o espaço também como um campo de intervenção. A natureza desta intervenção varia conforme o enfoque teórico, podendo ser tecnológica, econômica, política, ou mesmo da instalação de uma racionalidade decisória num determinado espaço. Assim sendo, para as teorias do crescimento equilibrado o espaço-região é apresentado como um tamanho de mercado que já contém deterministicamente um certo nível de produtividade, dado por uma escala possível de produção. Uma região ou um conjunto de regiões podem pois ser caracterizadas pelos seus tamanhos de mercados respectivos como condicionantes da dimensão da demanda e estrutura da oferta.

⁵ Veja Lipietz, A. - El Capital y su Espacio, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.

A partir dessa redução, torna-se possível criar modelos que buscam a superação do subdesenvolvimento - aqui expresso pelo tamanho relativo de mercado - ao se procurar enfrentar o baixo potencial de investimentos mediante uma racionalidade na aplicação dos recursos disponíveis. Esta racionalidade estaria contida por exemplo na busca das complementariedades nas relações interindustriais de forma a que se objetivasse maximizar o valor adicionado internamente à região. Ou seja, sob a noção que a "oferta cria sua própria demanda" se busca uma forma de conter a renda internamente às fronteiras da região. O princípio de intervenção apontado pela teoria é baseado numa decisão racional, exógena à região.

A noção de região dentre as teorias do crescimento desequilibrado, e em especial a teoria dos polos de crescimento de Perroux apresenta centralmente a idéia de espaço abstrato econômico como um campo de forças que enseja atrações e repulsões em termos de forças centrífugas e centrípetas que determinam áreas de influência e explicam como o espaço econômico se encontra ocupado de forma polarizada e desigual. O afastamento de uma situação concorrencial é o fator responsável pela conjugação de forças díspares que operam atraindo para determinados espaços um maior conjunto de atividades econômicas.

Perroux⁶ expressa o seu temor na utilização ideológica do espaço que ele denomina banal ou geonômico (servindo segundo ele como justificativa por exemplo para explicar o desencadeamento da 2a. Guerra - "o espaço vital alemão"). O espaço econômico de Perroux, e suas três subdivisões - o "espaço plano; espaço campo de forças", espaço-conjunto homogêneo" serviria pois para explicar mais concretamente o que se passa sobre o espaço banal como tentativa de impedir a sua utilização ideológica.

⁶ Perroux, F. - L'Economie du XX^{ème} Siècle - Presses Universitaires de France, 1961, 1^o Capítulo, 2a. Parte.

A nível de intervenção, para Perroux e para outros autores preocupados com a polarização tais como Hirschman, e John Friedmann, o papel da tecnologia e da inovação shumpteriana exercem uma presença marcante na diferenciação regional. Para Hirschman, as áreas subdesenvolvidas não apresentam capacidade para usufruir da tecnologia disponível das áreas desenvolvidas; para Perroux a inovação, inclusive como capacidade empresarial, é um dos fatores responsáveis pela polarização.

John Friedmann apresenta também uma formulação teórica do processo de desenvolvimento polarizado. Para ele o desenvolvimento é caracterizado como um processo de inovação conduzindo à transformação estrutural dos sistemas sociais. Isto sob a noção de que a "sociedade é espacialmente organizada, no sentido de que as atividades humanas e interações sociais são tanto organizadoras do espaço como espaço-contingenciadas"⁷. Para Friedmann os espaços constituem sistemas ou subsistemas que podem ser hierarquicamente dispostos.

A noção de intervenção de Friedmann é manifestada não só em termos do papel da inovação no desenvolvimento e que se resume na maior ou menor capacidade de utilização da ciência para resolver os problemas da produção econômica, como também a nível das forças políticas expressas como relações de autoridade-dependência no sistema espacial. Estas forças são constituídas pela presença de grupos no poder, exercendo a autoridade dentro de um sistema social organizado territorialmente - o que implica na existência de outros grupos dependentes das decisões dos primeiros. Esta dependência entre grupos pode gerar um conflito passível de ser resolvido parcialmente em termos de legitimidade e coerção. Para Friedmann na base do conflito com as autoridades, encontra-se o grupo que ele denomina de "contra-elites inovadoras". A emergência do conflito que coloca em cheque parcialmente ou toda a relação de dependência pode caminhar segundo o autor para quatro tipos de resoluções⁸:

⁷ Friedmann, John - A General Theory of Polarized Development in Growth Centers in Regional Economic Development, Ed. Niles M. Hansen, The Free Press, 1972, N.Y., pag. 83.

⁸ Friedmann, John - Op. cit., pág. 91.

- pela supressão das contra-elites inovadoras que se vêm obstadas de assegurar ganhos futuros pelo exercício do poder;

- pela neutralização onde os detentores do poder passam a adotar as inovações pelos seus aspectos formais ou externos, esvaziando o seu conteúdo e portanto os seus efeitos;

- pela cooptação onde as contra-elites são desviadas de seus propósitos e admitidas parcialmente no exercício do poder ao serem assumidas as propostas inovadoras em caráter restrito;

BCME-BIBLIOTECA

- pela substituição, quando as contra-elites conseguem substituir as autoridades no poder.

Friedmann assume que o conflito toma uma forma legítima quando ocorre dentro dos marcos estabelecidos que regulam o conflito social, e não alteram as bases fundamentais da integração social do sistema espacial. Caso contrário para ele o conflito, é ilegítimo⁹.

Para Friedmann o conflito é legítimo quando operado segundo instâncias tecnológicas entre os grupos.

A análise marxista da questão regional tem enfrentado dificuldades quanto a um posicionamento teórico mais claro. Em geral é admitido que as regiões existem como fenômenos empíricos passíveis de uma análise histórica e particular caso por caso. Por outro lado tem se centrado numa posição crítica ao caráter reificante, que trata as regiões como atores econômicos e espaciais, internamente homogêneos, ao sugerir a exploração de um espaço pelo outro¹⁰, desvinculada da dinâmica em que se processa a valorização do capital no espaço.

⁹ Para Comte existem três fases do conhecimento humano: a teológica, a metafísica (fundada na abstração) e a positiva. Nesta "faseologia", a superação do estado social caótico somente pode ocorrer quando as pessoas influentes - as elites - passarem a se valer dos conhecimentos desenvolvidos pela ciência positiva.

¹⁰ Uneven Regional Development, Candace, K.E. et alii, in Review of Radical Political Economics, vol. 10, nº 3, 1978, pág. 1 a 10.

O que tem sido principal para a análise regional marxista é a identificação e entendimento dos conflitos e lutas que se travam especificamente no interior da região - tendo esta como objeto de luta - e não a análise da entidade região de per si. A partir daí ocorre uma certa dificuldade para a construção abstrata da questão regional a partir dos casos analisados. Contudo há a possibilidade de vincular a região com as relações sociais e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas que lhe são pertinentes ao longo da história.

A análise marxista tem preferido trabalhar com um conceito de região distinto - o regionalismo. A noção de regionalismo significa a identificação das reivindicações e conflitos de grupos sociais a nível territorial. Neste sentido diferenças no estágio de desenvolvimento do modo de produção segundo Markusen¹¹ nem sempre podem constituir a base para uma luta, reivindicação ou conflito regional. Para a autora nas lutas do regionalismo torna-se necessário encarar a interrelação entre as instituições que abrangem o modo de produção e a reprodução da força de trabalho, com as instituições que abrangem a vida política. É nesse sentido que o Estado é visualizado como a instituição central para a análise do regionalismo. O Estado envolve o aspecto da sua territorialidade (ou delimitação territorial), e encarna o poder coercitivo como meio de afirmar as relações sociais no seu interior¹².

A presença do Estado como interventor/regularizador implica numa captação do conflito econômico que é trazido para a sua órbita. A sua ingerência sobre os sindicatos, sobre a legislação social e previdenciária, no controle de preços e sobretudo na orientação dos investimentos apresenta forte poder resolutivo a nível da distribuição espacial das vantagens e desvantagens que atendem a grupos econômicos e políticos.

¹¹ Markusen, Ann - Region and Regionalism - A Marxist View. Berkeley - Califórnia, 1980, mimeo.

¹² Markusen, Ann - Op. cit.,

A separação entre o econômico e o político, ou a forma como se dá a interrelação entre ambos tem sido matéria bastante controvérsida. Inquirir sobre a natureza do Estado capitalista tem ensejado a discussão a respeito do seu caráter autônomo, como prefere Poulantzas, ou, como aparelho da classe dominante como o faz o marxismo tradicional. Acreditamos que para entender a natureza de intervenção do Estado seja mais adequado o tratamento que Lojkin lhe confere ¹³, na tentativa de evitar uma análise mecanicista, e que procura refletir a nível do político a situação em que se encontram os conflitos de classe, que não estão implantados na sociedade de forma linear quanto a sua evolução. Eles podem ser distinguidos sob momentos não necessariamente excludentes entre si:

- a existência de relações contraditórias entre as forças produtivas e a organização social da produção;
- a relação de classes caracterizada como forma de dominação, sem que a classe dominada tenha possibilidade de uma existência autônoma;
- a afirmação de relações antagônicas, organizadas econômica e politicamente;
- a afirmação de uma contra-hegemonia como nova classe ascendente.

Estas situações em que podem se colocar as relações sociais podem fazer com que o Estado apareça como:

- forma desenvolvida na socialização do processo de produção. Nesta situação o Estado assume uma postura contraditória em relação à luta de classes na necessidade de manter sua legitimação, na medida que está voltado para atender simultaneamente o "bem estar social" através do consumo coletivo e os interesses de acumulação da classe dominante;
- instrumento de dominação e hegemonia. Neste caso o Estado constitui-se num aparelho da classe dominante. A coerção é total, não existindo nenhum pacto social entre as classes;

¹³ Lojkin, J. - L'Analyse Marxiste de L'Etat, in International Journal of Urban and Regional Research, 1977.

- local de enfrentamento. O Estado é o palco de um equilíbrio "instável" onde são feitas certas concessões às classes dominadas, como forma de controle social e de preservação no longo prazo da classe dominante;

- local de ruptura ou de transição. Implica na desmobilização do aparelho que serviu à classe dominante em declínio.

Este quadro oferece uma esquematização mais dinâmica e multiforme que julgamos auxiliar o entendimento da intervenção contraditória do Estado no espaço, e no tempo, e que estaria presente no processo de industrialização da região Nordeste brasileira e que passaremos a analisar no capítulo seguinte. Agora, não excluirmos da colocação de Lojkine a visualização do Estado também como um quadro de relações em si, ou seja, que inclui o caráter relativamente autônomo do Estado, onde ele é diretamente interveniente nos conflitos e acomodações não em nome de uma classe, e nem como locus do conflito. Na realidade é uma característica do Estado na América Latina, que assume com grande persistência o papel de anteparo e amortecedor do conflito de classes, atraindo para dentro de si e portanto controlando toda possível articulação social que possa se estruturar de forma independente¹⁴. Este controle do Estado sobre o conflito de classes atravessa fases de alternância entre o populismo e a repressão (não mutuamente excluídas), impeditivos de uma conjugação entre a formação da cidadania e de uma estrutura política-partidária que represente as aspirações de uma classe. Esta peculiaridade é que deve se sobrepôr ao esquema de balanceamento das forças sociais refletido sobre o Estado como o faz Lojkine. Isto possibilita captar algo mais específico da realidade brasileira (ou latino-americana), e que estará presente na questão regional, principalmente nordestina. Quando se tenta justapor o modo de produção e o político na análise regional como nos propomos para a região

¹⁴ Cardoso, F.H. - A Cidade e a Política in Cadernos Cebrap, nº 7.

Nordeste, alguns aspectos da industrialização e do padrão de industrialização que se verificou e vem ocorrendo naquela área podem ficar melhor explicitados, assim como o seu significado a nível do processo de acumulação.

3.4 - A Troca Desigual entre Regiões se Inicia na Região

BCME - BIBLIOTECA

O enfoque da troca desigual a nível regional não deve estar apenas centrado nos aspectos do comércio interregional. Tanto a troca desigual como as assimetrias de caráter econômico e político que norteiam os investimentos na região apresentam uma forte referência na estrutura produtiva, ou na dinâmica desta no interior da região. Isto possibilita uma visão isenta de distorções de caráter ideológico de regiões que se exploram na medida que se percebe que internamente à região já há uma forte determinação do subdesenvolvimento que se firma nas diferentes formas de dependência que se vinculam ao padrão de acumulação dominante, que é supra regional.

Como afirma Markusen:

"As teorias das perdas nas relações de troca poderiam ser mais elaboradas se os seus autores pudessem distinguir entre o poder sobre o mercado que se origina no monopólio, ou na concentração espacial da produção, que são garantidos e desdobrados via um poderoso aparelho estatal"¹⁵.

Desejamos firmar como ponto focal da nossa análise regional o seguinte: a modificação na estrutura industrial orientada por inversões subsidiadas pelo Estado redefine neste espaço os diferenciais entre produtividade e salários. Ex-

¹⁵ Markusen, Ann - Op. cit.

pande-se, pois, a geração do excedente devido a que as relações interindustriais passam a se dar no novo padrão - onde mercados relativamente concorrenciais passam a se vincular mais estreitamente a mercados mais oligopolizados, dentro da região e entre regiões.

Essa expansão do diferencial entre produtividade e salários não deverá rebaixar os salários médios na região. Pelo contrário, estes podem na média se elevar, contudo em ritmo inferior ao avanço da produtividade. Isto significa que os setores ou firmas mais produtivos que se instalam na região podem pagar salários mais elevados dos que as firmas operando em mercados mais concorrenciais. Com isto não estamos a afirmar que os salários sejam determinados pelo nível de produtividade. O que se torna relevante é que a taxa de exploração média da região pode se elevar, ou o que dá na mesma, a parcela salarial pode cair. São as reações esperadas decorrentes do avanço da capitalização numa região cujas forças produtivas e as relações de produção não se encontram plenamente inseridas no modo de produção capitalista.

A questão que se coloca é a seguinte: o que ocorre com os excedentes gerados na região a partir de uma industrialização deste tipo?

Maria Conceição Tavares¹⁶ coloca este problema a nível nacional em relação à industrialização que se deu mediante a entrada das firmas multinacionais a partir de meados da década de 50. Para ela uma solução seria a de ocorrerem desinvestimentos - o que contrariaria o fato de que as indústrias vieram para ficar e não apenas para ocupar um espaço como reserva de mercado. A segunda possibilidade estaria condicionada a um aumento mais do que proporcional do poder de compra das exportações em relação ao ritmo de acumulação interna do capital estrangeiro - o que implicaria contudo em considerar uma perspectiva de abertura externa da economia e que seria pouco realista.

¹⁶ Tavares, M. C. - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Tese Livre-Docência, pág. 107 a 108, mimeo.

Ora, a nível regional a coisa muda porque o comércio interregional não sofre restrições, e os investimentos na região vão depender em parte dos subsídios ao capital pelo Estado, e em parte da possibilidade dos capitais na região se apoderarem dos requisitos necessários à sua valorização, tais como o crédito, o nível de organização da força de trabalho, etc.

Assim sendo, em relação aos circuitos de trocas interindustriais internos às regiões a distribuição do excedente deverá mostrar um nível de apropriação por parte dos setores mais produtivos e oligopolizados. Em relação aos circuitos que envolvem relações de importação e exportação com outras regiões, existem algumas implicações que deverão ser melhor qualificadas. Uma primeira implicação decorre do tipo de transação interregional, se esta se dá entre firmas do mesmo grupo, neste caso a política de "preços internos" da firma poderá estar orientada em função do objetivo de reinvestimento ou não na região.

BCME - BIBLIOTECA

No caso das transações interindustriais que não ocorrerem mediante "preços internos", ou seja, sob condições em que se explicita a concorrência, a apropriação do excedente tenderá para as indústrias mais oligopolizadas estejam elas fora ou dentro da região.

A resultante da acumulação das firmas que se situam na região não necessariamente continuará sendo aplicada na própria região - e os centros de decisão em termos de volume de investimentos se encontram preponderantemente fora da região. Mas, por outro lado, também os centros decisórios de inversões das unidades de capital situadas internamente à região acabam optando frequentemente por uma expansão fora da região em áreas mais dinâmicas que lhes assegure mercado, suprimentos técnicos e uma relativa independência das vicissitudes das políticas econômicas regionais do Estado.

A expansão da acumulação a nível regional possivelmente deve estar vinculada à continuidade da política do Estado em subsidiar o capital. Nesta situação, a concorrência intercapitalista se fará presente na região disputando o capital subsidiado e demais vantagens.

A desconcentração do capital no espaço segue atendendo aos princípios da sua valorização centralizada. Situar nesse processo a questão da exploração entre regiões faz parte do discurso das oligarquias e dos setores produtivos que perdem sua condição monopolista decorrente do isolamento regional, ou que não resistem ao poder oligopolista que se instala na região. Esses setores e oligarquias podem contudo preservar poder político local, face à movimentação da acumulação do capital que vai gradativamente desestruturando a velha ordem.

As análises fundadas na perda da substância econômica de uma região em favor de outra têm tido por base os fluxos fiscais, monetários, financeiros e de triangulação de divisas, como no caso específico do Nordeste brasileiro em relação à região Centro-Sul. No entanto em termos mais objetivos estas análises perdem contacto com o teor das relações intercapitalistas intra e inter regionais. É a estrutura produtiva e a sua dinâmica ao longo do tempo que oferece uma perspectiva mais concreta quanto à geração e apropriação do excedente regional.

BCME-BIBLIOTECA

3.5 - O Empírico como Aparência

Procuraremos agora elaborar alguns elementos metodológicos destinados a uma avaliação a nível de "preços de mercado" dos aspectos interindustriais de geração e apropriação do excedente econômico entre os capitalistas numa região e entre regiões. Sobre esta elaboração será possível então analisar o caráter da industrialização ocorrida no Nordeste a partir do programa de incentivos fiscais. A metodologia fundar-se-á na suposição de que os mercados operam segundo situações oligopólicas específicas, que serão apresentadas mais adiante.

A noção de excedente econômico, caracterizado como sendo o resultado do trabalho não apropriado pelo trabalhador, podendo ser especificada a nível de um setor pela constatação do diferencial entre a produtividade média do trabalho e a remuneração média da força de trabalho, pode ser expresso pela seguinte relação:

$$\frac{E X B}{N} = \frac{VA}{N} - \frac{W}{N} \quad (1)$$

onde E X B - excedente bruto

VA - valor adicionado

W - salário nominal

N - número de trabalhadores empregados no setor

O excedente bruto depende simultaneamente de condições endógenas às firmas tais como o tipo de mercadoria produzida, condições tecnológicas adotadas, nível de aptidão requerida pela força de trabalho, enfim da forma como a produção está organizada, assim como das condições que decorrem da estrutura de mercado da indústria. Na medida em que o mercado do produto se apresenta formado por poucas firmas responsáveis por uma elevada concentração da produção, e com condições que lhes assegurem um relativo poder de fixar preços, haverá como decorrência uma prática de internalização das variáveis exógenas.

Isto significa que quanto mais oligopolizada for a indústria menor será o contingente de variáveis externas com as quais ela tenderá a se defrontar. Na medida do possível estas serão transformadas em parâmetros - controláveis portanto. Nisto se inclui tanto a taxa de lucros, a depreciação que passará a refletir uma obsolescência planejada, e mesmo a taxa de salários se os sindicatos forem controlados ou inexistirem.

A capacidade de gerar mais ou menos excedente vai depender, pois, das condições determinadas a nível da produção ensejada no maior ou menor poder de fixar preços pelas firmas, ou seja, segundo um certo grau de monopólio. Estas condições decorrem em parte do grau de diferenciação do produto e pelas barreiras à entrada no mercado principalmente devido às descontinuidades tecnológicas e atributos conexos como a propaganda. Sob essa noção de geração de excedente há um afastamento aparente da sua essência como trabalho não pago. Na realidade segue sendo trabalho não pago sob a forma de mais-valia extra devido à garantia que certas firmas cristalizam em cada setor em realizá-la como sobre-lucro de forma sistemática.

A articulação entre as firmas e indústrias operando com diferentes graus de monopólio, na medida que umas adquirem insumos das outras, afeta o valor adicionado gerado ao nível de cada firma e cada setor.

Esse aspecto de apropriação do excedente, que se percebe conjuntamente com a geração do excedente, não altera estatisticamente o comportamento do agregado. Mas a produtividade média do trabalho, medida em termos monetários, ao mesmo tempo que está vinculada ao nível tecnológico da firma ou da indústria, está também posta na dependência relativa ao valor monetário dos insumos adquiridos.

BCME-BIBLIOTECA

As pressões resultantes dos preços dos insumos trazem em si as condições manifestas de poder de mercado ou grau de monopólio das firmas fornecedoras, e são repassadas para as firmas compradoras. Tem-se pois interindustrialmente um encaideamento de como vão se procedendo os ajustamentos entre produtividades médias e salários médios ao longo das trocas, que é a forma como o processo se torna visível. Os níveis de produtividade e de salários médios não caminham na mesma direção e intensidade de setor para setor.

O grau de monopólio reflete não apenas o poder de fixar preços dos produtos, mas também o de aceitar ou não os preços dos insumos. Se admitido que os salários médios nos setores não variam, então a magnitude do excedente vai depender apenas do nível da produtividade. Isto é o mesmo que afirmar que a parcela salarial (participação dos salários no valor adicionado) é decrescente em relação aos setores que apresentam produtividade crescente. Na realidade como o nível de salário não é o mesmo para cada setor tem-se que a magnitude do excedente depende não só da produtividade do trabalho como da taxa de excedente, que é referida à taxa de mais valia¹⁷.

¹⁷ A partir da expressão (1), a taxa de excedente (m') é dada pela relação

$$m' = \frac{1}{w} - 1$$
, sendo que
 $w = W/V$. A onde (w) é a parcela salarial

O nível das relações intercapitalistas que se pretende adotar estará enquadrado no conceito de complexo industrial. As interrelações técnicas de compras e vendas que determinam a estrutura produtiva que circunscreve o complexo industrial estarão associadas a um vetor de preços, que incorpora de per se as assimetrias referidas à geração - apropriação do excedente entre os seus componentes que atuam segundo diferentes poderes de fixar preços.

Uma matriz insumo-produto, expressa em preços de mercado, incorpora não somente as hipóteses de permanência ou estabilidade do estado da técnica e de preços relativos, como também reflete uma dada estrutura industrial onde há a ocorrência de uma apropriação assimétrica do excedente gerado na produção.

Suponhamos três setores I, II e III. O Setor I não adquire insumos, e produz Q_1 mediante a aplicação de trabalho W_1 . O Setor II utiliza X_2 como insumo, que é totalmente adquirido de I, tal que $X_2 = Q_1$ e aplica trabalho W_2 , para produzir Q_2 .

O Setor III utiliza insumos X_3 inteiramente produzidos por II, tal que $X_3 = Q_2$, aplica W_3 de trabalho produzindo Q_3 para o consumo final.

A produtividade média \bar{P} em cada setor será:

$$\bar{P}_i = V.A_i / N_i$$

onde VA_i é o valor adicionado do i ésimo setor e N_i é o número de empregados desse setor.

Considerando que:

$$VA_i = Q_i - X_i$$

e que o excedente bruto $E X B$ é obtido por:

$$E X B = VA_i - W_i$$

vem que a produtividade média do setor III pode ser expressa por

$$\bar{P}_{III} = \frac{Q_3 - E X B_2 - W_2 - E X B_1 - W_1}{N_3}$$

A produtividade média do setor III depende pois da determinação tecnológica que permite produzir Q_3 com o emprego de N_3 , mas depende da forma como é apropriada a renda nos demais setores produtivos com os quais o setor III está direta e indiretamente relacionado tecnologicamente.

BCME-BIBLIOTECA

3.5.1 - A Formação Interindustrial do Excedente

A formação interindustrial do excedente mostra como se compõe o excedente de um determinado setor nas relações de compras e vendas entre setores, entre regiões ou países e a nível da demanda final.

Considerando inicialmente que:

$$X + \bar{f} = \bar{q} \quad (1)$$

onde

X é a matriz de vendas interindustriais $n \times n$

\bar{f} é o vetor da demanda final e

\bar{q} é o vetor do valor bruto da produção¹⁸

¹⁸ Será observada a seguinte notação:

Matriz - letra maiúscula

Vetor coluna - letra minúscula com traço superior

Vetor linha - letra minúscula com traço e linha indicando o transposto do vetor coluna

Escalar - letra minúscula, seguido de índice de posição

Índices - i: elemento genérico de uma linha; j: elemento genérico de uma coluna

Da mesma forma:

$$X + \bar{w} + \bar{e} = \bar{q} \quad (2)$$

onde

\bar{w} é o vetor de salários

\bar{e} é o vetor de excedente bruto

De (2) vem que:

$$\bar{e} = \bar{q} - X - \bar{w} \quad (3)$$

BCME-BIBLIOTECA

O excedente bruto de um determinado setor j é dado por:

$$e_j = q_j - \sum_i x_{ij} - w_j \quad (4)$$

onde

$\sum_i x_{ij}$ é a soma das compras efetuadas pelo setor j aos demais i setores.

Admite-se que o excedente do setor j , ou seja, (e_j) é composto pelo somatório dos excedentes parciais (e_{ji}) , que se formam ao longo das compras e vendas intermediárias, bem como das vendas finais que o setor j realiza.

Tem-se então que:

$$e_j = \sum_i e'_{ij} = \sum_j e_{ji} \quad (5)$$

Por definição, o excedente parcial do setor j em relação a um setor i é dado pela expressão

$$e_{ji} = (x_{ij} - x_{ji}) - w_j \cdot \frac{x_{ij}}{q_j} \quad (6)$$

As dimensões da matriz $X_{n \times n}$ passam a incorporar os vetores de exportações (\bar{z}) e importações (\bar{m}) a nível regional (e nacional), o vetor demanda final (\bar{f}), e mesmo vetores referentes a partições do conjunto de setores que tenham ou não obtido capital subsidiado.

Assim sendo

$$i = 1 \text{ a } u$$

$$j = 1 \text{ a } u$$

Das relações (5) e (6) obtém-se:

BCME-BIBLIOTECA▲

$$e_j = \sum_j \left[(x_{ij} - x_{ji}) - w_j \cdot \frac{x_{ij}}{q_j} \right] \quad (7)$$

Dividindo-se ambos os termos de (5) por q_j , obtém-se a formação dos excedentes parciais como parcela do excedente setorial relativamente ao valor da produção respectiva, assim:

$$\frac{e_j}{q_j} = \sum_j \frac{1}{q_j} \cdot e_{ji} \quad (8)$$

Para cada setor j os e_{ji} parciais serão:

$$\frac{e_{ji}}{q_j} = \frac{x_{ij} - x_{ji}}{q_j} - w_j \cdot \frac{x_{ij}}{q_j^2} \quad (9)$$

Exemplificando, pode-se considerar a seguinte matriz:

	I	II	III	\bar{f}	\bar{z}	\bar{q}
I	10	5	80	10	95	200
II	20	20	40	5	5	90
III	30	10	5	45	100	190
\bar{m}	70	30	15			
\bar{w}	40	15	30			
\bar{e}	30	10	20			

Tomando-se o setor I, o excedente em relação ao valor da produção será:

$$\frac{e_j}{q_j} = \frac{200 - 130 - 40}{40} = \frac{30}{200} = 0,15$$

A formação do excedente do setor I através da soma dos excedentes parciais é a seguinte:

$$\frac{e'_{11}}{q_1} = \frac{(10 - 10)}{200} - 40 \cdot \frac{10}{200^2} = -0,01$$

$$\frac{e'_{12}}{q_1} = \frac{(5 - 20)}{200} - 40 \cdot \frac{5}{200^2} = -0,08$$

$$\frac{e'_{13}}{q_1} = \frac{(80 - 30)}{200} - 40 \cdot \frac{80}{200^2} = 0,17$$

$$\frac{e'_{1f}}{q_1} = \frac{(10 - 0)}{200} - 40 \cdot \frac{10}{200^2} = 0,04$$

$$\frac{e'_{z,m}}{q_1} = \frac{95 - 70}{200} - 40 \cdot \frac{95}{200^2} = 0,03$$

soma 0,15

A seguinte formação do excedente pode ser montada para cada setor:

BCME-BIBLIOTECA▲

	I	II	III	f	z	e
I	-0,01	-0,08	0,17	0,04	0,03	0,15
II	0,13	-0,03	0,26	0,04	-0,28	0,11
III	-0,29	-0,18	-0,00	0,20	0,37	0,10

Dessa forma torna-se possível constatar como ocorre a formação líquida do excedente. O setor I no exemplo apresenta formação positiva do excedente nas vendas para o setor III, para a demanda final e para as exportações e formação negativa do excedente nas relações que mantêm com o setor II e consigo próprio. Já o setor II apresenta uma perda líquida considerável nas vendas para fora.

Dois aspectos analíticos podem ser visualizados: o primeiro é o sinal que significa a possibilidade, positiva ou negativa, de formação de excedente pelo setor ou região. Dizemos possibilidade porque pode ocorrer que essa formação esteja se verificando em outras instâncias - mercantil ou financeira, cuja verificação empírica ao longo do complexo industrial não será possível determinar, mas apenas apresentar inferências isoladas. O segundo aspecto é o da magnitude do índice, indicando o nível de formação do excedente de um setor i para os demais setores j .

A utilização deste método permite apenas que se estabeleça o perfil da apropriação do excedente através das relações diretas entre as indústrias e entre as regiões. Como se pretende trabalhar com a matriz incompleta - ou seja - a matriz de um complexo industrial, não faz sentido inverter a matriz para dessa forma serem obtidos os efeitos diretos e indiretos decorrentes da circularidade das trocas.

O que se procura relacionar em termos interindustriais e interregionais é a diferença entre as produtividades médias do trabalho e os salários médios como explicação do excedente. Empiricamente o que se está medindo é o valor monetário da produtividade média do trabalho ou seja o valor adicionado por trabalhador. Há aqui um problema no sentido de que neste valor de produtividade subsistem duas questões interrelacionadas: a) em que proporção esta produtividade é relativa à composição orgânica do capital¹⁹; b) em que proporção ela é devida ao grau de monopólio.

A noção de excedente econômico bruto tal como estamos admitindo inclui a depreciação. Em geral a depreciação está associada à noção da parcela de desgaste de equipamentos no tempo. É um custo que se realiza financeiramente pela constituição de um fundo de reposição de um capital avançado em períodos anteriores. A depreciação corresponde ao desgaste de um bem que contém "trabalho morto" e do qual já houve apropriação em salários e lucros, cujo excedente foi gerado no momento de sua realização.

Na medida em que o mercado se estrutura com firmas com maior poder de determinação de preços, há uma tendência a que a taxa de depreciação seja determinada a partir das firmas com maior poder de mercado em direção às de menor poder. A taxa de depreciação torna-se pois programada, e a própria concepção de constituição de um fundo de depreciação está vinculada na realidade à noção de um fundo financeiro que cresce mais intensa-

¹⁹ Admitir-se-á que uma maior composição orgânica do capital explicita uma maior densidade de capital físico por trabalhador.

mente do que se estivesse vinculado ao período temporal de desgaste físico e técnico do capital. Sob a ótica das firmas dotadas de menor poder de mercado a depreciação se explica através da mesma condição com implicação inversa. A obsolescência e a perda de competitividade decorrem da impossibilidade de incluir a depreciação como parcela do excedente, ao nível em que as firmas que detêm maior poder de fixação de preços o fazem. Dessa forma o conceito de excedente que se está utilizando é o de excedente bruto que inclui a depreciação vinculada à geração de lucros das firmas e como forma de assegurar um certo nível de participação no mercado. Como afirma Conceição Tavares²⁰:

BCME-BIBLIOTECA▲

"A difusão do progresso técnico é um instrumento da concorrência capitalista que acompanha como uma "sombra" o movimento de acumulação - e que o controle oligopolista da tecnologia é um instrumento fundamental de poder monopolista sobre os mercados".

Na realidade o excedente bruto engloba não só a depreciação como também os gastos de comercialização, propaganda, impostos, bem como a remuneração de capital financeiro de terceiros.

3.5.2 - A Apropriação do Excedente

Em termos agregados, a apropriação do valor realizado é feita pelos trabalhadores através do salário, e pelo capital, e se expande no circuito em que este último se reproduz.

²⁰ Tavares, M.C. - Op. cit.

Tem-se que a apropriação relativa do valor gerado, pelos trabalhadores, é dada por:

$$w = W/V.A \quad (1)$$

ou seja, (w) é a parcela que cabe aos trabalhadores relativamente ao valor adicionado, denominada parcela salarial.

Por outro lado tem-se que a parcela relativa do excedente bruto é expressa por:

$$s = E X B/V.A$$

BCME - BIBLIOTECA ▲

A relação entre (s) e (w) ou seja s/w expressa o grau de apropriação do trabalho pelo capital e é uma aproximação do que Marx denominou de taxa de exploração ou mais-valia. Deixa em aberto a perspectiva de apropriação na forma como ela se verifica, nas várias esferas do processo produtivo e de acumulação do capital. (Capital industrial, capital comercial e financeiro, bem como a parcela do excedente que o Estado retém via exação fiscal).

A parcela salarial é um indicador da relação entre salários e produtividade. Mostra, na medida em que as "taxas de exploração" variam de setor para setor, como os trabalhadores se apropriam ou não dos ganhos de produtividade. No entanto para a manutenção de uma dada taxa de acumulação, os ganhos de produtividade incorporados aos salários são em geral menos que proporcionais, fazendo com que a parcela salarial caia. Variações de salários reais e da parcela salarial dependem dos graus de monopólio e da forma de organização dos trabalhadores.

3.5.3 - Concepção de Mercado

É preciso explicitar o conceito de mercado para se ter mais claro a sua implicação na geração e apropriação do excedente econômico-bruto.

O conceito restrito de mercado encara um conjunto de bens complementares ou substitutivos à disposição dos consumidores ou das firmas. O enfoque considera num caso limite, como um mercado, um bem que se destina a uma única finalidade de demanda, elaborado segundo um único processo tecnológico, com uma mesma composição de insumos. Na medida que há uma relativa ampliação desta concepção estrita, ao se incorporar uma gama de produtos substitutivos seja ao nível da oferta, seja da demanda, torna-se empiricamente mais difícil delimitar a composição do mercado²¹.

Este conceito é estreito na medida que não introduz os aspectos estruturais envolvendo tamanho e concentração técnica da produção, ou seja, as formas que assume a concorrência, onde o oligopólio é a condição mais geral.

Torna-se pois necessário ter o cuidado de não isolar analiticamente a produção do processo de acumulação do capital. O processo de geração-apropriação do excedente interindustrial de acordo com a estrutura e tipo de mercado deve ser visto a partir de como se articulam as relações intercapitalistas na indústria.

3.5.4 - Estruturas de Mercado

A forma como vêm sendo caracterizados os estudos a respeito de estrutura e poder de mercado expressos na maior ou menor independência da firma ou indústria na fixação de seu

²¹ Souza, Maria Cristina Cacciamali - Salários, Lucros e Estrutura de Custos na Indústria Brasileira, IPE/USP, 1979.

preço tem caminhado no sentido de apontar as condições que causam imperfeições de mercado centradas na não homogeneidade dos produtos, reforçada pela propaganda, e nas barreiras à entrada de novas firmas. Estas condições são encaradas como forças que obstaculizam e invertem quaisquer tendências em direção às formas mais concorrenciais²².

Isto não significa que as pequenas firmas tendam a desaparecer através da oligopolização. Pelo contrário, o próprio oligopólio é responsável pela criação em determinados mercados de pequenas e médias firmas que podem competir com as grandes, ou mais provavelmente constituírem-se em unidades complementares, funcionais portanto ao grande capital²³.

O modelo de concorrência perfeita supõe a demanda dada para a firma. A perfeita elasticidade da curva de demanda significa que as firmas não interferem no nível da procura agregada, assim como os demandantes não conseguem estabelecer distinção entre o que cada firma produz. Há suposição de perfeita substituição entre os bens.

Sraffa criticou em 1926²⁴ alguns dos supostos básicos da teoria de concorrência, por estarem tão afastados da realidade, que teriam poder explicativo apenas em certas situações bastante limitadas, principalmente quando se trata da indústria.

Dentre as principais hipóteses criticadas, e que implicam na determinação de preço de equilíbrio em concorrência, está a curva da oferta baseada na lei dos rendimentos decrescentes.

²² Bain, J.S. - Barriers to New Competition - Harvard University, 1956.

²³ Ferreira, A. - Grau de Monopólio e Parcela Salarial: Uma Evidência Empírica na Indústria de Transformação Brasileira, 1979, Tese de Mestrado CAEN-UFCe, mimeo.

²⁴ Sraffa, P. - The Laws of Returns Under Competition Conditions, 1926 in Stigler and Boulding.

A lei dos rendimentos decrescentes fora desenvolvida a partir de Ricardo e estava vinculada aos aspectos da repartição de renda, notadamente a renda da terra, sem que se atribuisse nenhuma relação funcional entre custos e quantidades produzidas. A generalização foi feita mediante a consideração da existência de um "fator fixo". O que Sraffa questionou foi o emprego generalizado da lei dos rendimentos na construção da curva de oferta para se chegar ao preço de equilíbrio em regime concorrencial. Isto supõe uma generalizada independência entre a produção e a demanda tanto em relação a um produto como em relação aos demais produtos.

BCME-BIBLIOTECA

*"Esta suposição é ilegítima na medida que uma variação na quantidade produzida pela indústria considerada, põe em movimento uma força que atua diretamente, não somente sobre seus próprios custos, e sim também sobre os custos de outras indústrias"*²⁵.

Na medida que a curva de oferta com custos variáveis não pode ser considerada um conceito geral, Sraffa admite que os custos apresentam-se constantes para determinadas variações da produção. Este fato leva a uma aproximação de que o "custo de produção exerce uma influência predominante na determinação do valor normal dos bens".

Esta colocação de Sraffa põe em destaque o teor das relações interindustriais decorrentes dos efeitos encadeados dos preços e preparou a noção de grau de monopólio que Kalecki desenvolveria²⁷, que assume que os custos diretos permanecem constantes numa faixa expressiva da produção.

Sraffa procura refutar a colocação do oligopólio como um regime intermediário entre a livre concorrência e o monopólio, de modo que existam indústrias que se aproximem da concorrência se contam com elevado número de firmas independentes

²⁵ Sraffa, P. - Op. cit.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Kalecki, M. - Teoria da Dinâmica Econômica, Ed. Abril, 1976.

entre si²⁸. Isto porque as forças que rompem o caráter de unidade do mercado não são "friccionais" mas são ativas e acumulativas e mesmo de caráter estável.

A teoria da concorrência entra em choque com a realidade ao admitir que o produtor concorrencial não pode influir nos preços e que as curvas de custo de cada produtor são crescentes. Na medida em que as firmas operam em geral com custos constantes ou decrescentes, isto as faz expandir a produção se o mercado for suficientemente amplo para adquirir quantidades adicionais a um determinado preço, ou se gastos adicionais de vendas são incorporados para deslocar a demanda.

Não é pois o custo que delimita o nível de produção e sim a demanda. Daí a importância da extensão do mercado, que Labini²⁹ introduz na análise do oligopólio.

Tem havido uma preocupação por parte de autores como Steindl³⁰ e Labini³¹, entre outros, na elaboração de uma tipologia dos mercados estruturados em regime de oligopólio.

Procuraremos adotar os elementos da estrutura proposta por Maria da Conceição Tavares³², que se fundamenta basicamente nesses autores e conduz a classificação em termos apropriados para a forma assumida pela industrialização nacional, e que servirão de base para enquadramento dos mercados ao longo das relações interindustriais do complexo industrial que analisaremos no capítulo seguinte.

28 O ponto de vista que situa o oligopólio como regime intermediário entre o monopólio e a concorrência é abordado pelos autores preocupados em analisar os aspectos da estrutura - conduta - desempenho de mercados oligopolistas comparativamente a padrões concorrenciais, como por exemplo, Scherer, F.M. - Industrial Market Structure and Economic Performance, Rand Mc Nally, Chicago, 1970.

29 Labini, P.S. - Op. cit., pág. 72.

30 Steindl, Josef - Madurez y Estancamiento en el Capitalismo Norte-Americano - Siglo Veintiuno Edit., 1979.

31 Labini, P.S. - Op. cit.

32 A tipologia de mercados oligopolistas está contida na tese de livre docência - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil e na Pesquisa - Estrutura Industrial e Empresas Líderes - FINEP.

As estruturas de mercado oligopolista propostas por Tavares são as seguintes:

a) - oligopólio puro ou concentrado - caracteriza-se por uma conjugação de condições que estabelecem fortes barreiras à entrada de outras firmas no mercado, assim como torna mínima a política de exclusão. Essas condições se apresentam como:

- elevada concentração técnica e econômica (elevado nível de capital imobilizado);

- pequeno número de firmas com elevada escala produtiva, absorvendo parcela significativa da demanda do setor;

- relativa homogeneidade do produto, ainda que possam variar as especificações técnicas;

- descontinuidade de escalas produtivas e de técnicas de produção ensejando a presença de firmas com tamanhos distintos e diferentes custos de produção.

Nesta estrutura, a concorrência não se faz via preços, os quais são administrados pela firma ou referidos à política de preços do Estado.

b) oligopólio diferenciado - concentrado, ou misto (Labini)

As barreiras à entrada assumem neste caso certas peculiaridades distintas do padrão anterior. Elas não são criadas por descontinuidades técnicas e sim por descontinuidades "para dentro do mercado" vinculadas à diversificação de atendimento de clientelas ou partições de um mesmo mercado. Essa diversificação mercadológica implica num custo não divisível para efeito de conquista de mercado.

Caracteriza-se por:

- elevada concentração técnica e econômica de mercado;

- existência de descontinuidades de escala produtiva, não necessariamente tecnológicas;

- diferenciação do produto em marcas, modelos e status do consumidor.

Incluem-se neste tipo de mercado os bens de consumo duráveis que caracterizam uma importante fase do crescimento capitalista - a da expansão internacional de mercados através das firmas multinacionais. A presença dessa estrutura de mercado em países semi-industrializados é que vai caracterizar a partir de meados da década de 50 um novo ciclo produtivo - do crescimento do consumo-capitalista.

Este tipo de mercado apresenta uma estrutura de inserção peculiar, apontada por Steindl, que é a de atuar com uma capacidade ociosa planejada, crescendo na frente do mercado. Esta capacidade ociosa está relacionada com a diferenciação do produto, devido a que as barreiras à entrada em função da escala produtiva não são dadas a nível do mercado nacional, mas pelas matrizes avançando nos mercados periféricos, através das suas filiais. Assim o controle sobre o crescimento do mercado se traduz no conjunto de medidas: diferenciação - capacidade ociosa, que pode tornar-se mais drástico conforme a situação do ciclo econômico.

Esta estrutura apresenta ainda especificamente: forte encadeamento de efeitos para trás, política de alta obsolescência, dependência ao financiamento do consumo.

BCME - BIBLIOTECA

c) oligopólio diferenciado

Apresenta as características da estrutura anterior, mas situa-se na fronteira com o oligopólio competitivo. Engloba a produção de bens de consumo não duráveis altamente diferenciáveis e completamente apresenta um mark-up elevado que denota elevados gastos com vendas e administração. Apresenta um elevado coeficiente de concentração. A caracterização desta estrutura de mercado é mais descritiva do que explicativa em relação às estruturas do oligopólio diferenciado-concentrado e do oligopólio competitivo. Pertencem a esta categoria os setores de cigarros, produtos farmacêuticos, perfumaria, latifúndios, etc.

d) oligopólio competitivo

No oligopólio competitivo a diferenciação do produto não é uma característica determinante. As barreiras significativas que podem se verificar estão preponderantemente vinculadas a um decisivo controle no ambiente da comercialização. Não se verifica uma estrutura altamente concentrada em termos de participação nas vendas por parte de um número reduzido de firmas.

A taxa de expansão dos mercados está na dependência da taxa geral de crescimento da economia (empregos e salários urbanos).

A diferenciação de produtos só é possível mediante esforço de vendas ou de comercialização que torna possível manter uma determinada parcela do mercado. Em todo caso é difícil manter uma elevação duradoura da margem de lucros. Contudo um esforço em termos de inovação e elevação da produtividade pode assegurar outras vantagens no custo de produção.

No oligopólio competitivo as empresas líderes mantêm algum controle sobre o mercado. Este é constituído em geral por bem de consumo não duráveis, dotados de relativa homogeneidade, com grandes empresas líderes. Presume-se pois que haja baixa diferenciação técnica em cada mercado. A produtividade das firmas líderes, nem sempre muito elevada, é em geral superior à média.

A pesquisa da FINEP constata que o diferencial de rentabilidade do capital não reverte para os setores em termos de ampliação da capacidade produtiva. Isto por um lado denota uma tendência frequente nestes setores no sentido de expansão via multi-plantas, ou compra de estabelecimentos do mesmo setor. Além disso os esforços de comercialização têm sido mais importantes do que investimentos produtivos.

e) estruturas não-oligopólicas

Caracterizam-se pela baixa concentração e presença ínfima de grandes empresas líderes, as quais no entanto não apresentam grande estabilidade de permanência nesta condição ou

no mercado ao longo do tempo. Esta estrutura comporta duas sub-divisões: produtos homogêneos, que inclui o beneficiamento de fibras têxteis; e produtos diferenciáveis, incluindo bens de consumo não duráveis - próximos à noção de concorrência monopolística - da qual a indústria de confecções faz parte. Apresentam densidade de capital pouco elevada. Contudo a segunda sub-divisão pode apresentar economias de custo e uma elevada taxa de mark-up. Há grandes desníveis em termos de escala de produção entre as firmas.

4.1 - Introdução

No primeiro capítulo procuramos trazer a contribuição dos principais autores que têm analisado a troca desigual, para em seguida, no segundo capítulo, apresentar o nosso entendimento a respeito da questão. Vimos que os enfoques dados à troca desigual podem ser divididos em duas amplas vertentes: De um lado aqueles que buscam exclusivamente na teoria econômica os mecanismos que explicam o ajustamento e preservação do sistema capitalista. Para esses a troca desigual é percebida como um fenômeno decorrente da falta de ajustamento concorrencial. De outro lado há aqueles que procuram romper com o isolamento na análise dos mecanismos econômicos, sem contudo estabelecer relações de causa e efeito, buscando uma aproximação com o papel cada vez mais importante exercido pelo Estado e pelas forças políticas no capitalismo. Assim, o capitalismo oligopolista não é encarado como uma disfunção capitalista mas a base da sua continuidade, e as relações inter-capitalistas encerram um elevado potencial onde o sistema encontra sua preservação.

No terceiro capítulo nossa intenção foi a de aproximar a troca desigual da análise regional buscando em ambos os casos a vinculação entre o concreto e a aparência. Procuramos destacar a possibilidade da troca desigual estar inserida numa região, e não ser atributo das trocas inter-regionais.

Neste capítulo procuramos retomar o concreto e estamos dividindo-o em duas partes: a primeira visa compor o quadro que dá conteúdo à região Nordeste como regionalismo. Procura conjugar aspectos do modo de produção e das forças políticas

necessários ao entendimento e caracterização da industrialização recente por que vem passando a região.

A segunda parte do capítulo procura mostrar a morfologia dessa industrialização tal como ela se encontrava implantada na região em fins de 1977. Os aspectos dessa industrialização serão visualizados a partir do complexo industrial têxtil que constitui um bloco de indústrias que apresenta fortes encadeamentos interindustriais: Para o nosso propósito o complexo industrial têxtil é o bastante para fornecer elementos indicativos possíveis de generalização para caracterizar a industrialização da região. O que a noção de complexo industrial, e particularmente o complexo industrial têxtil, apresenta de interessante é a possibilidade de romper com qualquer abordagem dualista contemplando indústrias modernas e tradicionais. Nosso interesse vincula-se ao conteúdo das relações interindustriais entre mercados oligopolistas. É a entrada do capital oligopolista conjugado à ação do Estado que vai dar substância à troca desigual na região. Voltamos a enfatizar, porém, que a troca desigual está presente nas relações interindustriais internas à região, compondo o caráter que ela pode assumir nos intercâmbios externos à região.

BCME - BIBLIOTECA

4.2 - O Regionalismo no Nordeste Brasileiro

Faremos uma incursão breve e esquemática, num esforço de síntese, para procurar situar a questão regional no Nordeste e o quadro que a industrialização assumiu após a criação da SUDENE em fins de 1959. Isto porque o entendimento da industrialização no Nordeste tem que ser visualizado dentro de dinâmica em que as forças econômicas se articulam com as forças políticas e o Estado a nível regional e nacional.

Até o fim da década de cinquenta as relações sociais e políticas no Nordeste se encontravam estruturadas de forma tal que o Estado atendia apenas aos interesses das oligarquias locais. Estas oligarquias exerciam pleno controle so-

cial (que dispensava a presença direta do Estado na região), dentro das condições de preservação de uma estrutura produtiva tradicionalista que foi se tornando gradativamente impermeável às forças de mercado e de mudança.

As lutas políticas circunscritas ao espaço regional estavam vinculadas ao embates entre a oligarquia canavieira, a que se alinhavam os interesses da burguesia industrial e comercial urbanas, e a oligarquia sertaneja cuja base econômica centrava-se na exploração do algodão e da pecuária. A garantia política desta oligarquia sertaneja se dava em cima de preponderância da população rural em relação à urbana e o asseñoramento da massa dos "votos de cabresto", que ela realizava.

O isolamento regional exerceu um papel importante como forma de preservação dos interesses destas oligarquias antagônicas, que contavam com distintas formas de apoio econômico do Estado e garantiam, de forma recíproca, apoio político a nível nacional.

Dessa forma como mostra Francisco de Oliveira¹ estas oligarquias aparelhavam o Estado a nível regional. A percepção desse aparelhamento fica clara quando se configura que a oligarquia sertaneja tinha sob controle o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS e a oligarquia canavieira detinha o Instituto do Açúcar e do Alcool - I.A.A.. Ambas entidades, o DNOCS e o I.A.A. eram de âmbito nacional mas apresentavam um espectro totalmente regional.

As formas como sobre essas oligarquias regionais se refletia a conjugação das medidas de caráter econômico que se destinavam a atender aos interesses políticos no Centro-Sul eram diferentes. Isto porque a oligarquia algodoeira termina por se beneficiar (em alguns períodos) das medidas de desvalorização cambial que atendia aos interesses de realização externa dos grupos vinculados ao café. Já o grupo canavieiro da

¹ Oliveira, Francisco - Elegia para uma Re(li)gião; SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

zona da mata que havia perdido a condição de participação na concorrência internacional, devido à baixa produtividade da produção açucareira não se via beneficiado pelas medidas econômicas emanadas no Centro-Sul. Procura portanto assegurar sua existência no mercado interno através da manipulação da política do I.A.A.. Neste sentido, o I.A.A. veio ao longo do tempo adotando uma política de preços e quotas de produção compatível com a permanência no mercado dos produtores marginais no Nordeste. Ao "proteger" a produção nordestina, o I.A.A. garantiu condições de sobre-lucro aos produtores de cana do Centro-Sul, revertendo-se pois o sentido das vantagens regionais. Ambas as formas de economias, tanto a da zona da mata, como a do sertão se estruturam à custa da manutenção, e mesmo involução, das condições de trabalho não-capitalistas, quanto à forma, baseadas em relações de intensa repressão-submissão.

A industrialização nordestina que havia se desenvolvido juntamente com as fases melhores da indústria do açúcar acaba acompanhando o fechamento do mercado regional. A indústria e a manufatura têxtil se vêm restringidas à produção de tecidos grosseiros, sacaria, etc. O algodão de melhor qualidade era comercializado através dos grupos exportadores internacionais.

Desde o fim do Império até à década de cinquenta, a política do Estado em relação às oligarquias sertanejas se voltava para atenuar os impactos gerados pelas secas que afetavam principalmente a "economia de subsistência" que era a responsável pela produção de excedentes alimentícios e do algodão².

Os monopólios comerciais e de transportes, como por exemplo, os afretamentos exclusivos do Lloyd Brasileiro, constituíam o elo final de isolamento como forma de preservação de interesses locais que muitas vezes se tornavam conflitantes com os interesses da burguesia do Centro-Sul como é o que ocorre com o sal do Rio Grande do Norte³, onde a intermediação elevava os preços do produto.

² Sá, Jr. F. - O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. Estudos Cebrap nº3, São Paulo, 1973-

³ Teodoro Janice da Silva - Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930), Ed. Ciências Humanas, 1978.

O pensamento industrialista no Nordeste desde o início do século misturava-se ao da oligarquia do açúcar nas reivindicações e cobranças da participação regional no desenvolvimento do Centro-Sul. A base do discurso industrialista voltava-se para a relativa independência do processo de produção industrial face aos rigores da natureza. A industrialização como alternativa para desvincular a região do problema da seca enfatizava os esforços da burguesia industrial e da oligarquia canavieira para fazer frente à oligarquia sertaneja. Era, portanto, a expressão das chamadas forças "progressistas" regionais, de cunho urbano, que se postavam contra as forças "tradicionalistas" do sertão da conjugação algodão-pecuária⁴.

O regionalismo no Nordeste na sua origem se forma sob um quadro de lutas econômicas e políticas contingenciadas no espaço e permeadas pela presença do Estado nacional. São lutas entre oligarquias que tentam assegurar formas hegemônicas e vantagens de um Estado supostamente assistencialista, que na verdade lhes cobrava o apoio político. Essas lutas e conflitos não se estruturam como luta de classes.

É justamente o conteúdo dessas lutas oligárquicas que contribuiu para uma visão nacional da região a nível do aparente, e que assumiu mesmo a expressão da sua representação como folclore. São estas oligarquias que se encarregarão de transmitir essa ideologia de um Nordeste que passa a ser sinônimo de miséria e de seca. O Nordeste dificilmente é visualizado como o locus de exploração, da dominação-submissão, da mais completa assimetria de poder com relação às classes subalternas, e que delinaram concretamente a região.

Esta assimetria de poder possibilita uma baixa penetração do populismo, porque o que há na realidade é uma baixa interferência do Estado na região. Este aspecto que Francisco

⁴ Ao caracterizar essas forças como "progressistas" e "tradicionalistas" estou me referindo a distinções que se apresentam mais em termos formais do que efetivos a nível de suas condutas política e econômica. Contudo essa caracterização serviu como critério de alianças políticas efetivas.

de Oliveira mostra é essencial como traço marcante na caracterização específica da região, quando da conformação das classes sociais, no momento em que se inicia a mobilização popular no Nordeste. Isto porque o Estado populista não cumpriria papel algum como anteparo à explicitação das lutas de classe numa região em que o poder e o nível de repressão das oligarquias eram suficientes para conter o estágio bastante atrasado em que eram mantidas as relações de produção e a baixa condição de vida.

Desta forma no transcorrer da década de 50 quando gradativamente vai se rompendo o pacto populista a nível nacional, até seu auge no início dos 60, a afirmação das forças populares no Nordeste não converge contra o Estado. O mesmo não se dá no Centro-Sul, onde a explicitação que o conflito de classes vai assumindo se encontra fortemente permeada pelo Estado.

BCME - BIBLIOTECA

As secas dos anos 51-53 e de 58 se fazem acompanhar dos costumeiros clamores regionalistas, que incluem nesta última seca uma ênfase nas diferenças regionais que começam a ser geradas com base no novo avanço da industrialização. De fato, a industrialização no Centro-Sul se encontra em meados de 50 face à inauguração daquilo que viria a ser um novo ciclo econômico - o da produção de bens de consumo duráveis ou de luxo e penetração do capital estrangeiro - que se consolidaria após 1964 dentro do modelo econômico adotado.

Tanto as secas como o significativo avanço econômico que tem início no Centro-Sul exacerbam o discurso das oligarquias pleiteando apoio do Estado. O quadro dessa vez é diferente. O despregamento relativo do controle populista que se verifica a nível nacional atua sob forma específica junto às classes populares no Nordeste. A mobilização não se dá de forma autônoma, é importante frizar, mas comparativamente ao Centro-Sul as contradições são mais visíveis, a reatividade é maior, e a questão da propriedade da terra é o motor da politização. Isto se dá num momento em que as medidas reformistas, não explicitadas, são colocadas para a sociedade como forma

de readequar o discurso populista. O Estado se enfraquece como controlador social, como para-choque do conflito de classes, a nível nacional. No Nordeste a tendência era a de uma perda do controle político-repressivo por parte das oligarquias locais.

É sob este quadro que a SUDENE é instalada, no fim de 1959, e cuja estratégia e intervenção política são analisadas muito bem por alguns autores, em relação ao conjunto de forças e interesses presentes no cenário político da época⁵.

O aspecto importante que convém ressaltar refere-se à tática da industrialização contida no documento do GTDN⁶, como forma de enfrentar indiretamente a oligarquia sertaneja, mais poderosa, através de uma confluência de interesses com a oligarquia canavieira e a burguesia urbana.

Uma política de intervenção do Estado fundada em moldes industrialistas apresentava a vantagem de não tocar no aspecto sensível que era a questão da terra. Aparentemente, era uma medida que trazia consenso, a aprovação dentro de um "sentimento" desenvolvimentista que existe de forma generalizada nos "anos de J.K." - e é amparada pela corrente cepalina.

O estudo que o Pe. Lebret⁷ realizou em 1954 dentro da perspectiva da sua escola - "Ciência e Humanismo", é de certa forma pioneiro na região, e traduz perfeitamente a noção de desenvolvimento industrial, que abstrai as restrições

⁵ Oliveira, Francisco de - Elogia para uma Re(li)gião; Editora Paz e Terra, 1977, Weser Koch, Caio K. La Sudene doce años de planificación para el desarrollo en el Nordeste brasileño - Santiago 1973; Cohn, Amélia - Crise Regional e Planejamento; Moreira, Raimundo - Uma Política Regional de Industrialização - O Nordeste Brasileiro, Paz e Terra, 1976, Hirschman, Albert O. - Estudios sobre Política Económica en América Latina, Cap. 1, El Nordeste del Brasil, Editora Aguillar, 1964.

⁶ Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste, 1959.

⁷ Lebret, Louis J. - Estudo sobre: Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste, Comissão de Desenvolvimento Económico de Pernambuco, Recife, 1955.

decorrentes dos conflitos entre as forças hegemônicas políticas e econômicas e os requisitos para que o movimento de valorização do capital adentrasse a região. A abordagem do Pe. Le Bret é no mínimo voluntariosa, no entanto, formalmente próxima do documento do GTDN elaborado sob a coordenação de Celso Furtado cinco anos após.

Quando este quadro político é desmantelado após 1964, a intervenção do Estado no plano econômico na região perdurará baseada na orientação dada à industrialização. A industrialização que era uma abordagem tática para intervir na questão agrária "pelos flancos"⁸ se firma como estratégia de desenvolvimento. Porém essa afirmação já não tem seu locus na região e sim no processo de valorização do capital nacional e internacional na região, e que se viabiliza mediante o amparo dos incentivos fiscais.

A industrialização que vem ocorrendo no Nordeste passa a acompanhar a dinâmica nacional. Contudo, ela é dependente tanto em relação às decisões no tocante às reinversões como em relação à defasagem que continua perdurando na sua estrutura industrial. A estrutura industrial no Nordeste não conterà nem os circuitos que envolvem o departamento de produção de bens duráveis de luxo, que se constituiu no carro-chefe do processo de valorização do capital a nível nacional, e nem o departamento de bens de capital.

Será uma estrutura setorial incompleta como afirma Schöeller, onde a falta de certos ramos produtivos diminuirá a ampliação da reprodução do capital e aumento da produtividade na região e que estará refletida na troca desigual.

No entanto, como veremos, a estrutura industrial implantada na região passará a apresentar mercados operando em distintas situações oligopólicas que a nível das relações industriais trazem para o interior da região as condições da troca desigual.

⁸ Furtado, Celso - Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1964.

4.3 - A Industrialização Recente no Nordeste e a Apropriação do Excedente - O Caso do Complexo Têxtil

4.3.1 - A Noção de Complexo Industrial

A análise do complexo têxtil instalado no Nordeste enquadrado no programa de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, compreendeu o universo das firmas que tiveram projetos aprovados e entraram em funcionamento efetivo até o ano de 1977.

A avaliação que foi procedida está fundada nos dados diretos da pesquisa realizada junto às firmas incentivadas, referenciados à data de dezembro de 1977⁹.

A noção de complexo industrial tem por base a constatação da existência de um forte poder de encadeamento técnico interindustrial, procedendo-se pois a uma separação das indústrias em sub-conjuntos que apresentam interligações diretas e indiretas mais fortes em termos de compras e vendas do que com as demais, num espaço ou região.

O complexo industrial corresponde pois a uma determinação espacial do "cluster" ou "aglomerado" que considera apenas as interdependências técnicas típicas entre setores num dado momento, independente da sua localização.

Uma abordagem da estrutura industrial a partir da concepção de complexos industriais é sensivelmente mais abrangente do que aquela que se estabelece em bases estritamente setoriais e que não considera o teor das relações interindustriais.

⁹ "Pesquisa junto às Empresas Industriais Beneficiadas com Recursos do Sistema de Incentivos Fiscais da SUDENE - 34/18 e ou FINOR" realizada pelo B.N.B. e SUDENE; Fortaleza - Recife, 1978.

Sabe-se que a estrutura industrial expressa numa matriz insumo-produto apresenta-se configurada em blocos relativamente independentes, como há evidências empíricas para o caso brasileiro¹⁰. Isto permite tratar o complexo industrial com uma certa independência em relação ao resto da estrutura industrial. Ao se considerar o complexo industrial como elemento analítico, elimina-se o que há de estanque na visualização setorial, destacando-se a interdependência técnica e econômica que se encontra em consonância com o processo de valorização do capital.

Por outro lado há um rompimento com a usual divisão entre indústria tradicional e moderna ou dinâmica. A formulação de caráter dualista entre indústria tradicional e moderna, se deve originariamente a Chenery e se baseia no critério comparativo do nível de produtividade entre os setores. O nível de produtividade acompanha o mesmo sentido de intensidade do capital técnico. Sob essa classificação há a concepção de que as estruturas industriais podem apresentar um direcionamento de "progresso", do tradicional para o moderno. Não são captadas as relações entre os setores com distintos níveis de produtividade e salários, e as articulações através de como são formados os preços em decorrência das distintas formas de oligopolização dos mercados que constituem um complexo industrial.

A preocupação que existiu no tratamento dessa questão decorreu mais fortemente do fato de que estaremos tratando do complexo industrial têxtil, e que a indústria têxtil é geralmente enquadrada no âmbito das "indústrias tradicionais".

Enfocado sob uma perspectiva histórica, o setor têxtil na formação industrial brasileira teve um papel central, e preencheu todo um ciclo do produto que reuniu sob si boa parcela das inovações tecnológicas e os mais expressivos avanços da

¹⁰ Silva Prado, Eleutério F. da - Elementos Indicativos para a Seleção de Atividades em Programas de Desenvolvimento Regional do Brasil. Tese de Doutorado FIPE-USP, 1980 e FONTE-NELE, P. e Silva - Aspectos Tecnológicos da Estrutura Industrial Brasileira: Uma Análise Insumo-Produto, Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, 1978.

produtividade industrial¹¹. Pensar na evolução da indústria têxtil como se essa tivesse ocorrido dentro de um processo linear implica tratar o seu produto como homogêneo ao longo do tempo. As transformações no ciclo dos produtos que se iniciaram antes da 2a. Guerra e que se consolidaram após a década de 50 trazendo a era do plástico e derivados do petróleo, por exemplo, levam a que a indústria têxtil, a indústria química e petroquímica se rearticulem mais intensamente. O desenvolvimento desse tipo de interdependência ao contrário do que se previra, não foi entretanto decisivo para romper com a vinculação entre a indústria têxtil e o setor agrícola, responsável pela produção de fibras naturais, notadamente o algodão.

O papel jogado pelas grandes firmas e conglomerados no desenvolvimento dos novos produtos, as variações nos preços relativos das matérias primas e as preferências dos consumidores vinculadas ao emprego da propaganda têm sido responsáveis por alterações na composição do produto com ciclos relativamente bem delimitados.

A pesquisa do complexo têxtil no Nordeste junto às firmas incentivadas voltou-se para o conjunto de 138 firmas que foram atendidas pelo programa de incentivos do 34/18 e/ou Finor desde sua criação. Deste total em dezembro de 1977 havia um contingente de 14 firmas paralisadas e 18 em processo de instalação. Mais um total de quatro firmas foram afastadas da análise por apresentarem inconsistência de dados ou informações parciais nos questionários. A avaliação que se procedeu abrangeu portanto a um total de 102 firmas incentivadas.

¹¹ Stein, Stanley - The Brazilian Cotton Manufacture - Textile Enterprise in an Underdeveloped area: 1850-1950, Cambridge, Massachusetts, 1957, Harvard Press.

QUADRO 7 - Nordeste - 1977 - Situação das Firms Incentivadas
Pertencentes ao Complexo Industrial Têxtil

BCME - BIBLIOTECA

Estado	Funcionando	Em Instalação	Paralisadas	Total
Maranhão	1	-	-	1
Piauí	2	-	-	2
Ceará	25	4	3	32
Rio Grande do Norte	11	5	2	18
Paraíba	19	1	4	24
Pernambuco	26	4	3	33
Alagoas	3	-	2	5
Sergipe	9	1	-	10
Bahia	8	1	0	9
Minas Gerais	2	2	-	4
Total	106	18	14	138

Fonte: Dados Primários de Pesquisa BNB-SUDENE, 1978.

O conjunto de firms foi analisado procurando-se identificar o mercado dos seus produtos, os grupos econômicos a que pertenciam e a existência de multi-plantas. As multi-plantas - mesmo quando se situavam em estados diferentes - tiveram as suas informações econômicas consolidadas como sendo a de uma única firma.

Os insumos e os produtos de cada firma foram classificados a nível do quarto dígito da classificação de mercadorias do IBGE, e mediante a noção de "filière" e do cruzamento dos quadros de vendas das firms incentivadas (às firms incentivadas e não incentivadas) e de compras das firms incentivadas (às firms incentivadas e não incentivadas), foram montadas as seguintes matrizes de relações interindustriais na região:

$$\left[x_{i^* j^*} \right] ; \left[x_{i^* \bar{j}} \right] ; e \left[x_{\bar{i} j^*} \right]$$

onde:

i^* e j^* são respectivamente as vendas e compras procedidas por firmas incentivadas;

\bar{i} e \bar{j} são as vendas e compras procedidas por firmas não incentivadas.

4.3.2 - A Estrutura dos Mercados sob o Complexo Industrial Têxtil

Para fins analíticos os mercados identificados a nível de quarto dígito foram agregados em seis mercados: Fiação e Tecelagem; Química Têxtil; Artefatos Têxteis; Outras Firmas; Insumos Têxteis para tecelagem e confecção; e Confecção de Roupas.

Fiação e Tecelagem

Operam neste mercado 24 firmas com 33 estabelecimentos. Destes estabelecimentos 21 já funcionavam anteriormente à criação da SUDENE, conforme pode ser visto no quadro.

QUADRO 8 - Mercado - Fiação e Tecelagem - Época de Implantação

Início de Operação	Nº de Estabelecimentos
antes de 1900	5
1900 - 1930	10
1930 - 1950	5
1950 - 1960	1
1960 - 1970	3
1970 - 1977	9
total	33

Fonte: Pesquisa BNB-SUDENE, 1978.

O mercado Fiação e Tecelagem enquadra-se nas características do oligopólio competitivo segundo a denominação da Conceição Tavares. De fato constata-se pouca diferenciação do produto e é importante para as firmas líderes:

- assegurar controle sobre a comercialização;
- produzir excedente comercializável em fios;
- garantir um nível de produtividade mais elevado do que a média, mediante acompanhamento das melhorias tecnológicas.

Apresentamos em seguida alguns dados referentes à concentração neste mercado.

Considerando as quatro maiores firmas pela ordem decrescente de faturamento e em seguida as seis maiores firmas:

QUADRO 9 - Mercado - Fiação e Tecelagem: Concentração das Firmas Líderes

Cr\$ Milhões de 1977

Firmas	Faturamento	Ativo Fixo	Nº Empregados	Folha de Salários
4 maiores	1.898,7	1.854,0	10.809	172,4
% sobre o total	(0,50)	(0,39)	(0,45)	(0,40)
6 maiores	2.402,8	2.970,1	14.679	260,7
% sobre o total	(0,63)	(0,62)	(0,60)	(0,61)
Total	3.793,9	4.764,9	24.130	427,2

Fonte: Dados Primários da Pesquisa BNB - SUDENE, 1978.

Tanto as quatro como as seis maiores firmas correspondem a grupos industriais de características regionais de grande porte e que extravasaram as fronteiras da região.

Não foram incluídas neste mercado as firmas de fiação e tecelagem cuja integração vertical lhes permite chegar a um produto relativamente diferenciável reforçado por propaganda.

A densidade média de capital imobilizado pelas seis maiores firmas situava-se em torno de Cr\$ 495 milhões (de 1977) enquanto a média de todas as firmas era de Cr\$ 198 milhões.

O mark-up no mercado Fiação e Tecelagem situava-se em torno de 1,387.

Química-Têxtil

Operam neste mercado cinco firmas; todas (com exceção da Rhodia do Nordeste que foi implantada em 1968) iniciaram a produção entre 1972 e 1974 e apresentam vinculações com o polo petroquímico situado na Bahia.

Este mercado enquadra-se no tipo de oligopólio puro ou concentrado, com a presença de elevada concentração técnica econômica e alto requisito de capital imobilizado.

É um mercado que conta exclusivamente com capital externo à região ocorrendo participação de capital estrangeiro, ou de firmas nacionais operando mediante licença técnica e utilizando marca internacional.

As cinco firmas instaladas apresentaram um faturamento de Cr\$ 1.783 milhões (de 1977) e empregavam 4183 operários. A imobilização média de capital por firma era de Cr\$ 722 milhões. O mark-up nesse mercado foi em 1977 da ordem de 1,69.

Artefatos Têxteis

O mercado Artefatos Têxteis caracteriza-se pela produção de mercadorias dotadas de um certo grau de diferenciação e que se destinam preponderantemente ao consumo final. Enquadra-se dentro das características do oligopólio-diferenciado que é uma situação de fronteira com o oligopólio competitivo. Operam neste mercado, no Nordeste, 9 estabelecimentos vinculados a 5 firmas, havendo participação de capital estrangeiro e do Centro-Sul em quatro delas. Apenas uma firma, por sinal de pouca expressão relativa, é constituída por capital de origem regional.

O faturamento dessas cinco firmas foi de Cr\$ 1.779 milhões (de 1977), empregando 8.299 operários, e uma densidade média de capital imobilizado de Cr\$ 408 milhões por firma.

O mark-up constatado nesse mercado foi de 1,64 em 1977.

Outras Fibras

Trata-se de um mercado notadamente de insumos onde as matérias-primas básicas são o sisal e fibras de polipropileno para cordoaria, etc.

Estão presentes 10 firmas nesse mercado cujo requisito de capital é bastante inferior ao dos outros mercados do complexo: Cr\$ 38 milhões em média. As maiores firmas destinam suas vendas principalmente para o mercado externo, que corresponde a 46% das vendas neste mercado. Participam capitais da região e do Centro-Sul na propriedade das firmas. Foi constatado um mark-up de 1,69 nesse mercado em 1977.

BCME-BIBLIOTECA

QUADRO 10 - Mercado - Outras Fibras: Concentração de Firmas Líderes

em Cr\$ Milhões de 1977

	Faturamento	Ativo Fixo	Nº Empregados	Salários
4 maiores	401,7	266,1	2.577	55,5
% sobre o total	(0,71)	(0,69)	(0,79)	(0,77)
Total	566,4	381,1	3.478	71,7

Fonte: Dados Primários da Pesquisa BNB-SUDENE, 1978.

O mercado de Outras Fibras enquadra-se possivelmente dentro das características do "oligopólio competitivo".

Uma das firmas foi fundada na década de 30, três na década de 50, cinco nos anos 60 e uma em 1977.

Insumos Têxteis

Sob este mercado foram reunidas as firmas fornecedoras na sua maior parte para a indústria de confecções, incluindo produtos como linha de costura, botões, entretelas, etc. Operam nove firmas, cuja fundação é recente, sendo que cinco iniciaram sua operação na década de 60 e quatro na década de setenta. Das nove firmas, cinco estão vinculadas a grupos industriais do Centro-Sul e do exterior. O requisito de capital médio imobilizado por firma é de Cr\$ 34 milhões sendo que as quatro maiores apresentam uma imobilização média da ordem Cr\$ 60 milhões.

O nível de mark-up constatado foi de 1,31.

Torna-se difícil enquadrar este mercado dentro da classificação de mercados que estamos adotando, devido à heterogeneidade dos produtos, mas acreditamos que principalmente em relação a insumos para confecções, se esteja perante uma estrutura de oligopólio competitivo.

Confecções

Operam neste mercado 30 firmas com 33 estabelecimentos. Não foram incluídos neste mercado os produtos das firmas cuja integração vertical é elevada, e cujo produto é passível de diferenciação sob intensa carga de propaganda. Dos 33 estabelecimentos 2 foram fundados na década de 50; 17 na década de 60 e 14 entre 1970-77.

O mercado de confecções é enquadrado como uma estrutura não-oligopólica, bastante próxima da concorrência oligopolística.

QUADRO 11 - Mercado - Confeccões: Concentração das Firms Líderes

em Cr\$ Milhões de 1977

Firms	Faturamento	Ativo Fixo	Nº Empregados	Folha Salários
4 maiores	774,5	245,7	5.278	77,2
% sobre o total	(0,47)	(0,26)	(0,38)	(0,38)
6 maiores	1.008,6	412,7	6.970	129,7
% sobre o total	(0,61)	(0,44)	(0,50)	(0,57)
Total	1.648,5	937,6	13.913	226,5

Fonte: Dados Primários da Pesquisa BNB-SUDENE, 1978.

Como se pode observar ocorre uma expressiva concentração neste mercado, na região, pelo critério das quatro e seis maiores firms quanto ao faturamento.

A densidade média de capital por firma é de apenas Cr\$ 31 milhões, sendo que a das firms líderes (4 maiores) é aproximadamente o dobro deste média.

O mercado Confeccões inclui no Nordeste a presença das maiores firms a nível nacional, com capitais originários da região, e que se expandiram para o resto do país. Devido ao baixo requisito de capital imobilizado a taxa de lucro segundo este conceito é significativamente elevada, e o mark-up de 1,69, mas isto requer algumas explicações.

A geração de excedente neste setor é alta devido à elevada intensidade do trabalho e os baixos salários médios. No entanto este diferencial entre intensidade do trabalho e salários é em geral apropriado em grande parte pelo capital financeiro. Isto pode ser apenas inferido e não mostrado empiricamente neste estudo. Evidentemente que se a firma dispõe de capital circulante próprio mais elevado, poderá financiar o elevado prazo das vendas que é comum neste mercado. A taxa de lucros sob o conceito do capital total (inclusive capital circulante) deverá então ser sensivelmente menor.

O bom desempenho das maiores firmas (e também de algumas de menor porte, sãõ fica assegurado na medida em que estas detenham algum controle sobre a distribuição das mercadorias. Quando isto não se verifica é possível constatar uma elevada instabilidade quanto à presença - entradas e saídas - de firmas no mercado e que afeta outros mercados.

4.3.2 - Geração - Apropriação do Excedente e Intercâmbio Regional

Procuramos agora estabelecer através de mensurações possíveis, em cada mercado, como se dá a geração e apropriação do excedente.

Estamos admitindo que a geração do excedente pode ser expressa pelo diferencial entre os ganhos de produtividade e os salários pagos. Estamos supondo que os ganhos de produtividade podem ser indicados pela relação: valor adicionado por trabalhador. Este diferencial é idêntico à taxa de excedente bruto por trabalhador:

$$\frac{E \ X \ B}{N} = \frac{VA}{N} = \frac{W}{N}$$

A apropriação do excedente pode ser avaliada através da parcela salarial (W/VA), ou da relação excedente e valor adicionado (EXB/VA).

A relação entre o excedente e salários, como vimos, é uma aproximação do conceito de taxa de exploração.

Apresentamos em seguida os indicadores de geração e apropriação do excedente em cada mercado do complexo têxtil no Nordeste.

QUADRO 12 - Nordeste - Mercados do Complexo Têxtil: Indicadores de Geração e Apropriação do Excedente

Mercados	Química Têxtil	Fiação e Tecelagem	Outras Fibras	Insumos Diversos	Artef. Têxteis	Confecções
<u>Geração do Excedente*</u>						
W/N	46,46	17,70	20,63	24,17	19,33	16,28
VA/N	221,10	61,60	67,47	69,15	102,94	64,91
EXB/N	174,64	43,90	46,84	44,98	83,61	48,63
<u>Apropriação do Excedente</u>						
W/VA	0,210	0,287	0,306	0,350	0,188	0,251
EXB/VA	0,790	0,713	0,694	0,650	0,812	0,749
EXB/W	3,761	2,484	2,271	1,858	4,319	2,985

* em Cr\$ 1.000 de 1977.

BCME-BIBLIOTECA

Os mercados mais oligopolizados - Química Têxtil e Artefatos Têxteis - são os que apresentam o nível mais elevado de produtividade. No entanto no mercado Artefatos Têxteis o salário médio é bastante inferior ao de Química Têxtil. Os demais mercados apresentam um certo nivelamento entre produtividade e salários médios de modo que o nível da geração de excedente por trabalhador é bastante próximo.

O maior nível de apropriação do excedente se verifica nos mercados mais oligopolizados e mais produtivos. A taxa de exploração é maior em Artefatos Têxteis, cujos assalariados não conseguem obter nenhuma vantagem sobre o nível de produtividade do setor, como ocorre no âmbito de Química Têxtil.

Em seguida apresentamos a forma como alguns dos mercados do complexo industrial encontram-se inseridos no quadro das compras e vendas regionais e inter-regionais.

QUADRO 13 - Complexo Industrial Têxtil no Nordeste: Origem dos Insumos e Destino das Vendas - 1977

Mercados	Total dos Insumos	Origem dos Insumos				Total das Vendas	Origem das Vendas			
		Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior		Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior
Química Têxtil	857.818	147.597	225.701	20.385	464.135	1.782.681	489.388	978.397	281.916	32.980
Fiação e Tecelagem	2.307.390	1.862.225	283.337	153.044	8.044	8.784	928.402	1.699.628	850.303	315.546
Outras Fibras	331.683	249.780	30.128	39.288	12.487	566.357	125.189	76.240	105.778	259.150
Insumos Têxteis	225.194	142.807	69.307	13.038	42	354.649	95.296	151.287	101.195	6.871
Artefatos Têxteis	919.716	557.804	235.643	107.647	18.622	1.778.879	386.857	470.501	762.829	158.692
Confecções	745.807	129.384	504.317	112.106	-	1.648.512	573.208	411.071	634.071	30.162
Total	5.387.608	3.089.597	1.348.433	445.508	504.070	9.924.957	2.598.340	3.787.124	2.736.092	803.401

Fonte: Dados Primários da Pesquisa BNB-SUDENE, 1978.

QUADRO 14- 1977 - Complexo Industrial Têxtil: Origens dos Insumos e Destino das Vendas

Mercados	Origem dos Insumos					Destino das Vendas				
	Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior	Total	Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior	Total
Química Têxtil	0,17	0,27	0,02	0,54	1,00	0,27	0,55	0,16	0,02	1,00
Fiação e Tecelagem	0,81	0,12	0,07	0,00	1,00	0,25	0,45	0,22	0,08	1,00
Outras Fibras	0,75	0,09	0,12	0,04	1,00	0,22	0,13	0,19	0,46	1,00
Insumos Têxteis	0,63	0,31	0,06	0,00	1,00	0,27	0,43	0,28	0,02	1,00
Artefatos Têxteis	0,61	0,26	0,11	0,02	1,00	0,22	0,26	0,43	0,09	1,00
Confecções	0,17	0,68	0,15	-	1,00	0,35	0,25	0,38	0,02	1,00

Fonte: Dados Primários da Pesquisa BNB-SUDENE, 1978.

O mercado Química-Têxtil, responsável principalmente pela produção de fibras artificiais e sintéticas bem como pigmentos, se encontrava em 1977 muito fracamente inserido nas relações interindustriais do Nordeste. Apesar de presença do complexo petroquímica na Bahia, apenas 17% dos insumos eram adquiridos na região, enquanto 54% provinham de importações e 29% do Resto do País. Das vendas realizadas por este mercado apenas 27% se dirigiam à região cujos principais compradores eram os mercados Fiação-Tecelagem e Artefatos Têxteis; que por sua vez vendiam 75% e 78% respectivamente para fora do Nordeste. Isto significa que este mercado tem dentro da região dimensão nacional, o que é coerente com as características do oligopólio concentrado que opera com elevada concentração técnica e busca economias de grande escala.

O mercado Artefatos Têxteis apresenta uma inserção na região diferente daquela do mercado Química Têxtil. Os insumos regionais neste caso, e principalmente o algodão, correspondem a 66% das aquisições feitas pela indústria. Apenas 22% das vendas se destinavam à região.

BCME - BIBLIOTECA

O mercado Artefatos Têxteis ao se instalar no Nordeste praticamente destruiu ou deslocou as firmas que nele operavam. Isto porque estas firmas operavam com produtos que satisfaziam às condições de um mercado isolado. Estes produtos não resistiram à competição com novos produtos vinculados a maiores atrativos marcados pela propaganda como toalhas, estampados de cama e mesa, camisetas de malha, sapatos de tecido e calças jeans.

A expansão desse mercado na região nordestina vem se dando através da criação de multi-plantas, onde em alguns casos os processos produtivos são apenas parcialmente instalados na região. A integração vertical, neste mercado, é ainda uma característica supra-regional.

O mercado Fiação e Tecelagem adquire 80% de seus insumos bem como destina cerca de 24% das vendas à região. A forma como lentamente vai se processando o encadeamento técnico até a fase de acabamento de tecidos tornou esse mercado durante bom tempo exportador de tecidos não acabados para o

Centro-Sul. O programa de reequipamento e sucatagem do antigo maquinário realizado através da SUDENE¹² e a superação recente de problemas de qualidade criou condições de competitividade para o produto no Centro-Sul. As firmas mais expressivas que têm capital regional se expandiram a nível nacional. ao mesmo tempo que firmas nacionais de grande porte introduziram plantas na região. O objetivo inicialmente expresso pela SUDENE, de exportar o algodão transformado para fora da região, foi alcançado. No entanto tem se intensificado o problema relativo à oferta de algodão na região tanto em termos qualitativos como em termos quantitativos. A reestruturação do mercado Fiação e Tecelagem na região não tem sido suficiente para alterar os padrões produtivos da agricultura do algodão em moldes arcaicos que vêm provocando interesses conflitantes com a indústria. Assiste-se a tentativas da indústria de criar a agro-indústria algodoeira na região sem o sucesso obtido pela indústria têxtil paulista no fim da década de 30. A principal matéria-prima deste mercado - o algodão - vem apresentando elevado preço face à sua qualidade, sendo responsável em parte pelo rebaixamento do grau de monopólio neste mercado¹³.

O mercado Confecções adquire 17% dos insumos na região, e para a mesma destina 35% das vendas. Admite-se que a produção das firmas não incentivadas possa ser mais expressiva quanto a vendas na região. É bastante débil a vinculação da indústria em termos de compras na região apesar da ênfase neste sentido que é dada na aprovação dos projetos pela SUDENE. Um certo contingente de firmas operam como produtoras em regime de contrato com firmas do Centro-Sul, que efetuam encomendas e fornecem insumos. A alta produtividade, baixos salários, aliada ao trabalho doméstico da mulher, e isenções fiscais têm compensado os gastos com transporte.

¹² Programa Têxtil - Resolução nº 42, 1961 do Conselho Deliberativo da SUDENE.

¹³ Smith, R. - Indústria Têxtil em São Paulo e Nordeste - Análise do Grau de Monopólio - FIPE-BID-IPEA, 1979, mimeo.

4.3.3 - Matriz de Relações Interindustriais do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste

Como fizemos referência anteriormente, foram montadas três matrizes, que abaixo esquematizamos:

	j^*	\bar{j}
i^*	$(x_{i^*j^*})$	$(x_{i^*\bar{j}})$
\bar{i}	$(x_{\bar{i}j^*})$	

BCME-BIBLIOTECA

isto porque os dados trabalhados foram apenas das compras e vendas de firmas incentivadas. Assim sendo não foi possível construir a matriz das relações interindustriais das firmas não incentivadas entre si, bem como o valor da produção respectivo.

A partir do conjunto de matrizes obtidas determinou-se segundo o método exposto no capítulo anterior a forma como em cada mercado ocorre a composição do excedente.

As tabelas que se seguem mostram como todos os mercados, com exceção de Confecções, realizam parte substancial do seu excedente externamente à região.

Em termos líquidos, apenas os mercados Química Têxtil e Confecções efetuam uma apropriação positiva do excedente no Nordeste.

QUADRO 15 - Matriz de Relações Interindustriais do Complexo Têxtil Incentivado, no Nordeste e Fora da Região

		j*							j											em Cr\$ Milhões de 1977				
		Quími- ca Têx- til	Fia- ção Tece- lagem	Outras Fibras	Insu- mos Têx- teis	Arte- fatos Têx- teis	Confec- ções	Não Com- ple- xo	Quími- ca Têx- til	Fia- ção Tece- lagem	Outras Fibras	Insu- mos Têx- teis	Arte- fatos Têx- teis	Confec- ções	Distri- buição no NE	São Paulo	Resto do País	SP+RP	Expor- tação	Valor Bruto da Prod.				
i*	Química Têxtil	147,6	221,7	-	5,4	67,7	1,5	-	-	45,5	-	-	-	-	-	978,4	281,9	1260,3	32,3	1782,7				
	Fiação-Tecelagem	-	127,6	-	24,6	22,2	108,3	159,8	-	-	-	75,3	-	258,8	151,8	1699,6	850,3	2549,9	315,5	3793,9				
	Outras Fibras	-	0,5	33,2	-	14,3	-	76,6	-	-	-	-	-	-	0,5	76,2	105,8	182,0	259,1	566,4				
	Insumos Têxteis	-	-	-	1,6	25,7	19,5	46,7	-	-	-	1,7	-	-	-	151,3	101,2	252,5	6,9	354,6				
	Artefatos Têxteis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54,6	19,6	-	312,7	470,5	762,8	1233,3	158,7	1778,8				
	Confecções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	573,2	411,1	634,1	1045,2	80,2	1648,6				
Não Complexo		-	1495,1	-	111,3	392,3	-	228,9																
I	Química Têxtil	-	-	-	-	-	-																	
	Fiação-Tecelagem	-	17,4	-	-	35,5	-																	
	Fibras Vegetais	-	-	216,5	-	-	-																	
	Insumos Têxteis	-	-	-	-	-	-																	
	Artefatos Têxteis	-	-	-	-	-	-																	
	Confecções	-	-	-	-	-	-																	
São Paulo		225,7	283,3	30,1	69,3	235,6	504,3																	
Compras RP		20,4	153,0	39,3	13,0	107,6	112,1																	
SP + RP		246,1	436,4	69,4	82,3	343,3	616,4																	
Importações		464,1	8,8	12,5	0,0	18,6	-																	
Salário		194,4	427,2	71,7	45,2	164,5	226,6																	
Excedente Bruto		730,5	1059,3	163,1	84,3	694,7	676,2																	

BCME-BIBLIOTECA

QUADRO 16 - Formação do Excedente pelos Mercados do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste:
Química e Fiação e Tecelagem

<u>Química Têxtil</u>			<u>Fiação e Tecelagem</u>		
Química Têxtil	- 0,0090		Química Têxtil	- 0,0584	
Fiação e Tecelagem	0,1108		Fiação e Tecelagem	- 0,0042	
Insumos Diversos	0,0027		Insumos Diversos	0,0057	
Artefatos Têxteis	0,0338		Artefatos Têxteis	0,0051	
Confecções	0,0007		Confecções	0,0250	
Fiação e Tecelagem (i)	<u>0,0028</u>	<u>0,1418</u>	Não Complexo Industrial	- 0,3572	
São Paulo	0,3624		Insumos Diversos (i)	0,0173	
Resto do País	<u>0,1454</u>	0,5078	Confecções (i)	0,0173	
Exterior	<u>- 0,2442</u>	<u>- 0,2442</u>	Distribuição no Nordeste	<u>0,0350</u>	<u>- 0,2720</u>
Excedente Bruto		0,4054	São Paulo	0,3176	
			Resto do País	<u>0,1559</u>	0,4735
			Exterior	<u>0,0705</u>	<u>0,0705</u>
			Excedente Bruto		0,2720

Obs.: (i) = não incentivado

QUADRO 17 - Formação do Excedente pelos Mercados do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste:
Fibras Vegetais e Insumos Diversos

<u>Fibras Vegetais</u>			<u>Insumos Diversos</u>		
Fiação e Tecelagem	0,0008		Química Têxtil	- 0,0152	
Fibras Vegetais	- 0,0074		Fiação e Tecelagem	- 0,0694	
Artefatos Têxteis	0,0220		Insumos Diversos	- 0,0006	
Fibras Vegetais (i)	- 0,3822		Artefatos Têxteis	0,0632	
Não Complexo	0,1181		Confecções	0,0480	
Distribuição no Nordeste	<u>0,0008</u>	- 0,2479	Não Complexo	- 0,1990	
São Paulo	0,0643		Insumos Diversos (i)	<u>0,0042</u>	- 0,1688
Resto do País	<u>0,0938</u>	0,1581	São Paulo	0,1769	
Exterior	<u>0,3775</u>	<u>0,3775</u>	Resto do País	<u>0,2123</u>	0,3892
Excedente Bruto		0,2835	Exterior	<u>0,0170</u>	<u>0,0170</u>
			Excedente Bruto		0,2374

Obs.: (i) = não incentivado

QUADRO 18 - Formação do Excedente pelos Mercados do Complexo Industrial Têxtil no Nordeste:
Artefatos Têxteis e Confeccões

<u>Artefatos Têxteis</u>			<u>Confeccões</u>		
Química Têxtil	- 0,0381		Química Têxtil	- 0,0009	
Fiação e Tecelagem	- 0,0125		Fiação e Tecelagem	- 0,0657	
Fibras Vegetais	- 0,0080		Insumos Diversos	- 0,0118	
Insumos Diversos	- 0,0144		Distribuição no Nordeste	<u>0,3006</u>	0,2222
Não Complexo	- 0,2211		São Paulo	- 0,0903	
Fiação e Tecelagem (i)	- 0,0199		Resto do País	0,2645	0,1742
Insumos Diversos (i)	0,0100		Exterior	<u>0,0158</u>	<u>0,0158</u>
Distribuição no Nordeste	<u>0,1595</u>	- 0,1166	Excedente Bruto		0,4122
São Paulo	0,1076				
Resto do País	<u>0,3287</u>	0,4363			
Exterior	<u>0,0705</u>	<u>0,0705</u>			
Excedente Bruto		0,3905			

Obs.: (i) = não incentivado

4.4 - Considerações Finais

Apresentamos algumas conclusões tomando por base os resultados empíricos obtidos da análise do complexo industrial têxtil, em consonância com a troca desigual.

Como foi visto, as firmas que constituem os mercados mais oligopolizados do complexo - Química Têxtil e Artefatos Têxteis - se instalaram no Nordeste após a vigência do programa de incentivos fiscais da SUDENE. O avanço do capital na região mostra uma tendência à concentração na economia nordestina. Produz também uma estrutura concentrada mesmo nos setores menos concentrados, reforçando a posição das empresas líderes. As quatro maiores firmas são responsáveis por 50% do faturamento em Fiação e Tecelagem, 71% em Outras Fibras e 47% em Confeções. Essas expressivas concentrações são acentuadas devido à inclusão apenas das firmas incentivadas, de modo que em certos mercados, notadamente Fiação e Tecelagem e Confeções, este nível de concentração deve cair um pouco se fossem consideradas todas as firmas.

Os mercados mais oligopolizados são os que apresentam os níveis mais elevados de produtividade e de relação excedente/salário. Isso lhes assegura uma taxa de lucro compatível com suas altas densidades de capital. Por outro lado, não é possível afirmar que o nível médio de salários acompanha o nível de produtividade em cada mercado. Se essa relação direta é observada no mercado Química Têxtil, ela se inverte no mercado Artefatos Têxteis, que apresenta nível de salário médio dos mais baixos.

A taxa de excedente bruto nos mercados: Artefatos Têxteis e Confeções reflete a alta produtividade e intensidade do trabalho e baixos salários.

É importante agora analisar internamente a região como se processam as relações interindustriais:

- os mercados que apresentam mais oligopolizados são os que auferem maior taxa de excedente bruto. Química Têxtil ao vender insumos industriais aos outros mercados na região, está se apropriando do excedente principalmente junto aos mercados Fiação e Tecelagem e Artefatos Têxteis. Convém observar que o mark-up do mercado Química Têxtil (1,69) é mais elevado do que o de Fiação e Tecelagem (1,38), e o mark-up do mercado Artefatos Têxteis (1,64) é presumivelmente explicado pelo esforço de propaganda e vendas.

O mercado Artefatos Têxteis na região apropria-se do excedente na fase do consumo final.

- os mercados Artefatos Têxteis, Fiação e Tecelagem, Outras Fibras e Insumos Diversos apresentam parcelas negativas significativas nas respectivas composições do excedente na região, em relação a insumos agrícolas - notadamente algodão. Isto não significa necessariamente uma perda de excedente uma vez que admite-se que esses insumos se apresentam sob condições concorrenciais de oferta. No entanto, num estudo realizado¹⁴ para um período entre 1950-74 foi possível constatar que a elevação de preços dos insumos vinha afetando o grau de monopólio desses mercados, na medida que estes não conseguiam repassá-los ao preços dos produtos.

- como já afirmamos, no mercado Confecções a taxa de excedente é elevada e provavelmente ocorre uma apropriação desse excedente a nível da distribuição ou pelo capital financeiro.

Existe pois uma dinâmica de geração - apropriação do excedente a partir de relações intercapitalistas vinculadas a diferenciais entre produtividade e salários em cada mercado. Referida dinâmica se expressa no fato de que os mercados mais oligopolizados vêm se apropriando de uma parcela do excedente maior do que aquela neles gerada explicada pelas suas mais elevadas densidades de capital e relação excedente/salário.

¹⁴ Smith, R. - Op. cit.

A alta densidade de capital reflete uma maior composição orgânica do capital. Esta elevada densidade de capital necessita ser contrabalançada por uma alta relação excedente/salário, ou seja, uma aproximação de taxa de exploração, para possibilitar uma taxa de lucro compatível. O que sustenta essa possibilidade é o grau de monopólio com as especificidades de cada mercado.

QUADRO 19 - Complexo Industrial Têxtil: Indicadores dos Mercados

BCME-BIBLIOTECA

Mercado	Produtividade * Média	Densidade ** Média de Capital(1)	Taxa de Exploração	Mark-up
Química e Têxtil	221	1.783	3,761	1,69
Artefatos Têxteis	102	408	4,319	1,64
Fiação e Tecelagem	61	198	2,484	1,38
Outras Fibras	67	38	2,271	1,69
Insumos Têxteis	69	34	1,858	1,31
Confecções	64	31	2,985	1,69

* Cr\$ mil de 1977

* Cr\$ milhões de 1977

(1) O indicador da densidade média de capital utilizado refere-se ao ativo fixo.

Como vimos, os mercados Química Têxtil e Artefatos Têxteis se instalaram na medida em que foram criadas as condições propícias para a valorização do capital na região. São os mercados mais produtivos, e neles a remuneração do trabalho necessário se dá em menos tempo do que nos demais mercados. Os indicadores de densidade de capital e de "taxa de exploração" mostram apenas a direção em que está se verificando a apropriação desigual do excedente na região. Como se trata de uma análise

efetuada sobre mercados operando sob oligopólio, estamos constatando um poder mais elevado de fixação de preços que deve estar fortalecendo a apropriação naquele sentido.

Estamos avaliando a apropriação do excedente a nível da circulação das mercadorias, procurando no entanto não perder contacto com o que ocorre a nível da produção.

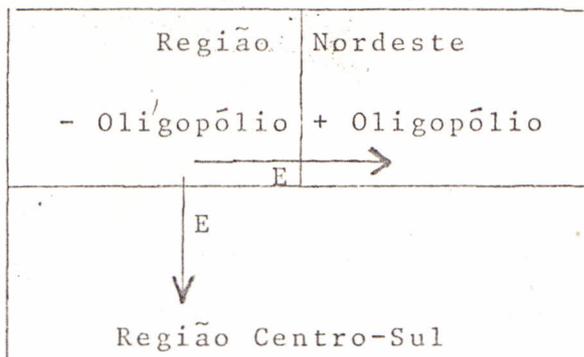
A troca desigual tem que ser visualizada a partir da própria região, à medida em que mercados oligopolistas nela se instalam e se desenvolvem.

As firmas nesses mercados começam a operar com dimensões supra-regionais quanto ao valor de oferta, dimensões estas que decorrem das próprias características oligopolistas. Passam a se apropriar do excedente a nível das relações interindustriais dentro da região.

Os mercados menos oligopolizados, que enfrentam maior nível de concorrência, adquirem competitividade e passam a direcionar suas vendas em grande proporção para fora da região. Neste sentido são exportadores de excedente.

O seguinte esquema pode ser apresentado:

BCME - BIBLIOTECA



onde procura-se configurar a transferência de excedente subjacente aos preços dos setores mais competitivos para os mais oligopolizados do Nordeste do Centro-Sul do país.

A ênfase que procuramos dar esteve voltada para a tentativa de mostrar que a troca desigual tem que ser encarada a partir da própria região.

Neste sentido foi que procuramos os aspectos específicos da industrialização recente no Nordeste brasileiro a partir da caracterização do regionalismo e das condições que tornaram propícia a valorização do capital naquele espaço.

- ABLAS, L.A. de Queiroz - Intensidade de Capital e Diferencial de Salário como Causa de Disparidade Inter-regional. II Seminário de Economia Regional e Urbana, FIPE, 1980.
- ALBUQUERQUE, R.C. de e CAVALCANTI, C. de V. - Desenvolvimento Regional no Brasil, IPEA, Brasília, 1976.
- AMIN, Samir - O Desenvolvimento Desigual, São Paulo, Ed. Forense Universitária, 1976.
- AMIN, Samir - El Intercâmbio Desigual in Imperialismo y Comercio Internacional, Cuadernos Pasado y Presente nº 24, Córdoba, 1971.
- BAIN, J.S. - Barriers to New Competition, Harvard University, 1956.
- BAIN, J.S. - Essays on Price Theory and Industrial Organization. Boston, Little Brown and Co., 1972.
- BETTELHEIM, C. - Observaciones Teóricas, in El Intercâmbio Desigual, México, Siglo Veintiuno Ed., 5a. edição, 1979.
- CARDOSO, F.H. - A Cidade e a Política, Cadernos Cebrap nº 7.
- COHN, Amélia - Crise Regional e Planejamento, São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
- EMMANUEL, A. - L'Echange Inégal, Paris, Ed. Maspero, 1969.
- EMMANUEL, A. - El Intercâmbio Desigual, México, Siglo Veintiuno Editores, 5a. edição.

- FERREIRA, Assuero - Grau de Monopólio e Parcela Salarial: Uma Evidência Empírica na Indústria de Transformação Brasileira. Tese de Mestrado, CAEN, Fortaleza, 1979.
- FERREIRA, J. Carlos et alli - Incentivos Fiscais e a Criação de Empregos no Nordeste, SUDENE-CAEN, Fortaleza, 1979.
- FINEP - Estrutura Industrial e Empresas Líderes, mimeo, s.d.
- FONTENELLE, P. e Silva - Aspectos Tecnológicos da Estrutura Industrial Brasileira - Uma Análise de Insumo-Produto, Tese de Mestrado, UnB, Brasília, 1978.
- FRIEDMANN, John - A General Theory of Polarized Development in Growth Centers in Regional Economic Development, N.Y., Ed. Niles M. Hansen, The Free Press, 1972.
- FURTADO, Celso - Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- G.T.D.N. - Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento no Nordeste, Recife, 1977, 2a. edição, in Formação Econômica do Brasil org. por Versiani e Mendonça de Barros, São Paulo, Ed. Saraiva-Anpec, 1977.
- GALVAN, G.C. - Tecnologia, Valor e Troca Desigual in Valor, Força de Trabalho e Acumulação Capitalista, Estudos Cebrap nº 25.
- GONÇALVES, C.E. do Nascimento - A Pequena e Média Empresa na Estrutura Industrial Brasileira (1949-1970). Tese de Doutorado-UNICAMP, Campinas, 1976.
- HIRSCHMAN, Albert O. - Estudios sobre Política Econômica en América Latina, Ed. Aguillar, 1964.

- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ-IPLANCE - Programa Têxtil Integrado do Estado do Ceará-Protêxtil, Fortaleza, 1977.
- KALECKI, M. - Teoria da Dinâmica Econômica, São Paulo, Ed. Abril, 1976.
- KALECKI, M. - As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna, in Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, São Paulo, Ed. Hucitec, 1977.
- KAY, Geoffrey - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento - Uma Análise Marxista, São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- LABINI, P.S. - Oligopólio y Progreso Técnico, Barcelona, Edit. Oikos-Tau, 1976.
- LEBRET, Louis J. Pe. - Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias Interessando a Pernambuco e ao Nordeste; Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Recife, 1955.
- LIOSSATOS, Panagis - Unequal Exchange and Regional Disparities in Papers, The Regional Science Association, 1980, vol. 45, pág. 87-103.
- LIPIETS, A. - El Capital y su Espacio, Siglo Veintiuno Editores.
- LOJKINE, J. - L'Analyse Marxiste de L'Etat in International Journal of Urban and Regional Research, London-Paris, 1977.
- MANDEL, Ernest - Late Capitalism, London, Verso, 1978.
- MANTEL, Rolf - Una Nota sobre el Intercambio Desigual in Desarrollo Economico - Revista de Ciencias Sociales, Argentina, 1974, nº 53, vol. 14.

- MARKUSEN, Ann - Region and Regionalism - A Marxist View, Berkeley, Califórnia, 1980, mimeo.
- MARX, Karl - O Capital - Crítica da Economia Política, Edit. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Livro III, Capítulos I a XII; Livro II, Cap. XVII; Livro I, Capítulo X, Capítulo XX.
- MEDIO, Alfredo - Profits and Surplus-Value: Appearance and Reality in Capitalist Production, in A Critique of Economic Theory, Ed. Hunt and Schwartz, Penguin Economic Readings, 1972.
- MOREIRA, Raimundo - Uma Política Regional de Industrialização - O Nordeste Brasileiro, Ed. Paz e Terra, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de - Padrões de Acumulação Oligopolista e Estado no Brasil: 1950-76, in A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977, 2a. edição.
- OLIVEIRA, Francisco de - A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, Estudos Cebrap nº 2, São Paulo, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco e REICHSTUL, H.P. - Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil, in Estudos Cebrap nº 4, São Paulo, 1973.
- PALLOIX, Cristian - A Economia Mundial Capitalista, Portugal, Editorial Estampa, 1972.
- PERROUX, F. - L'Economie du XX^{ème} Siècle, Presses Universitaires de France, Paris, 1961.

- PREBISH, R. - Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano, Ed. Fundo de Cultura, 1964, 1a. edição.
- REVIEW OF RADICAL POLITICAL ECONOMICS - Uneven Regional Development, 1978. vol. 10, nº 3.
- ROBINSON, Joan M. - Economic Heresies, Basic Books, N.Y., 1973.
- ROFMAN, A. - Desigualdades Regionales y Concentración Económica - El Caso Argentino, Buenos Aires, Ediciones SIAP-Planteos, 1974.
- SÃ, Francisco Jr. - O Desenvolvimento da Agricultura Nordeste na e a Função das Atividades de Subsistência, Estudos Cebrap nº 3, São Paulo, 1973.
- SCHERER, F.M. - Industrial Market Structure and Economic Performance, Rand McNally College Publishing Company, Chicago, 1970.
- SCHÖELLER, W. - Subdesenvolvimento e Troca Desigual no Mercado Mundial in Estudos Cebrap nº 22.
- SILVA PRADO, E.F. - Elementos Indicativos para a Seleção de Atividades em Programas de Desenvolvimento Regional no Brasil, Tese de Doutorado, FIPE-USP, 1980.
- SMITH, Roberto - Indústria Têxtil em São Paulo e Nordeste: Análise do Grau de Monopólio, FIPE, 1979, mimeo.
- SOUZA, M.C. Cacciamalli - Salários, Lucro e Estrutura de Custos na Indústria Brasileira, IPE-USP, 1970.
- SRAFFA, P. - The Laws of Returns Under Competition Conditions. 1926, in Stigler and Boulding-Readings in Price Theory, Chicago, Ed. R. Irwin, 1952.

SRAFFA, P. - Produção de Mercadorias por Intermédio de Mercadorias, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1977.

STEIN, Stanley - The Brazilian Cotton Manufacture: Têxtil Enterprise in an Underdeveloped Area 1850-1950; Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1957.

STEIN, Stanley - Período Aureo da Indústria Manufatureira de Tecidos de Algodão no Brasil in Ensaios sobre Café e Desenvolvimento Econômico, I.B.C.

STEINDL, Josef - Madurez y Estancamiento en el Capitalismo Norte Americano, Siglo Veintiuno Ed., 1975.

SUDENE - Pesquisa sobre a Indústria Têxtil no Nordeste Brasileiro, Recife, 1971.

BCME-BIBLIOTECA

SWEETZ, P. - Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Ed. Zahar, 1967, 2a. edição.

TAVARES, M. Conceição - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Tese de Livre Docência, U.F.R.J., mimeo.

TEODORO, Janice de S. - Raízes de Ideologia do Planejamento: Nordeste (1985-1930), São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

WESSER-KOCH, Caio K. - La SUDENE - Doce Años de Planificación para el Desarrollo en el Nordeste Brasileño, Santiago do Chile, ILDIS, 1973.